



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO - PI  
DIRETORIA-GERAL  
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2015

APRESENTAÇÃO

COMPOSIÇÃO DO TRT

COMPOSIÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

PRESIDÊNCIA

Vice-Presidência

Secretaria-Geral da Presidência

Juiz Auxiliar da Presidência

Secretaria da Corregedoria

Secretaria de Gestão Estratégica - SEGE

Assessoria Administrativa - ASSAD

Assessoria Judicial - ASSEJUD

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Seção de Documentação e Biblioteca

Escola Judicial do Tribunal Regional da 22ª Região

Coordenadoria do Tribunal Pleno - CTP

Coordenadoria das Turmas - CT

Coordenadoria de Controle Interno - CCI

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC

Secretaria-Geral Judiciária - SGJ

Coordenadoria de Cadastramento Processual - CCP

Seção de Acórdãos e Jurisprudência

Ouvidoria

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Gabinete da Diretoria Geral

Assessoria Jurídica - ASSEJUR

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN  
Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP  
Coordenadoria de Material e Logística - CML  
Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG  
Seção de Engenharia

#### COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

Desembargadora ENEDINA MARIA GOMES DOS SANTOS  
Presidente

Desembargador MANOEL EDILSON CARDOSO  
Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador WELLINGTON JIM BOAVISTA

Desembargador LAERCIO DOMICIANO

Desembargador GIORGE ALAN(outubro 2015)

Desembargador FRANCISCO METON MARQUES DE LIMA

Desembargador FAUSTO LUSTOSA NETO

Desembargadora LIANA CHAIB

Desembargador ARNALDO BOSON PAES

#### JUIZES TITULARES DAS VARAS DO TRABALHO

THANIA MARIA BASTOS LIMA FERRO  
1ª Vara do Trabalho de Teresina

LIANA FERRAZ DE CARVALO  
2ª Vara do Trabalho de Teresina

GIORGI ALAN MACHADO ARAÚJO  
3ª Vara do Trabalho(janeiro/setembro 2015)

BASILICA ALVES DA SILVA  
4ª Vara do Trabalho de Teresina

JOSÉ CARLOS VILANOVA OLIVEIRA  
LOISIMA BARBOSA BACELAR MIRANDA SCHIESS

Vara do Trabalho de Parnaíba

TIBÉRIO FREIRE VILLAR DA SILVA  
Vara do Trabalho de Piripiri

JOÃO LUIS ROCHA DO NASCIMENTO  
Vara do Trabalho de Floriano

FERDINAND GOMES DOS SANTOS  
Vara do Trabalho de Picos

ALBA CRISTINA DA SILVA  
Vara do Trabalho de Oeiras

FRANCÍLIO BIBIO TRINDADE DE CARVALHO  
Vara do Trabalho de Valença do Piauí

THIAGO SPODE  
Vara do Trabalho de São Raimundo Nonato

CARLOS WAGNER ARAÚJO NERY DA CRUZ  
Vara do Trabalho de Bom Jesus

GINNA ISABEL RODRIGUES VERAS  
Vara do Trabalho de Uruçuí

KELLY CARDOSO DA SILVA  
Vara do Trabalho de Corrente

JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS

SYLVIA HELENA NUNES MIRANDA

LUCIANE RIDRIGUES DO REGO MONTEIRO SOBRAL

REGINA COELLI BATISTA DE MOURA CARVALHO

ELISABETH RODRIGUES

NARA ZOÉ FURTADO GOMES

DANIELA MARTINS SOARES BARBOSA

MARIANA SIQUEIRA PRADO

ADRIANO CRAVEIRO NEVES

ANA LYGYAN DE SOUSA LUSTOSA FORTES DO RÊGO

LUIS FORTES DO REGO JÚNIOR

GUSTAVO RIBEIRO MARTINS

DELANO SERRA COELHO

#### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Roberto Wanderley Braga  
Juiz-Auxiliar da Presidência

Francijone Sousa Costa de Oliveira  
Secretário-Geral da Presidência

Adão Alves dos Santos  
Diretor-Geral

Reginaldo Farias Dias  
Assessor Administrativo

Werneck Alves da Costa  
Assessor Jurídico

Maria Elemir de Carvalho  
Assessora Judicial

José Ribamar Teixeira Filho  
Assessor de Comunicação Social

Flávia Silvana Tavares Braga  
Coordenadora de Turmas do Tribunal

Lia Raquel Alves da Costa  
Coordenadora do Tribunal Pleno

Sérgio Gonçalves do Rêgo Motta  
Secretário da Corregedoria

Raimundo de Cerqueira Gomes  
Secretário-Geral Judiciário

Nilton César Gomes dos Santos  
Coordenador de Cadastramento Processual

Rodrigo Pizzatto  
Coordenadora de Controle Interno

Maria Ivanide de Oliveira  
Coordenadora de Serviços Gerais

José de Anchieta Araújo Marques  
Coordenador de Tecnologia de Informação

Evaldo Cunha Ciríaco  
Coordenador de Material e Logística

Antônio Ferreira de Carvalho Sobrinho  
Coordenador de Orçamento e Finanças

Justino Barbosa Neto  
Coordenador de Gestão de Pessoas

Ronildo Fontenele de Meneses  
Secretário-Executivo da Escola judicial

Nyrla Garcia Rabelo Raulino  
Coordenadora da Ouvidoria

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2015**

### **VICE-PRESIDÊNCIA**

A Vice-Presidência, no ano de 2015, trabalhou conjuntamente com a Corregedoria Regional do Trabalho, não tendo emitido memorandos e ofícios.

Foram elaborados despachos ordinatórios e em Agravos de Instrumento, bem como de admissibilidade de Recurso de Revista, que foram contabilizados no Relatório de Atividades da

Presidência deste Regional, ante a impossibilidade de individualização no Sistema e-Revista.

Teresina, 1º de fevereiro de 2016.

**SÉRGIO GONÇALVES DO RÊGO MOTTA**  
Secretário da Corregedora Regional

### **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**

A Secretaria Geral da Presidência, no ano de 2015, coordenou, supervisionou e acompanhou os trabalhos do Gabinete da Presidência, destacando-se:

- Controle da agenda da Presidente;
- Recebimento, protocolo, autuação, processamento ou encaminhamento de documentos encaminhados à Presidência;
- Elaboração e conferência de expedientes, memorandos, despachos, ofícios, cartões, a serem submetidos à assinatura da Presidente, promovendo a publicação dos atos no Órgão Oficial, quando necessário;
- Encaminhamento, à Presidente, de expedientes e processos sujeitos à sua deliberação, assessorando-a, quando solicitado;
- Encaminhamento e autuação de matérias administrativas;
- Elaboração e controle de portarias e atos que digam respeito aos magistrados, servidores e questões relacionadas ao Tribunal e enviados para publicação no DEJT;
- Compra de passagens aéreas dos magistrados e servidores;
- Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho- DEJT das portarias e atos da presidência;
- Coordenação e/ou acompanhamento dos eventos promovidos pelo TRT;
- Organização do Calendário da Justiça Itinerante;
- Organização e encaminhamento à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da escala de férias dos servidores lotados na Secretaria-Geral da Presidência;
- Controle do ponto eletrônico dos servidores subordinados a SGP, Assessoria Administrativa e SEGE.

- Elaboração de respostas às intimações eletrônicas do Conselho Nacional de Justiça (PJE-CNJ);

## **1. DEMONSTRATIVO DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS ELABORADOS:**

PORTARIAS - GP	539
ATOS - GP	121
OFÍCIOS - GP	633
OFÍCIOS - SGP	26
OFÍCIO CIRCULAR GP	01
OFÍCIO CIRCULAR SGP	01
MEMORANDOS - GP	43
MEMORANDOS - SGP	181
MEMORANDOS CIRCULARES - GP	37
MEMORANDOS CIRCULARES - SGP	87

## **2. ATOS NORMATIVOS EXPEDIDOS PELA PRESIDÊNCIA**

**Ato GP Nº 01/2015** - Delega atribuições ao Vice-Presidente e Corregedor, no período de 01/01/2015 a 31/12/2016.

**Ato GP Nº 02/2015** - Determina que as publicações de atos administrativos, tais como Resoluções Administrativas, Atos, Portarias e Editais, sejam disponibilizados no portal da internet, sem dispensar a necessidade de publicação no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT).

**Ato GP Nº 03/2015** - Autoriza os Juízes Titulares das Varas do Trabalho, no período de 01/02/2015 a 31/12/2016, a dispensar/designar os ocupantes das funções comissionadas integradas às respectivas Varas, quando a alteração constituir-se em mera troca de ocupantes.

**Ato GP Nº 04/2015** - Torna público a lista de veículos oficiais utilizados neste Tribunal, na forma do **anexo** deste Ato.

**Ato GP Nº 05/2015** - Altera **Ato GP Nº 90/2014** que regulamenta, no âmbito desta Corte, as substituições dos titulares dos cargos em comissão e das funções comissionadas FC-04 e FC-05.

**Ato GP Nº 06/2015** - Autoriza a suspensão do atendimento ao público até 30/01/2015, com exceção das audiências, na Vara do Trabalho de Parnaíba.

**Ato GP Nº 07/2015** - Torna público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2014.

**A n e x o , A n e x o - 1 , A n e x o - 2**

~~Ato GP Nº 08/2015~~ — Cria o Núcleo de Pesquisa Patrimonial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. (REVOGADO pela **R e s o l u ç ã o A d m i n i s t r a t i v a n º 2 6 / 2 0 1 5** )

**A t o G P N º 0 0 9 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Administrativa para o dia 04 de fevereiro de 2015 às 10h.

**A t o G P N º 0 1 0 / 2 0 1 5** - Acrescenta o § 3º ao art. 7º do **A t o G P n º 8 1 / 2 0 1 0** , que dispõe sobre a regulamentação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial (Pamha) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N º 0 1 1 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a aplicação no ano-calendário 2015/ano-exercício 2016 das Tabelas Progressivas para Cálculo mensal e anual do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física estabelecidas na legislação vigente até 31/12/2014.

**A t o G P N º 0 1 2 / 2 0 1 5** - Convoca a **2ª** Sessão Administrativa para o dia **11 de fevereiro** de 2015, às 9:30h.

**A t o G P N º 0 1 3 / 2 0 1 5** - Autoriza a prorrogação da suspensão do atendimento ao público até 13/02/2015, com exceção das audiências, na Vara do Trabalho de Parnaíba.

**A t o G P N º 0 1 4 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre o ponto facultativo do dia 18 de fevereiro de 2015, quarta-feira de cinzas.

**A t o G P N º 0 1 5 / 2 0 1 5** - Convoca a **3ª** Sessão Administrativa para o dia **24 de fevereiro de 2015**.

**A t o G P N º 0 1 6 / 2 0 1 5** - Autoriza a adoção de horário especial de 9 às 16h para atendimento ao público, na Vara do Trabalho de Uruçuí, no período de 2 a 11/3/2015.

**A t o G P N º 0 1 7 / 2 0 1 5** - Revoga o **Ato GP Nº 110/2013**, referendado pela **RA Nº 114/2013**, que vincula Juízes Substitutos para atuarem como auxiliares, nos casos de afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares dos Juízes Titulares das respectivas Varas do Trabalho. Delega ao Vice-Presidente e Corregedor Regional, até a edição de ato regulamentar a respeito da matéria, a atribuição de designação de juízes do trabalho substitutos para atuarem nas Varas do Trabalho.

**A t o G P N ° 0 1 8 / 2 0 1 5** - Convoca a **4ª** Sessão Administrativa para o dia **11 de março de 2015**.

**A t o G P N ° 0 1 9 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a entrega de alvarás de pagamento de créditos em precatórios e respectivos honorários advocatícios contratuais e/ou sucumbenciais às partes e seus procuradores.

**A t o G P N ° 0 2 0 / 2 0 1 5** - Concede aposentadoria voluntária com proventos integrais a **Maria Teresa Neiva Moreira**.

**A t o G P N ° 0 2 1 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de **março** e **abril** de 2015.

**A t o G P N ° 0 2 2 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a fiscalização dos contratos de obras no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª.

**A t o G P N ° 0 2 3 / 2 0 1 5** - Designa **Luciane Rodrigues do Rego Monteiro Sobral** para atuar como Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, sem prejuízo da jurisdição, até 31 de dezembro de 2016.

**A t o G P N ° 0 2 4 / 2 0 1 5** - Convoca a **5ª** Sessão Administrativa para o dia **24 de março de 2015, às 10h**.

**A t o G P N ° 0 2 5 / 2 0 1 5** - Autoriza a adoção de horário especial de 9 às 16h para atendimento ao público, na Vara do Trabalho de Uruçuí, no período de 23/03/2015 a 31/03/2015.

**A t o G P N ° 0 2 6 / 2 0 1 5** - Suspende o atendimento ao público, os prazos processuais e as audiências na Vara do Trabalho de Bom Jesus, no período de 26/03/2015 a 31/03/2015.

**A t o G P N ° 0 2 7 / 2 0 1 5** - Convoca a **6ª** Sessão Administrativa para o dia **08 de abril de 2015, às 10h**.

**A t o G P N ° 0 2 8 / 2 0 1 5** - Convoca o Juiz **Giorgi Alan Machado Araújo** para atuar no Tribunal a partir de **22/04/2015** e durante todo o período do afastamento do Desembargador **Arnaldo Boson Paes**.

**A t o G P N ° 0 2 9 / 2 0 1 5** - Convoca a Juíza **Liana Ferraz de Carvalho** para atuar no Tribunal a partir de **13/04/2015** e durante todo o período de férias do Desembargador **Wellington Jim Boavista**.

**A t o G P N ° 0 3 0 / 2 0 1 5** - Convoca a **7ª** Sessão Administrativa para o dia **22 de abril de 2015, às 9:30h**.

**A t o G P N ° 0 3 1 / 2 0 1 5** - Revoga Atos GP n° 28/2015 e n° 29/2015.

**A t o G P N ° 0 3 2 / 2 0 1 5** - Regulamenta os critérios a serem observados no âmbito do Tribunal Regional da 22ª Região para operacionalização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA.

**A t o G P N ° 0 3 3 / 2 0 1 5** - Revoga dispositivo do Provimento do n° 05/2004 do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 3 4 / 2 0 1 5** - Suspende os prazos processuais, as audiências e sessões de julgamento no âmbito deste Regional, no período de 14 a 18 de setembro de 2015.

**A t o G P N ° 0 3 5 / 2 0 1 5** - Convoca Magistrado para atuar em substituição a Desembargador, na forma do Acordo de Cooperação Técnica n° 001/2014 celebrado entre o TST e TRTs.

**A t o G P N ° 0 3 6 / 2 0 1 5** - Convoca Magistrado para atuar em substituição a Desembargador em gozo de férias superiores a 30 (trinta) dias.

**A t o G P N ° 0 3 7 / 2 0 1 5** - Revoga Atos GP n° 35/2015 e n° 36/2015.

**A t o G P N ° 0 3 8 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de **maio** e **junho** de 2015, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 3 9 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre políticas e diretrizes com base a subsidiar o processo de gestão de ativos e soluções de Tecnologia da Informação e das Comunicações no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 4 0 / 2 0 1 5** - Convoca a **8ª** Sessão Administrativa para o dia **13 de maio de 2015, às 10h.**

**A t o G P N ° 0 4 1 / 2 0 1 5** - Regulamenta os procedimentos para a redistribuição dos processos que permanecem vinculados à Unidade Descentralizada de Uruçuí em Teresina.

**A t o G P N ° 0 4 2 / 2 0 1 5** - Convoca a **9ª** Sessão Administrativa para o dia **27 de maio de 2015, às 10h.**

**A t o G P N ° 0 4 3 / 2 0 1 5** - Cessa os efeitos do Ato GP 69/2012, restabelecendo que a Secretaria-Geral Judiciária volte a emitir certidão de contagem de prazo recursal.

**A t o G P N ° 0 4 4 / 2 0 1 5** - Suspende os prazos processuais na Vara do Trabalho de Corrente no período de 25 a 26 de maio de 2015.

**A t o G P N ° 0 4 5 / 2 0 1 5** - Convoca a 9ª Sessão Administrativa para o dia 03 de junho de 2015, às 10h.

**A t o G P N ° 0 4 6 / 2 0 1 5** - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio/2014 a abril/2015

**A t o G P N ° 0 4 7 / 2 0 1 5** - Prorroga os prazos processuais que se encerram no dia 04/06/2015, quinta-feira, para o primeiro dia útil subsequente.

**A t o G P N ° 0 4 8 / 2 0 1 5** - Convoca a 10ª Sessão Administrativa para o dia **23 de junho de 2015, às 10:30 h.**

**A t o G P N ° 0 4 9 / 2 0 1 5** - Constitui a **Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.**

**A t o G P N ° 0 5 0 / 2 0 1 5** - Convoca a 11ª Sessão Administrativa para o dia **1º de julho de 2015, às 10:00 h.**

**A t o G P N ° 0 5 1 / 2 0 1 5** - Recomenda a utilização do selo comemorativo dos 10 anos de instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho nos atos e comunicações oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região de primeiro e segundo graus.

**A t o G P N ° 0 5 2 / 2 0 1 5** - Convoca, na forma do art. 15-C, § 2º, do Regimento Interno, os Desembargadores abaixo relacionados para compor *quorum* das sessões ordinárias da 1ª e 2ª Turmas.

**Ato GP N° 053/2015** - Corrige, segundo a variação do IPCA-E do período entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, conforme parágrafo único, do art. 5º, da Resolução nº 66/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, os honorários periciais fixados pelo Ato GP nº 63/2014.

**A t o G P N ° 0 5 4 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de JULHO e AGOSTO de 2015, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 5 5 / 2 0 1 5** - Convoca a 12ª Sessão Administrativa para o dia 05 de agosto de 2015, às 10:00 h, para apreciação dos processos de natureza administrativa, abaixo relacionados, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**Ato GP Nº 056/2015** - Dispõe sobre o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Justiça do Trabalho da 22ª Região, nos termos previstos pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**Ato GP Nº 057/2015** - Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados em caso de greve no âmbito do TRT22 e dá outras providências.

**Ato GP Nº 058/2015** - Prorroga até 11/08/2015 os prazos processuais que vencerem no período de 20/07/2015 a 07/08/2015 nos processos que tenham como advogados habilitados os seguintes profissionais: Marlio da Rocha Luz Moura (OAB/PI 4505); Adriano Moura de Carvalho (OAB/PI 4503); Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5456); Ana Karla Coelho de Carvalho (OAB/PI 7342); Patrícia Matias Leal Barbosa (OAB/PI 8800); Eros Silvestre da Silva Vilarinho (OAB/PI 7976); Agnes da Rocha Luz Lima (OAB/PI 10.736).

**Ato GP Nº 059/2015** - Institui o Calendário da Justiça Itinerante das Varas do Trabalho da 22ª Região para o segundo semestre de 2015, conforme tabela, anexo I.

~~A t o G P N º 0 6 0 / 2 0 1 5 - Suspende os efeitos do art. 1º do Ato GP nº 57/2015 até posterior deliberação. (Revogado - **A t o G P 6 7 / 2 0 1 5** ).~~

**Ato GP Nº 061/2015** - Convoca a 13ª Sessão Administrativa para o dia 19 de agosto de 2015, às 10:00h, para apreciação dos processos de natureza administrativa, abaixo relacionados, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**Ato GP Nº 062/2015** - Mantém o feriado do Dia da Justiça no dia 08/12/2015, terça-feira, em todas as unidades do TRT, nos termos do art. 62, IV, da Lei nº 5.010/1966, c/c Lei nº 6.741/1979.

~~**Ato GP Nº 063/2015** - Suspende os efeitos do Ato GP nº 57/2015 até o dia 18/08/2015 (terça-feira). (Revogado - **A t o G P 6 7 / 2 0 1 5** )~~

**Ato GP Nº 064/2015** - Suspende a distribuição dos feitos no sistema do PJe, no dia 24/08/2015 (segunda-feira), das 8:00h às 12:00h.

**A t o G P N º 0 6 5 / 2 0 1 5** - Altera a redação do artigo 1º do ATO GP nº 23/2011, que constitui e define atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP Nº 066/2015** - Altera a redação do artigo 2º do ATO GP nº 24/2011, que instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP Nº 067/2015** - Revoga os Atos GP nº 60/2015 e nº 63/2015.

**Ato GP N° 068/2015** - Designa o Exmo. Desembargador **Fausto Lustosa Neto** para realizar a Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Corrente, no dia 1º de setembro de 2015, e na Vara do Trabalho de Bom Jesus, nos dias 02 e 03 de setembro de 2015.

**Ato GP N° 069/2015** - Prorroga os prazos judiciais encerrados em 28/08/2015, sexta-feira, que dependiam do recolhimento de custas processuais ou de depósito recursal, para o primeiro dia útil subsequente.

**A t o G P N ° 0 7 0 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de setembro e outubro de 2015.

**A t o G P N ° 0 7 1 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Administrativa para o dia 10 de setembro de 2015, às 10:00 h.

**Ato GP N° 072/2015** - Convoca Magistrado para atuar em substituição a Desembargador em gozo de férias superiores a 30 (trinta).

**A t o G P N ° 0 7 3 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 10 de setembro de 2015 (quinta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 0 7 4 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 11 de setembro de 2015 (sexta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 0 7 5 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a implementação da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ - no âmbito do primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 7 6 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a implementação da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ - no âmbito do segundo grau do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP N° 077/2015** - Convoca Sessão Administrativa para o dia 23 de setembro de 2015, às 10:00 h.

**A t o G P N ° 0 7 8 / 2 0 1 5** - Convoca a **16ª** Sessão Administrativa para o dia **29 de setembro de 2015, às 10:00 h.**

**A t o G P N ° 0 7 9 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia **29 de setembro de 2015** (terça-feira), às 10h.

**A t o G P N ° 0 8 0 / 2 0 1 5** - Torna público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro/2014 a agosto/2015, em conformidade com o anexo demonstrativo que integra o presente Ato.

**A t o G P N ° 0 8 1 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre a regulamentação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial (PAMHA) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 0 8 2 / 2 0 1 5** - Convoca a 17ª Sessão Administrativa para o dia **05 de outubro de 2015, às 10:00 h.**

**A t o G P N ° 0 8 3 / 2 0 1 5** - Estabelece a inclusão em pauta dos processos sobrestados cuja questão precisar ser adequada às súmulas ou teses jurídicas preexistentes resultantes do julgamento dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência suscitados neste Tribunal, devendo o acórdão de adequação ser lavrado pelo Relator originário.

**A t o G P N ° 0 8 4 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 09 de outubro de 2015 (sexta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 0 8 5 / 2 0 1 5** - Convoca a 18ª Sessão Administrativa para o dia 09 de outubro de 2015, às 10:00 h, para apreciação dos processos de natureza administrativa, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**A t o G P N ° 0 8 6 / 2 0 1 5** - Convoca a 19ª Sessão Administrativa para o dia 14 de outubro de 2015, às 10:00 h, para apreciação dos processos de natureza administrativa, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**Ato GP Nº 087/2015** - Defere o pedido de aposentaria voluntária integral ao Desembargador do Trabalho **Laercio Domiciano**, do quadro permanente de pessoal deste Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, nos termos do art. 93, VI, da Constituição Federal, vigente à época da aquisição do direito pelo requerente (16/05/1995), c/c art. 74 da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN) e o art. 192, II, da Lei nº 8.112/90. Autoriza a remessa do processo de aposentadoria do Desembargador do Trabalho **Laercio Domiciano** ao Ministério da Justiça, por meio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

**Ato GP Nº 088/2015** - Designa o Exmo. Desembargador **Fausto Lustosa Neto** para realizar a Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Parnaíba-PI, nos dias 20 e 21 de outubro de 2015.

**Ato GP Nº 089/2015** - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 21 de outubro de 2015 (quarta-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**Ato GP Nº 090/2015** - Convoca a 20ª Sessão Administrativa para o dia 28 de outubro de 2015, às 10:00 h, para apreciação dos processos de natureza administrativa, abaixo relacionados, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**A t o G P N º 0 9 1 / 2 0 1 5** - Altera, acrescenta e revoga dispositivos do ATO GP nº 88/2010 que trata da concessão de férias e o pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP Nº 092/2015** - Estabelece os períodos ofertados pela Administração para agendamento de usufruto de férias pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região no exercício de 2016.

**Ato GP Nº 093/2015** - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia 27 de outubro de 2015 (terça-feira), às 09h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**Ato GP Nº 094/2015** - Convoca o Exmo. Sr. **Giorgi Alan Machado Araújo**, para atuar, cumulativamente, no TRT no gabinete do Desembargador aposentado Laercio Domiciano.

**A t o G P N º 0 9 5 / 2 0 1 5** - Institui Prêmio "Servidor de Mérito" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com o objetivo de conceder, anualmente, homenagem a servidores ativos que se destaquem pelo tempo de serviço, competência, dedicação e eficiência em prol das atividades do Tribunal.

**A t o G P N º 0 9 6 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2015, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N º 0 9 7 / 2 0 1 5** - Convoca a 21ª Sessão Administrativa para o dia **10 de novembro de 2015, às 11:00 h**, para apreciação dos processos de natureza administrativa, em consonância com o disposto no art. 37 do RI e Resolução Administrativa nº 08/94, de 08-02-94.

**A t o G P n º 0 9 8 / 2 0 1 5** - Estabelece os períodos ofertados pela Administração para agendamento de usufruto de férias pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região no exercício de 2016.

**A t o G P N ° 0 9 9 / 2 0 1 5** - Altera dispositivos do ATO GP n° 88/2010, que trata da concessão de férias e do pagamento das vantagens pecuniárias dela decorrentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 1 0 0 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 10 de novembro de 2015 (terça-feira), às 11h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 1 0 1 / 2 0 1 5** - Convoca a 22ª Sessão Administrativa para o dia **19 de novembro de 2015, às 10:00 h**, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

**A t o G P N ° 1 0 2 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia **19 de novembro de 2015** (quinta-feira), às 9h, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 1 0 3 / 2 0 1 5** - Convoca a 23ª Sessão Administrativa para o dia **1º de dezembro de 2015, às 10:30h**, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

**A t o G P N ° 1 0 4 / 2 0 1 5** - Revoga a Resolução Administrativa n° 142/2006 e determina que os procedimentos para concessão de ajuda de custo a magistrados e servidores de primeiro e segundo graus, no âmbito deste Regional, obedeçam às disposições contidas na Resolução CSJT n° 112/2012.

**A t o G P N ° 1 0 5 / 2 0 1 5** - Dispõe sobre as atividades relacionadas à segurança institucional no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 1 0 6 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia 1º de dezembro de 2015 (terça-feira), às 10h30min, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 1 0 7 / 2 0 1 5** - Aprova o Plano Anual de Auditoria da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 1 0 8 / 2 0 1 5** - Institui o Calendário da Central de Itinerância e Cidadania do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região para o primeiro semestre de 2016, conforme tabela, anexo único.

**A t o G P N ° 1 0 9 / 2 0 1 5** - Altera o Ato GP n° 20/2014, que trata do Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP da Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 1 1 0 / 2 0 1 5** - Altera o Ato GP n° 81/2010 que dispõe sobre a regulamentação do PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL (PAMHA) do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP N° 111/2015** - Estabelece às unidades que durante o período de **20 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016** funcionarão, em regime de plantão, de segunda a sexta-feira, no horário das 08 horas às 12 horas.

**Ato GP N° 112/2015** - Estabelece o calendário de feriados para o exercício de 2016.

**A t o G P N ° 1 1 3 / 2 0 1 5** - Convoca a 24ª Sessão Administrativa para o dia 10 de dezembro de 2015, às 10h, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

**A t o G P N ° 1 1 4 / 2 0 1 5** - Convoca a 25ª Sessão Administrativa para o dia **14 de dezembro de 2015, às 10:30h**, para apreciação dos processos de natureza administrativa.

**A t o G P N ° 1 1 5 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária da 1ª Turma desta Corte para o dia **10 de dezembro de 2015 (quinta-feira), às 09h**, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 1 1 6 / 2 0 1 5** - Acrescentar o § 4º art. 7º do Ato GP n° 81/2010 que dispõe sobre a regulamentação do **PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR E AMBULATORIAL (PAMHA)** do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**A t o G P N ° 1 1 7 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o dia **14 de dezembro de 2015 (segunda-feira), às 10h**, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**A t o G P N ° 1 1 8 / 2 0 1 5** - Convoca Sessão Extraordinária do Pleno desta Corte para o **dia 17 de dezembro de 2015, às 10h**, para apreciação dos processos em pauta de julgamento.

**Ato GP N° 119/2015** - Dispõe sobre a regulamentação da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição no âmbito do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região e dá outras providências.

**A t o G P N ° 1 2 0 / 2 0 1 5** - Estabelece a escala dos Juízes para o Plantão Judiciário de Primeira Instância nos meses de **Janeiro e Fevereiro** de 2016, com jurisdição sobre todas as Varas da Justiça do Trabalho da 22ª Região.

**Ato GP N° 121/2015** - Suspende os prazos processuais, as audiências e sessões de julgamento nos períodos de **09 a 13 de maio de 2016** e de **12 a 16 de setembro de 2016**.

### JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

O Juiz do Trabalho Substituto, **Roberto Wanderley Braga**, convocado pela Portaria GP n.º 06/2015, referendado pela Resolução Administrativa n.º 04/2015, exerceu, no período de 2015, as seguintes atividades:

- Assessorou a Presidente nas discussões do COLEPRECOR e nas pautas administrativas do Tribunal;
- Atuou em encontros, eventos e reuniões, quando convocado pela Presidência;
- Acompanhou o desenvolvimento do APT Virtual (processos eletrônicos do Tribunal);
- Acompanhou as questões relacionadas à implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho - E-Gestão, bem como participou de reuniões relacionadas ao referido sistema;
- Coordenou a Semana de Execução Trabalhista;
- Membro da Comissão para elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC (Portaria GP N° 30/2015);
- Membro da Comissão de Segurança Permanente para o biênio 2015/2016 (Portaria GP N° 46/2015);
- Membro Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (Portaria GP N° 108/2015);
- Participou, como palestrante, no Treinamento do Sistema "e-Gestão" (Portaria GP N° 126/2015);
- Membro do Comitê Gestor Regional para Priorização do 1º Grau de Jurisdição (Portaria GP N° 140/2015);
- Participou do II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho (Portaria GP N° 151/2015);
- Membro da Comissão fiscalizadora do contrato (Portaria GP N° 168/2015);
- Membro da Comissão de Revisão da Política de Segurança da Informação -PSI (Portaria GP N° 245/2015);
- Participou do I Simpósio de Governança de Tecnologia da Informação da Justiça do Trabalho (Portaria GP N° 267/2015);
- Participou do Seminário Trabalho Seguro ABM-CSJT (Portaria GP N° 267/2015);

- Participou da Segunda Reunião do Comitê Gestor de Estratégia da Justiça do Trabalho de 2015 ( Portaria GP N° 266/2015);
- Participou do Workshop do Sistema eJus2 (Portaria GP N° 300/2015);
- Membro do Comitê Organizador dos Jogos Esportivos do Tribunal (Portaria GP N° 344/2015);
- Participou dos Treinamentos nos Sistemas de Gerenciamento de Informação Estatística-SIGEN (Portaria GP N° 382/2015);
- Participou do COLEOUV (Portaria GP N° 422/2015);
- Participou do V Seminário Piauiense de Trabalho Seguro (Portaria GP N° 486/2015);
- Membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação para o biênio 2015/2016 (Portaria GP N° 499/2015);
- Participou da Reunião com os Gestores Regionais do Programa Trabalho Seguro (Portaria GP N° 517/2015);
- Participou do I Seminário de Integração das Ouvidorias da Justiça do Trabalho (Portaria GP N° 525/2015);
- Membro da Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Ato GP N° 49/2015);
- Participou da Reunião do Comitê Regional Precatório;
- Apresentou o relatório das metas durante as Semana de Formação Continuada.

### **SECRETARIA DA CORREGEDORIA**

A Corregedoria Regional desempenha atividades regulamentares da sua competência, segundo as normas do Regimento Interno e do Provimento Geral Consolidado deste E. Tribunal ou as determinações dos Órgãos Superiores, destacando-se as seguintes:

Elaboração mensal de relatório de produtividade individual dos Excelentíssimos Juizes da 1ª instância, com confecção de quadro comparativo, no qual constam o quantitativo de sentenças proferidas, as pendências, os acordos, as audiências realizadas, dentre outras informações, devidamente divulgado no domínio virtual deste E. Tribunal, conforme determina o CNJ;

Encaminhamento semestral ao Conselho Nacional de Justiça dos seguintes dados, os quais alimentam o Relatório Justiça em Números: despesas, recursos humanos, informática, área física, litigiosidade, dados de atividades disciplinares, perfil das demandas e dados referentes a receitas e depósitos judiciais etc;

Acompanhamento processual periódico de todas as Varas do Trabalho da 22ª Região, o qual é procedido por meio dos sistemas APT, APT Virtual e PJe-JT, com a consequente cobrança de adequação dos prazos ou sugestões de boas práticas

procedimentais, de forma a auxiliar, pedagogicamente, as respectivas Secretarias;

Recebimento, análise, acompanhamento da movimentação, guarda e arquivamento dos processos de Reclamações Correicionais, Pedidos de Providências e Processos Administrativos instaurados, pertinentes à atividade correicional, promovendo a publicação e/ou notificação das decisões e despachos proferidos pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional;

Assessoramento ao Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional nas correições periódicas ordinárias, ou eventuais correições extraordinárias, com elaboração e publicação no DeJT das respectivas atas, bem como procedendo ao acompanhamento e às providências destas decorrentes;

Acompanhamento dos Processos de Vitaliciamento, quando existentes, dos Excelentíssimos Juizes de 1ª grau, aprovados em concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto realizado por este Tribunal, com juntada da produtividade, além de outros relatórios e documentos necessários e que dizem respeito aos vitaliciandos;

Elaboração de relatório circunstanciado para instrução dos Processos de Remoção e/ou Promoção dos Excelentíssimos Juizes concorrentes, no âmbito das Varas do Trabalho deste Regional;

Prestação de informações, em cumprimento à Resolução CNJ n. 135/2011, ao Sistema de Processo Eletrônico da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, chamado de "e - CNJ", e ao Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares contra Magistrados - Processo Eletrônico da Presidência do mesmo Conselho;

Elaboração e conferência de expedientes, memorandos, despachos, ofícios a serem submetidos à assinatura do Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, promovendo a publicação dos atos no órgão oficial, quando necessário;

Elaboração e controle de portarias que tratem de lotação, designação e férias dos magistrados (conforme Ato GP nº 01/2015 e Resolução Administrativa nº 004/2015);

Publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DeJT das portarias, atos, provimentos e recomendações da Corregedoria Regional;

Ademais, segue em anexo relatório circunstanciado, referente ao exercício de 2015.

Teresina, 01º de fevereiro de 2016.

**SÉRGIO GONÇALVES DO RÊGO MOTTA**

Secretário da Corregedoria Regional

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

ANO 2015

### RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO / ANO 2015

#### 1. TRIBUNAL

##### 1.1 CORREIÇÕES

Em relação à atividade correicional, foram realizadas, no exercício de 2015, 14 (quatorze) Correições Ordinárias, abrangendo todas as Varas do Trabalho da 22ª Região e 1 (uma) Inspeção Correicional na Central de Itinerância e Cidadania - Piauí, tendo sido lavradas as respectivas atas, que foram publicadas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e disponibilizadas no domínio virtual deste Tribunal. Não foi realizada correição extraordinária no período.

A análise concentrou-se na verificação da regularidade do trâmite processual em observância às disposições legais e às normas internas do Poder Judiciário, através do exame, por amostragem, dos processos que se encontravam em andamento nas Secretarias das Varas. Foram examinados também os dados estatísticos das Varas do Trabalho e o desempenho geral das mesmas.

Com o intuito de contribuir para a uniformização e otimização dos procedimentos, foram expedidas recomendações e determinações para dar cumprimento à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e aos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 22ª Região.

Nas correições ordinárias realizadas, foram observados, dentre outros, os seguintes aspectos listados pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho como de exame e registro obrigatório em ata: I- a averiguação se há controle e pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de mero despacho de recebimento do recurso e de encaminhamento dos autos ao Tribunal, a exemplo de "subam os autos" ou "remetam-se os autos"; II- a assiduidade na Vara do Trabalho do Juiz Titular ou Substituto; III- os dias da semana em que se realizam audiências; IV- os principais prazos da Vara do Trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução; V- o exame de processos, por amostragem, na fase de execução, em especial para averiguar-se: a) o exaurimento das iniciativas do Juiz objetivando tornar

frutífera a execução à luz das ferramentas tecnológicas disponíveis, mormente BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD; b) o registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz para sentença em processos incidentais; c) a fiscalização do uso regular dos Sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD e dos demais convênios subsritos pelo Tribunal; d) se o arquivamento provisório dos autos é precedido de certidão do Diretor de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor; e) se imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal o Juiz ordena a imediata liberação deste em favor do credor, de ofício ou a requerimento do interessado; f) se há emissão de sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo pelo Juiz Titular e pelo Substituto sempre que o Tribunal disponibilizar contador ou serviço de contadoria para dar suporte ao magistrado; g) se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; h) se há registro fidedigno, no sistema informatizado, dos principais atos processuais praticados; i) se foi ordenada pelo Juiz a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada.

Cumprir destacar que nas correições realizadas observou-se que as Varas do Trabalho da 22ª Região vêm adotando a maioria dos comandos e ações acima reputados como essenciais pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, sendo recomendado em ata, pela Corregedoria Regional, o cumprimento daqueles ainda não observados.

## **1.2. RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS E PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS**

De acordo com a forma regimental, no ano de 2015 foram autuados 04 (quatro) processos, sendo 03 (três) Reclamações Correicionais e 01 (um) Pedido de Providências.

Os 04 (quatro) processos autuados no ano em referência tiveram regular tramitação, assim como 01 (um) remanescente do exercício anterior (2014). Desse total de 05 (cinco) processos, 03 (três) foram solucionados, dentre os quais eram 03 (três) Reclamações Correicionais, restando, assim, pendentes para o exercício subsequente 02 (dois) Pedidos de Providências, nos termos do quadro a seguir:

### **MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA CORREGEDORIA REGIONAL EM 2014**

	<b>SALDO ANTERIOR</b>	<b>RECEBIDOS</b>	<b>SOLUCIONADOS</b>	<b>SALDO PARA O ANO SEGUINTE</b>
<b>RECLAMAÇÕES</b>	00	03	03	00

<b>CORREICIONAIS</b>				
<b>PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA</b>	01	01	00	02
<b>TOTAL</b>	01	04	03	02

Fonte: APT Virtual

### 1.3. ATOS EDITADOS PELA CORREGEDORIA

#### 1.3.1. RECOMENDAÇÕES EDITADAS PELA CORREGEDORIA REGIONAL

**Recomendação CR Nº 01/2015** - Recomenda aos Excelentíssimos Senhores Juízes de Primeiro Grau que, em tempo razoável, efetivem a transferência para conta judicial remunerada e/ou façam o desbloqueio dos valores efetivamente bloqueados através do sistema BACENJUD.

#### 1.4. PROVIMENTO EDITADO CONJUNTAMENTE PELA PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REGIONAL

**Provimento GP/SECOR nº 001/2015** - Dispõe sobre o pagamento de honorários periciais no caso de concessão à parte do benefício da justiça gratuita, e dá outras providências.

#### 1.5. DEMONSTRATIVOS DOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS PRODUZIDOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL

<b>PORTARIAS CR</b>	136
<b>OFÍCIOS</b>	137
<b>OFÍCIO CIRCULAR</b>	05
<b>MEMORANDOS</b>	61
<b>MEMORANDO CIRCULAR</b>	16
<b>NOTIFICAÇÕES</b>	17

#### 1.6. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO TRIBUNAL

##### 1.6.1. SÉRIE HISTÓRICA PROCESSOS RECEBIDOS E PROCESSOS JULGADOS

Ano	Recebidos *	Solucionados	Resíduo
2015	9.804 **	9.252	4.403
2014	9.936	9.854	3.851
2013	10.077	8.383	3.628
2012	8.396	8.291	1.934
2011	7.687	7.196	1.829
2010	6.587	6.789	1.342
2009	5.691	5.172	1.798
2008	4.520	4.680	909
2007	5.305	6.283	916
2006	5.287	4.337	1.927
2005	4.097	3.558	953
2004	2.620	2.746	506
2003	2.502	2.422	467
2002	2.096	2.251	643
2001	3.797	2.808	848
2000	2.483	1.647	579
1999	3.324	2.047	266
1998	3.041	2.643	614
1997	3.015	1.811	541
1996	2.321	1.523	252
1995	2.215	2.699	351
1994	2.718	2.393	1.442
1993	3.006	1.284	172

Fonte: Estatística TST e Sistema e-Gestão

\*Incluídos os recursos internos.

\*\* Vale ressaltar que alguns dados do ano de 2014 estão diferentes dos que constaram no Relatório de Atividades do

referido ano, tendo em vista que houve atualização das ferramentas de extração dos dados referentes aos itens do e-Gestão.

#### 1.6.2. VARIAÇÃO PERCENTUAL - PROCESSOS RECEBIDOS E RESOLVIDOS

DESCRIÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Processos recebidos	9.936	9.804	-1,33%
Processos Resolvidos	9.854	9.252	-6,11%
Resíduo	3.851	4.403	14, %

## 2. VARAS DO TRABALHO

Em 2015, as Varas do Trabalho da 22ª Região receberam um total de 26.222 processos, o que significa uma variação positiva de 1,02% em relação aos dados do ano anterior, conforme se observa abaixo.

### 2.1. PROCESSOS RECEBIDOS X RESOLVIDOS

	2014	2015
RECEBIDOS	25.757	26.222
RESOLVIDOS	26.955	26.032

Fonte: Sistema e-Gestão

Se a estatística levasse em consideração apenas os processos ingressados no ano de 2015, em relação aos processos resolvidos no mesmo período, haveria uma produtividade de 99,27% na resolução das lides.

Do total de processos resolvidos (26.032), a Justiça Trabalhista conseguiu conciliar o *quantum* de 7.102 destes litígios, o que revela um índice de 27,28% em aproveitamento conciliatório.

Ressalte-se que no ano de 2015 houve a Semana Nacional da Execução Trabalhista e a Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, onde o Tribunal do Trabalho da 22ª Região conseguiu chegar ao total de 724 casos trabalhistas solucionados através da conciliação, somando R\$ 13.352.175,64 em valores homologados, conforme demonstram os quadros abaixo:

#### 2.1.1. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO DE 2015:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS / AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VALORES ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª TERESINA	98	87	24	27,58%	161.555,66
2ª TERESINA	60	25	16	64%	112.114,23
3ª TERESINA	87	8	8	100%	3.304.795,53
4ª TERESINA	66	46	45	97,82%	681.980,00
PARNAÍBA	0	0	0	0	0
S R NONATO	0	0	0	0	0
PICOS	1	1	1	100%	73.310,48
CORRENTE	22	22	2	9,1%	6.389,00
PIRIPIRI	0	0	0	0	0
FLORIANO	69	69	14	20,28%	149.742,22
OEIRAS	15	15	15	100%	133.707,11
BOM JESUS	19	19	0	0	0
VALENÇA PI	92	92	13	14,13%	53.300,00
URUÇUÍ	54	53	6	11,32%	134.200,00
LEILÕES	00				85.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>582</b>	<b>436</b>	<b>144</b>	<b>33,02%</b>	<b>4.896.094,23</b>

### 2.1.2. RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2015:

VARA	AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS	ACORDOS / AUDIÊNCIAS REALIZADAS (%)	VALORES ACORDOS HOMOLOGADOS
1ª	196	130	84	64,61%	581.013,40

<b>TERESINA</b>					
<b>2ª TERESINA</b>	106	48	30	62,5%	86.888,92
<b>3ª TERESINA</b>	119	39	39	100%	244.146,99
<b>4ª TERESINA</b>	142	126	126	100%	3.391.320,93
<b>PARNAÍBA</b>	65	61	22	36,06%	75.029,45
<b>S R NONATO</b>	2	2	2	100%	1.560.158,57
<b>PICOS</b>	85	30	27	90%	152.760,00
<b>CORRENTE</b>	107	112	93	83,03%	551.851,64
<b>PIRIPIRI</b>	42	42	5	11,9%	19.500,00
<b>FLORIANO</b>	57	53	47	88,68%	823.208,11
<b>OEIRAS</b>	33	29	29	100%	140.729,31
<b>BOM JESUS</b>	73	73	41	56,16%	648.706,69
<b>VALENÇA PI</b>	137	135	30	22,22%	158.261,96
<b>URUÇUÍ</b>	64	64	5	7,81%	22.505,44
<b>TOTAL</b>	<b>1.228</b>	<b>944</b>	<b>580</b>	<b>61,44%</b>	<b>8.456.081,41</b>

## 2.2. NATUREZA DAS DECISÕES

<b>DECISÕES</b>	<b>TOTAL</b>
<b>CONCILIAÇÕES</b>	7.102
<b>PROCEDENTES</b>	2.404
<b>PROCEDENTES EM PARTE</b>	6.374
<b>IMPROCEDENTES</b>	2.160
<b>ARQUIVADOS</b>	5.141
<b>HOMOLOGAÇÕES DE DESISTÊNCIA</b>	1.151
<b>EXTINTOS SEM JULGAMENTO DE MÉRITO</b>	1.148

<b>EXTINTOS COM JULGAMENTO DE MÉRITO</b>	255
<b>OUTROS</b>	297
<b>TOTAL</b>	<b>26.032</b>

Fonte: Sistema e-Gestão.

### 2.3. PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO PARA O ANO SEGUINTE:

A seguir, é possível fazer-se uma análise comparativa das pendências de julgamento nos últimos 03 (três) anos, segundo os indicadores quantitativos:

ANO	2013	2014	2015
<b>QUANTIDADE</b>	6.781	10.503	10.995

Fonte: Sistema e-Gestão

### 2.4. MOVIMENTO PROCESSUAL POR VARA

VARAS DO TRABALHO	PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO DO ANO ANTERIOR	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS

	No ano *	TOTAL	No ano	SALDO REMANES- CENTE
<b>1º TERESINA</b>	3.156	4.308	2.597	1.711
<b>2º TERESINA</b>	3.063	4.422	2.720	1.702
<b>3º TERESINA</b>	3.101	4.420	2.760	1.660
<b>4º TERESINA</b>	3.107	3.595	2.961	634
<b>PARNAÍBA</b>	2.198	3.087	1.861	1.226
<b>S NONATO</b>	2.309	3.267	1.915	1.352
<b>PICOS</b>	1.915	3.058	2.324	734

<b>CORRENTE</b>	512	732	669	63
<b>PIRIPIRI</b>	1.719	3.113	2.222	891
<b>FLORIANO</b>	1.495	1.906	1.154	752
<b>OEIRAS</b>	1.359	1.686	1.439	247
<b>BOM JESUS</b>	651	808	654	154
<b>VALENÇA PI</b>	1.340	2.209	1.637	572
<b>URUÇUÍ</b>	1.057	1.446	1.119	327
<b>TOTAL</b>	26.982	38.057	26.032	<b>12.025</b>

\* Incluídos processos redistribuídos

Fonte: Sistema e-Gestão

**SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA-SEGE**

PARTE I

Atividade Administrativa

a) Documentos expedidos

b) Documentos recebidos

c) Reuniões

## PARTE II

Atividade Fim

1. Metas Nacionais de 2015 (CNJ);
2. Metas Específicas (CSJT);
3. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho (CSJT);
4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT22<sup>a</sup> Região;
  - 4.1 Projetos
  - 4.2 Ações correlatas
5. Unidade Socioambiental.

## COMPOSIÇÃO FUNCIONAL

ROBERTO WANDERLEY BRAGA

Juiz Coordenador da SEGE

JOÃO LUIZ ROCHA DO NASCIMENTO

Juiz Coordenador da SEGE

KAPLANN MACKLAYNY RIBEIRO MOURA

Assistente-Chefe da SEGE

LILIA BRAGA CASTELO BRANCO

Assistente da Subseção Escritório de Projetos

ANA CRISTINA SOARES BERTULANI

Unidade Socioambiental

LASTHÊNIA CARVALHO DA SILVA

Estagiária

## APRESENTAÇÃO

A Seção de Estatística e Gestão Estratégica - SEGE, possui como objetivo auxiliar o Tribunal na melhoria contínua da prestação jurisdicional e modernização institucional, por meio do acompanhamento e alinhamento com base nos indicadores de desempenho e nos dados estatísticos. Desenvolve e acompanha, também, os projetos desenvolvidos neste Regional através da Subseção de Escritório de Projetos.

As informações apresentadas a seguir indicarão as atividades desenvolvidas pela SEGE no exercício de 2015, divididas em duas partes, sendo:

PARTE I: Atividade Administrativa

PARTE II: Atividade Fim

### **PARTE I - Atividade Administrativa**

As atividades de natureza administrativa englobam os documentos produzidos e recebidos pela equipe da SEGE e reuniões realizadas durante o desempenho de suas atribuições.

#### **1. Documentos expedidos:**

Documentos expedidos	Quantidade
Memorandos	37
Memorandos Circulares	38
Ofícios	07
Ofícios Circulares	23

#### **2. Documentos recebidos:**

Documentos recebidos	Quantidade
Memorandos	20
Memorandos Circulares	20
Ofícios	03
Ofícios Circulares	05

#### **3. Reuniões:**

Foram realizadas reuniões para a concretização das ações estratégicas, para o cumprimento das Metas do Poder Judiciário e para acompanhamento de projetos, com a colaboração de magistrados e servidores.

<b>DATA</b>	<b>PAUTA</b>
10/02/2015	Reunião com a Comissão do Projeto Aposentadoria Saudável para programação das atividades a serem realizadas em 2015.
21/02/2015	Reunião para definição das metas dos indicadores do PEP 2015/2020 com a CGP, CML, CFIN e EJUD.
26/02/2015	Reunião em Brasília, CSJT para analisar proposta de glossário das Metas Nacionais de 2015.
27/02/2015	Realização da 1ª RAE.
09/03/2015	Reunião com a Presidente para definição de tópicos do PEP 2015/2020.
27/03/2015	Reunião com o Comitê Orçamentário e de Priorização do 1º Grau.
04/05/2015	Realização da 2ª RAE.
05 08/05/2015	a 1ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.
27 28/05/2015	e Reunião com consultoria sobre o escritório de projetos da CTIC.
02/06/2015	Reunião com o Comitê da CTIC para analisar o PETIC 2015/2020.
04/06/2015	Reunião com o Comitê Orçamentário e de Priorização do 1º Grau.
23/06/2015	Reunião em Brasília, CSJT, Rede de governança colaborativa.
25/08/2015	Reunião em Brasília-DF com o Comitê gestor da estratégia da Justiça do Trabalho para votar a proposta de revisão do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho.
15 16/09/2015	e 2ª Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário em Brasília.
17/09/2015	Realização da 3ª RAE.
15/10/2015	Reunião na Presidência para iniciar o projeto de implantação PPRA.
16/10/2015	Reunião com o Comitê de Priorização do 1º Grau.
26/10/2015	Realização da 4ª RAE.

05/11/2015	Reunião com a Comissão Socioambiental.
09/11/2015	Reunião com o Comitê da CTIC para definição do PETIC 2015/2020.
30/11/2015	Reunião com o Comitê de Priorização do 1º Grau.

## PARTE II - Atividade fim

Durante o ano de 2015, esta Seção acompanhou os indicadores do Planejamento Estratégico Nacional, fazendo apuração dos dados para lançamento no SIGEST.

O trabalho estatístico também foi realizado nas outras atividades fins: acompanhamento das Metas Nacionais de 2015(CNJ) e das Metas dos Planejamentos Estratégicos do TRT22 2015/2020 (Projeto PEP 2020) e Metas Específicas da Justiça do Trabalho (CSJT), que serão especificados nos tópicos a seguir.

### 1. Metas Nacionais de 2015 do Poder Judiciário (CNJ)

Em 2015, a SEGE alimentou o link <http://www.cnj.jus.br/metasNacionais/escolherAnoMetasNacionais.php>, do Conselho Nacional de Justiça referente às Metas do Poder Judiciário e também lançou seus dados no SIGEST juntamente com os dados das Metas Específicas do CSJT e as Metas PEP/TRT22/2015, mas fazendo acompanhamento sistematizado das metas em geral.

#### METAS NACIONAIS DE 2015 (CNJ)

##### METAS GERAIS:

**META 01:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

**META 02:** Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, nos 1º e 2º graus.



##### METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO:

**META 5:** Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**META 6:** Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.



**META 7:** Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

**HISTÓRICO DA META DE PRODUTIVIDADE:**

*DADOS DE 2010*

META PRIORITÁRIA 1 - Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	25.456	25.005	- 451	98,23%

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

*DADOS DE 2011*

META NACIONAL 3 - Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	28.232	26.748	-1.484	94,74%

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

*DADOS DE 2012*

META NACIONAL 1 - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	32.086	30.772	-1.314	95,90%

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

*DADOS DE 2013*

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	38.828	33.472	-5.356	86,20%

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2014

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	33.573	34.856	1.036	103,09%

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

DADOS DE 2015 (Jan a Dez)

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.				
1º e 2º GRAUS				
Meses	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado	Percentual de Cumprimento da Meta (1º e 2º Graus)
Total	34.644	34.028	-616	98,22

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2014/2015)

DADOS DE 2014

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.					
1º GRAU					
Mês/2014	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	2.526	2.075	-451	NÃO CUMPRIU	104,66%
Fev	2.541	2.005	-536	NÃO CUMPRIU	
Mar	1.907	2.505	598	CUMPRIU	
Abr	2.102	2.196	94	CUMPRIU	
Mai	2.191	1.958	-233	NÃO CUMPRIU	
Jun	1.999	2.148	149	CUMPRIU	
Jul	2.317	1.995	-322	NÃO CUMPRIU	
Ago	2.138	2.305	167	CUMPRIU	
Set	1.985	2.477	492	CUMPRIU	
Out	2.169	2.445	276	CUMPRIU	
Nov	2.108	2.671	563	CUMPRIU	
Dez	1.772	2.175	403	CUMPRIU	
Total	25.755	26.955	1.200	CUMPRIU	

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

*DADOS DE 2015*

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.					
1º GRAU					
Mês/2015	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	2.186	1.608	-578	NÃO CUMPRIU	99,28%
Fev	1.978	1.886	-92	NÃO CUMPRIU	
Mar	2.244	2.843	599	CUMPRIU	
Abr	1.842	1.932	90	CUMPRIU	
Mai	1.932	2.101	169	CUMPRIU	
Jun	1.981	2.318	337	CUMPRIU	
Jul	2.315	1.849	-466	NÃO CUMPRIU	
Ago	2.529	2.029	-500	NÃO CUMPRIU	
Set	2.394	2.386	-8	NÃO CUMPRIU	
Out	2.439	2.599	160	CUMPRIU	
Nov	2.528	2.633	105	CUMPRIU	
Dez	1.846	1.843	-3	NÃO CUMPRIU	
Total	26.214	26.027	-187	NÃO CUMPRIU	

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

**COMPARATIVO DA META DE PRODUTIVIDADE (2014/2015)**

*DADOS DE 2014*

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.					
2º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	727	696	-31	NÃO CUMPRIU	98,08%
Fev	832	815	-17	NÃO CUMPRIU	
Mar	666	732	66	CUMPRIU	
Abr	691	802	111	CUMPRIU	
Mai	817	452	-365	NÃO CUMPRIU	
Jun	703	919	216	CUMPRIU	
Jul	731	534	-197	NÃO CUMPRIU	

Ago	732	584	-148	NÃO CUMPRIU	
Set	718	1.030	312	CUMPRIU	
Out	659	417	-242	NÃO CUMPRIU	
Nov	596	511	-85	NÃO CUMPRIU	
Dez	183	409	226	CUMPRIU	
Total	8.055	7.901	-154	NÃO CUMPRIU	

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

*DADOS DE 2015*

META NACIONAL 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.					
2º GRAU					
Mês	Processos Distribuídos	Processos Julgados	Resultado Mensal	Cumprimento Mensal da Meta	Percentual de Cumprimento
Jan	978	480	-498	NÃO CUMPRIU	94,91%
Fev	377	566	189	CUMPRIU	
Mar	922	910	-12	NÃO CUMPRIU	
Abr	553	286	-267	NÃO CUMPRIU	
Mai	853	452	-401	NÃO CUMPRIU	
Jun	668	636	-32	NÃO CUMPRIU	
Jul	691	383	-308	NÃO CUMPRIU	
Ago	896	1.041	145	CUMPRIU	
Set	661	755	94	CUMPRIU	
Out	588	931	343	CUMPRIU	
Nov	703	733	30	CUMPRIU	
Dez	540	828	288	CUMPRIU	
Total	8.430	8.001	-429	NÃO CUMPRIU	

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente													
- Processos Distribuídos -													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	201	230	227	235	227	237	239	288	328	291	285	180	2.968
2ª VT Teresina	188	221	219	226	224	238	247	279	293	225	277	256	2.893
3ª VT Teresina	196	225	214	238	242	230	242	292	311	272	280	165	2.907
4ª VT Teresina	192	228	211	226	228	231	249	289	318	298	276	176	2.922
VTde Parnaíba	225	96	141	83	130	157	224	286	213	237	234	169	2.195
VT de São	210	119	299	95	190	143	126	303	114	279	227	204	2.309
VT de Picos	131	114	129	125	127	132	151	241	186	198	199	176	1.909
VT de Corrente	29	27	103	64	21	39	54	49	38	39	34	15	512
VT de Piripiri	183	131	166	164	154	113	132	111	91	113	233	125	1.716
VT de Floriano	143	105	170	144	108	93	153	114	101	143	96	119	1.489
VT de Oeiras	88	76	108	111	96	133	147	106	149	100	142	98	1.354
VT de Bom	37	19	39	24	48	62	153	27	46	31	133	31	650
VT de Valença	117	122	123	61	86	115	152	126	158	108	70	99	1.337
VT de Uruçuí	246	265	95	46	51	58	46	18	48	105	42	33	1.053
TOTAL	2.186	1.978	2.244	1.842	1.932	1.981	2.315	2.529	2.394	2.439	2.528	1.846	26.214

Fonte: Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE  
Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente Processos Julgados													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina		147	305	213	194	276	215	227	186	266	216	261	2.595
2ª VT Teresina	159	245	259	209	222	245	185	218	199	221	305	252	2.719
3ª VT Teresina	119	185	251	251	284	201	201	216	219	286	314	233	2.760
4ª VT Teresina	108	173	305	185	154	258	172	242	241	349	439	335	2.961
VTde Parnaíba	82	172	161	167	224	103	155	124	133	267	188	85	1.861
VT de São	77	60	186	94	43	124	158	109	402	365	179	118	1.915
VT de Picos	169	120	370	168	166	229	155	175	218	174	259	120	2.323
VT de Corrente	74	116	49	33	87	75	11	79	29	59	43	14	669
VT de Piripiri	320	245	197	137	236	140	109	229	162	155	219	73	2.222
VT de Floriano	33	98	156	128	121	88	90	143	76	88	52	80	1.153
VT de Oeiras	109	98	150	74	149	172	72	76	211	114	106	108	1.439
VT de Bom Jesus	40	14	69	14	41	26	20	44	148	67	113	58	654
VT de Valença	88	63	183	96	150	256	216	130	100	131	139	85	1.637
VT de Uruçuí	141	150	202	163	30	125	90	17	62	57	61	21	1.119
TOTAL	1.60	1.88	2.84	1.93	2.10	2.31	1.84	2.02	2.38	2.59	2.6	1.84	26.02

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta Nacional nº 01/2015 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos Distribuídos	Processos Resolvidos	Saldo	Grau de Cumprimento- % (distribuídos/resolvidos)
1ª VT Teresina	2.968	2.595	-373	87,43%
2ª VT Teresina	2.893	2.719	-174	93,98%
3ª VT Teresina	2.907	2.760	-147	94,94%
4ª VT Teresina	2.922	2.961	39	101,33%
VT de Parnaíba	2.195	1.861	-334	84,78%
VT de São Raimundo Nonato	2.309	1.915	-394	82,93%
VT de Picos	1.909	2.323	414	121,68%
VT de Corrente	512	669	157	130,66%
VT de Piripiri	1.716	2.222	506	129,48%
VT de Floriano	1.489	1.153	-336	77,43%
VT de Oeiras	1.354	1.439	85	106,27%
VT de Bom Jesus	650	654	4	100,61%
VT de Valença	1.337	1.637	300	122,43%
VT de Uruçuí	1.053	1.119	66	106,26%
Total	26.214	26.027	-187	99,28%

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

**Nota:** A meta estará cumprida se o grau de cumprimento for 100% mais 01(um) processo.

Quadro 01- Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 2

META 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos 1º e 2º graus.										
Período	(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2013 e não julgados no período até 31/12/2013, excluídos os suspensos até 31/12/2014. (Periodicidade Única)		(P2.4) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. (Periodicidade Mensal)		(P2.7) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. (Periodicidade e Mensal)		(P2.10) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos instância até 31/12/2013 e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. (Periodicidade Mensal)		(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2014. (Periodicidade Única)	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	10.491	2.430	0	0	0	0	107	4	9.520	2.193
Fev			0	0	0	0	81	9		
Mar			0	0	0	0	137	4		
Abr			0	0	0	0	59	2		
Mai			0	0	0	0	60	3		
Jun			0	0	0	0	35	2		
Jul			0	0	0	0	36	2		
Ago			0	0	0	0	19	3		
Set			0	0	0	0	29	0		
Out			0	0	0	0	17	0		
Nov			0	0	0	0	18	0		

Dez			0	0	0	0	6	4		
Total	12.921	0	0	0	0	0	604	33	11.713	
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO (%)									106,20	

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

**Quadro 02- Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 2 - Quadro Auxiliar**

Quadro Auxiliar de Interpretação da Meta 2			
Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
(P2.1) Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância até 31/12/2013 e não julgados no período até 31/12/2013, excluídos os suspensos até 31/12/2014. (Periodicidade Única)	10.491	2.430	12.921
<b>META - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos: 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013</b>	9.442	2.187	11.629
(P2.13) Número total de processos informados em p2.1 (31/12/2013) que foram julgados pela primeira ou única vez até 31/12/2014.	9.520	2.193	11.713
Processos julgados em 2015	604	33	637
Total de processos julgados (até 31/12/2015)	10.124	2.226	12.350
Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta	0	0	0
<b>PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)</b>	<b>107,22</b>	<b>101,78</b>	<b>106,20</b>

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

**CUMPRIDA**

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 5

Meta 5 - Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Período	(P5.1) Número total de casos novos de execução não fiscal no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.2) Número total de casos novos de execução fiscal no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.3) Número total de Processos de execução não fiscal baixados definitivamente no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.4) Número total de Processos de execução fiscal baixados definitivamente no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.5) Número total de processos de execução não fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	382	0	13	0	507	0	27	0	0	0
Fev	467	0	12	0	411	0	12	0	0	0
Mar	991	0	20	0	597	0	19	0	0	0
Abr	733	0	39	0	697	0	26	0	0	0
Mai	858	0	8	0	486	0	8	0	0	0
Jun	685	0	3	0	905	0	22	0	0	0
Jul	769	0	8	0	718	0	6	0	0	0
Ago	898	0	3	0	381	0	2	0	0	0
Set	1.001	0	10	0	753	0	5	0	0	0
Out	892	0	23	0	632	0	10	0	0	0
Nov	1.010	0	5	0	654	0	7	0	0	0
Dez	581	0	5	0	483	0	19	0	0	0
TOTAL	9.267	0	149	0	7.224	0	163	0	0	0

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 - Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 5

Período	(P5.6) Número total de processos de execução fiscal que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.7) Número total de processos de execução não fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>		(P5.8) Número total de processos de execução fiscal que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>	
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
Jan	0	0	0	0	0	0
Fev	0	0	0	0	0	0
Mar	0	0	0	0	0	0
Abr	0	0	0	0	0	0
Mai	0	0	0	0	0	0
Jun	0	0	0	0	0	0
Jul	0	0	0	0	0	0
Ago	0	0	0	0	0	0
Set	0	0	0	0	0	0
Out	0	0	0	0	0	0
Nov	0	0	0	0	0	0
Dez	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0
<b>PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%):</b>						<b>78,44%</b>
<b>- Execução Fiscal</b>						<b>108,67%</b>

**- Execução Não Fiscal**

**77,95%**

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução não fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

- Número Total de Casos Novos de Execução Não Fiscal-

Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	20	52	201	90	80	82	85	53	97	117	47	19	943
2ª VT Teresina	54	33	67	79	84	73	70	91	101	139	88	23	902
3ª VT Teresina	14	59	70	81	42	32	97	119	66	43	77	106	806
4ª VT Teresina	77	44	75	109	71	56	80	83	101	92	24	9	821
VTde Parnaíba	69	84	103	36	56	12	1	39	41	86	46	7	580
VT de São Raimundo	22	11	61	78	67	89	74	72	55	51	104	73	757
VT de Picos	15	40	138	53	35	10	23	53	65	28	96	70	626
VT de Corrente	5	22	18	76	116	68	128	98	26	19	83	22	681
VT de Piripiri	6	16	134	11	66	59	32	40	80	68	127	49	688
VT de Floriano	4	11	14	8	64	4	32	40	68	117	53	38	453
VT de Oeiras	15	7	7	13	49	106	14	71	157	20	73	37	569
VT de Bom Jesus	54	51	53	6	87	51	54	61	24	31	39	79	590
VT de Valença	19	17	31	42	23	19	62	29	85	55	68	29	479
VT de Uruçuí	8	20	19	51	18	24	17	49	35	26	85	20	372
TOTAL	382	467	991	733	858	685	769	898	1.001	892	1.010	581	9.267

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução não fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.													
- Número Total de Processos de Execução Não Fiscal Baixados Definitivamente-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	51	139	141	102	66	72	38	19	60	50	72	55	865
2ª VT Teresina	20	38	31	59	78	65	22	61	51	75	19	9	528
3ª VT Teresina	24	9	16	25	18	204	167	90	63	67	68	57	808
4ª VT Teresina	0	99	55	17	1	87	136	22	108	145	150	42	862
VTde Parnaíba	0	2	43	4	43	44	20	0	7	11	40	23	237
VT de São Raimundo	17	17	77	87	42	28	2	0	0	17	10	4	301
VT de Picos	105	18	7	5	5	0	3	16	93	76	21	31	380
VT de Corrente	0	9	104	47	20	53	84	40	9	20	24	7	417
VT de Piripiri	22	14	11	25	86	101	70	19	88	69	42	32	579
VT de Floriano	6	7	20	6	5	14	60	28	41	7	38	29	261
VT de Oeiras	157	24	46	119	74	123	77	21	182	29	69	169	1090
VT de Bom Jesus	53	6	5	4	11	70	2	19	8	33	4	6	221
VT de Valença	32	10	17	111	36	29	26	42	37	22	49	4	415
VT de Uruçuí	20	19	24	86	1	15	11	4	6	11	48	15	260
TOTAL	507	411	597	697	486	905	718	381	753	632	654	483	7.224

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução não fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Saldo	Cumprimento (recebidos/resolvidos)
1ª VT Teresina	943	865	-78	NÃO
2ª VT Teresina	902	528	-374	NÃO
3ª VT Teresina	806	808	2	SIM
4ª VT Teresina	821	862	41	SIM
VT de Parnaíba	580	237	-343	NÃO
VT de São Raimundo Nonato	757	301	-456	NÃO
VT de Picos	626	380	-246	NÃO
VT de Corrente	681	417	-264	NÃO
VT de Piripiri	688	579	-109	NÃO
VT de Floriano	453	261	-192	NÃO
VT de Oeiras	569	1.090	521	SIM
VT de Bom Jesus	590	221	-369	NÃO
VT de Valença	479	415	-64	NÃO
VT de Uruçuí	372	260	-112	NÃO
Total	9.267	7.224	-2.043	NÃO

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

**Nota:** A meta estará cumprida se o cumprimento for MAIOR que o total de processos recebidos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.													
- Número Total de Casos Novos de Execução Fiscal-													
Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	3	0	8	6	0	1	5	0	0	9	0	0	32
2ª VT Teresina	0	0	3	15	1	1	0	0	6	4	0	0	30
3ª VT Teresina	0	7	0	13	5	0	1	0	4	4	0	0	34
4ª VT Teresina	0	0	2	4	0	0	1	0	0	5	1	3	16
VTde Parnaíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de São Raimundo	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	0	5
VT de Picos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VT de Corrente	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	3
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

VT de Floriano	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	3
VT de Oeiras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VT de Bom Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Uruçuí	10	5	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	22
TOTAL	13	12	20	39	8	3	8	3	10	23	5	5	149

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

- Número Total de Processos de Execução Fiscal Baixados Definitivamente-

Varas do Trabalho	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1ª VT Teresina	1	3	7	0	2	0	0	1	0	1	2	0	17
2ª VT Teresina	0	0	4	3	6	0	0	1	0	2	0	0	16
3ª VT Teresina	0	2	0	0	0	14	1	0	1	3	1	4	26
4ª VT Teresina	0	3	2	0	0	2	5	0	1	3	2	14	32
VTde Parnaíba	0	2	5	0	0	4	0	0	0	0	1	0	12
VT de São	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Picos	26	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	30
VT de Corrente	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
VT de Piripiri	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
VT de Floriano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Oeiras	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
VT de Bom Jesus	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
VT de Valença	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VT de Uruçuí	0	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	1	22
TOTAL	27	12	19	26	8	22	6	2	5	10	7	19	163

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.



RIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA- SEGE

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

**Movimentação por Vara - Execução fiscal**

Meta Nacional nº 05/2015 - Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente				
Varas do Trabalho	Processos recebidos	Processos baixados	Saldo	Cumprimento
1ª VT Teresina	32	17	-15	NÃO
2ª VT Teresina	30	16	-14	NÃO
3ª VT Teresina	34	26	-8	NÃO
4ª VT Teresina	16	32	16	SIM
VTde Parnaíba	0	12	12	SIM
VT de São Raimundo Nonato	5	0	-5	NÃO
VT de Picos	1	30	29	SIM
VT de Corrente	3	2	-1	NÃO
VT de Piripiri	0	3	3	SIM
VT de Floriano	3	0	-3	NÃO
VT de Oeiras	1	2	1	SIM
VT de Bom Jesus	2	1	-1	NAO
VT de Valença	0	0	0	NÃO
VT de Uruçuí	22	22	0	NÃO
Total	149	163	14	SIM

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria

**Nota:** A meta estará cumprida se o cumprimento for MAIOR que o total de processos recebidos.

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 6 - 1º Grau

**Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012\*, no 1º Grau.**

Período	(P6.1) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os suspensos até 31/12/2014. (Periodicidade Única)	(P6.2) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2013 (Periodicidade Única)	(P6.3) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2014 (Periodicidade Única)	(P6.4) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou passaram a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade Mensal)	(P6.5) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadraram nos critérios da meta, que não foram julgados no mês de referência (Periodicidade Mensal)	(P6.6) Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram julgados pela primeira ou única vez. (Periodicidade Mensal)
Jan	56	49	4	0	0	0

Fev				0	0	0
Mar				0	0	0
Abr				0	0	0
Mai				0	0	0
Jun				0	0	1
Jul				0	0	0
Ago				0	0	1
Set				0	0	0
Out				0	0	0
Nov				0	0	1
Dez				0	0	0
Total		49	4	0	0	3
56						

**Fonte:** Secretaria da Corregedoria.

**Quadro 02 - Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 6 - 2º Grau**

**Meta 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013\*, no 2º Grau.**

Período	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA*, excluídos os suspensos até 31/12/2014. <b>(Periodicidade Única)</b>	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2013 <b>(Periodicidade Única)</b>	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIA* que foram julgados em 2014 <b>(Periodicidade Única)</b>	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. <b>(Periodicidade Mensal)</b>	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadraram nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. <b>(Periodicidade Mensal)</b>	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram julgados pela primeira ou única vez. <b>(Periodicidade Mensal)</b>
Jan		0	5	0	0	1
Fev	7	0	5	0	0	0
Mar				0	0	0

Abr				0	0	1
Mai				0	0	0
Jun				0	0	0
Jul				0	0	0
Ago				0	0	0
Set				0	0	0
Out				0	0	0
Nov				0	0	0
Dez				0	0	0
Total	7	0	5	0	0	2

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

### Quadro 03 - Quadro auxiliar de interpretação da Meta 6

Item	Descrição	1º Grau	2º Grau	Total 1º e 2º Graus
1	(P6.1) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos e não julgados na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA, EXCLUÍDOS OS SUSPENSOS ATÉ 31/12/2014. <b>(Periodicidade Única)</b>	56	7	63
2	(P6.4) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. <b>(Periodicidade Mensal)</b>	0	0	0
3	(P6.5) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. <b>(Periodicidade Mensal)</b>	0	0	0

4	<b>Total de processos para julgamento (itens 1 + 2 + 3)</b>	56	7	63
5	(P6.6) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA E NÃO JULGADOS ATÉ 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015 ( <b>Periodicidade Mensal</b> ) - JULGADOS EM 2015	3	2	5
6	(P6.2) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA QUE FORAM JULGADOS EM 2013( <b>Periodicidade Única</b> ) -JULGADOS EM 2013	49	0	49
7	(P6.3) - Número total de processos de conhecimento em ações coletivas distribuídos na instância NO PERÍODO DE REFERÊNCIAQUE FORAM JULGADOS EM 2014. ( <b>Periodicidade Única</b> ) -JULGADOS EM 2014	4	5	9
8	<b>Total de processos julgados em 2013, 2014 e 2015 (itens 5 + 6 + 7)</b>	56	7	63
9	Total de processos que ainda necessitam julgamento para cumprimento da Meta (itens 4 - 8)	0	0	0
10	<b>PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%)</b>	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

**CUMPRIDA**

Quadro 01 - Desempenho das Metas Nacionais 2015 - Meta 7 - 1º e 2º Graus

Período	(P7.3) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2014. (Periodicidade de Única)		(P7.4) - Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência (Periodicidade e Mensal)		(P7.5) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade e Mensal)		(P7.6) - Número total de processos dos dez maiores litigantes que saíram na meta por saírem da situação de suspensão ou por deixarem de se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência (Periodicidade e Mensal)		(P7.7) - Quantidade de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência (Periodicidade Mensal)	
	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau	1º Grau	2º Grau
Jan	1.396	649	253	70	0	0	0	0	45	20
Fev			228	119	0	0	0	0	58	179
Mar			289	352	0	0	0	0	75	20
Abr			252	106	0	0	0	0	59	87
Mai			233	334	0	0	0	0	75	97
Jun			250	233	0	0	0	0	82	186
Jul			324	183	0	0	0	0	38	15
Ago			308	219	0	0	0	0	26	38
Set			241	184	0	0	0	0	32	28
Out			292	185	0	0	0	0	87	229
Nov			509	194	0	0	0	0	35	210
Dez			307	131	0	0	0	0	37	250
Total: 2.045			3.486	2.310	0	0	0	0	649	2.440

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

Quadro 02 - Quadro auxiliar de interpretação da Meta 07

Item	Descrição	1º grau	2º grau	1º e 2º Graus
1	P7.3) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes pendentes de julgamento na instância em 31/12/2014. <b>(Periodicidade Única)</b>	1.396 (21)	649 (10)	2.045 (31)
2	P7.4) Quantitativo de processos dos dez maiores litigantes distribuídos na instância no mês referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>	3.486	2.310	5.796
3	Acervo distribuído dos 10 maiores litigantes 2.015 (itens 1+2)	4.882	2.959	7.841
4	<b>META - Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior (item 1 - 1,5%)</b>	1.375	639	2.014
5	(P7.7) - Quantidade de processos dos dez maiores litigantes julgados na instância no mês de referência <b>(Periodicidade Mensal)</b>	649	2.459	3.108
6	Acervo total dos 10 maiores litigantes 2.015 (itens 3-5)	4.233	500	4.733
7	Processos que precisam ser julgados para cumprimento da Meta (itens 4-6)	2.858	139	2.719
8	<b>PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META (%) (4:6)</b>	32,48	127,85	42,56

Fonte: Secretaria da Corregedoria.

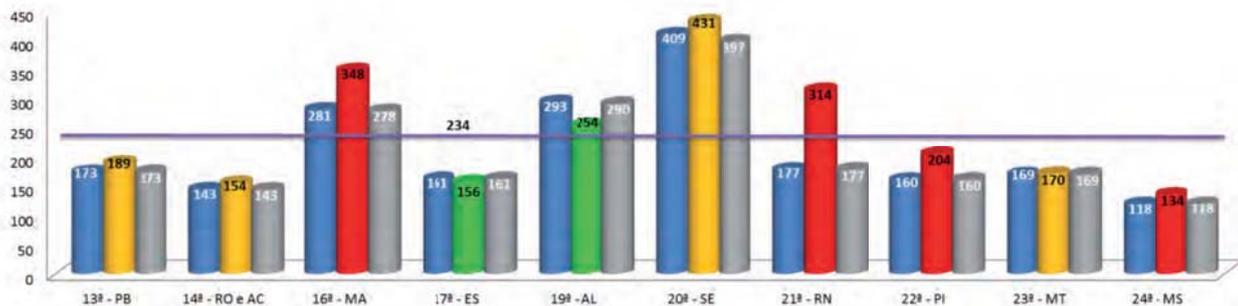
## 2. Metas Específicas da Justiça do Trabalho (CSJT)

### ▪ Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)

**Fórmula:** TMDP2 = Somatório(Data da Baixa - Data da Autuação)/Baixados

**Meta:** reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2014:

TMDP2 - Resultado acumulado por TRT - Pequeno porte (em dias)



**TRT22: Meta não cumprida**

**Meta 2015:** 160 DIAS

**Resultado acumulado de jan a dez de 2015:** 204 DIAS

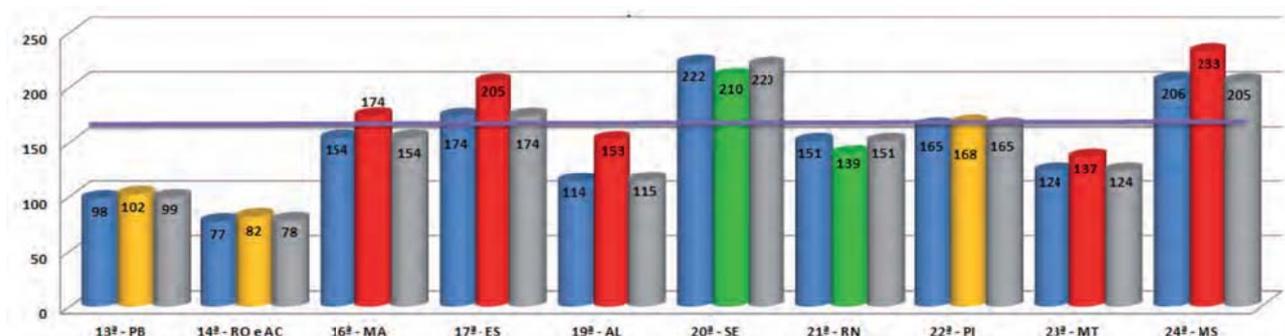
### ▪ Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo - Fase de Conhecimento - 1ª Instância (TMDP1c)

**Fórmula:** TMDP1c = Somatório(Data da Prolação da Sentença - Data do

Ajuizamento da Ação)/Processos com Prolação de Sentenças

**Meta:** reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014:

TMDPlc - Resultado acumulado por TRT - Pequeno porte (em dias)



**TRT22: Meta não cumprida**

**Meta 2015: 165 DIAS**

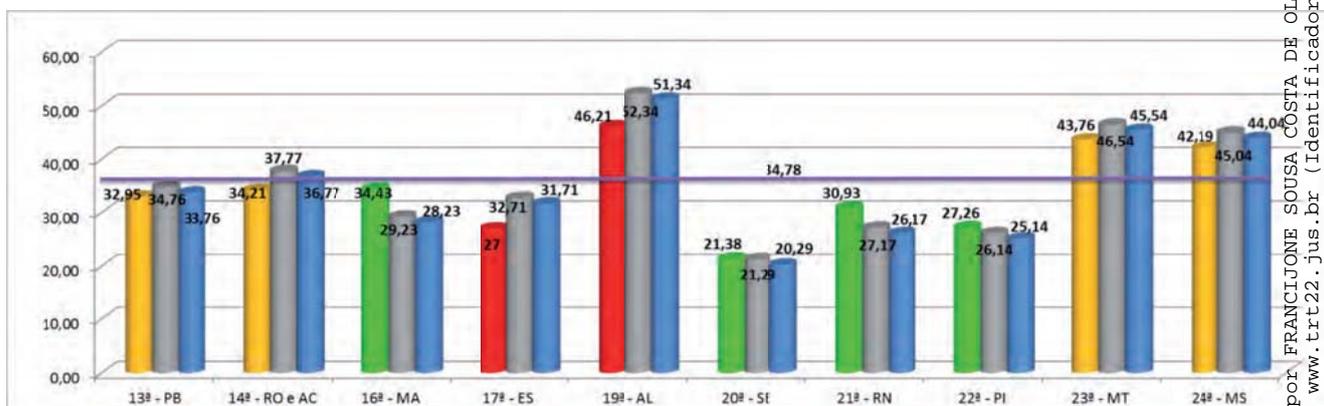
**Resultado acumulado de jan a dez de 2015: 168 DIAS**

- **Indicador: Índice de Conciliação - Fase de Conhecimento (ICONc)**

**Fórmula:**  $ICONc = \text{Conciliações} / \text{Solucionados}$

**Meta:** aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 10 pontos percentuais, até 2020.

ICONc - Resultado acumulado por TRT - Pequeno porte (%)



**TRT22: Meta cumprida**

**Meta 2015: 26,14%**

**Resultado acumulado de jan a dez de 2015: 27,26%**

### 3. Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho

#### Indicadores mensurados em 2015

- Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado-IEOD

Pequeno porte - Orçamento disponibilizado X Liquidado X A liquidar

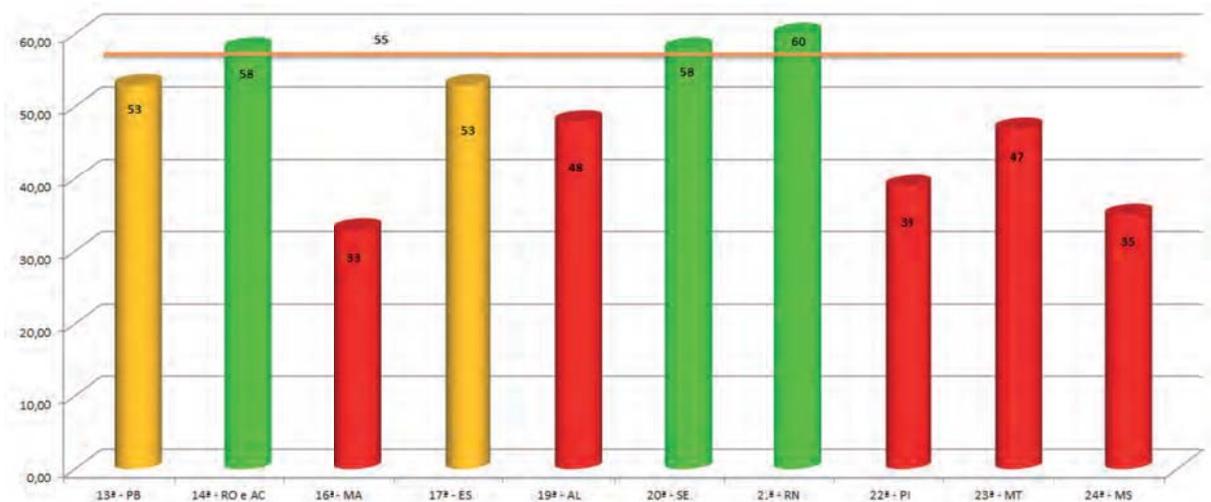


- Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância-TMDP2  
\*equivale a meta específica do CSJT
- Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância-Fase Conhecimento-TMDP1c

\*equivale a meta específica do CSJT

- Índice de Processos Julgados-IPJ  
\*equivale a meta nacional 01/2015
  
- Índice de Processos Antigos-IPA  
\*equivale a meta nacional 02/2015
  
- Índice de Ações Coletivas Julgadas-IACJ  
\*equivale a meta nacional 06/2015
  
- 
- Índice de Conciliação-Fase de Conhecimento-ICONC  
\*equivale a meta específica do CSJT
  
- Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes-ICP  
\*equivale a meta nacional 07/2015
  
- Índice de Execução-IE  
\*equivale a meta nacional 05/2015
  
- Índice de Alcance das Metas-IAM

IAM - Resultado acumulado do pequeno porte (jan a dez de 2015  
- em pontos)



#### 4. Planejamento Estratégico Participativo do TRT da 22ª Região - PEP 2015/2020

Cumprindo o calendário de atividades pela SEGE foram implementadas as seguintes iniciativas:

- \* Definição dos parâmetros e metas dos indicadores do PEP 2015/2020;

- \* Aprovação pelo Pleno através da Resolução nº14/2015 do PEP 2015/2020;

- \* Estruturação do Mapa Estratégico do PEP 2015/2020;

- \* Divulgação do PEP 2015/2020 para o público interno, para outros TRTs, OAB/PI, Procuradoria do Trabalho/PI e sociedade, por meio de revistas, matérias via internet e calendários;

- \* Acompanhamento dos dados por meio do sistema SIGEST.

#### - Relatório Resumo de Desempenho do PEP 2015 -

Indicadores	Meta 2015	Resultado 2015	Meta cumprida?	Observação
-------------	-----------	----------------	----------------	------------

01	Índice de Resolutividade Executiva (IREx)	77%	78,45%	SIM	-
02	Índice de celeridade da fase de conhecimento (1º Grau)	160 DIAS	167,59 DIAS	NÃO	-
03	Índice de celeridade na fase de conhecimento (2º Grau)	200 DIAS	203,88 DIAS	NÃO	-
04	Índice de agilidade na tramitação dos processos de bens e serviços	30%	-	NÃO	Indicador não apurado pela ausência de uniformização dos prazos de tramitação dos processos administrativos.
05	Índice de satisfação com a valorização	68%	55,75%	NÃO	-
06	Número de ações que promovam o bem-estar e a saúde de magistrados e servidores	03	04	SIM	-
07	Número de pessoas beneficiadas diretamente pelos projetos sociais	1.870	2.172	SIM	-
08	Grau de satisfação do público interno com a comunicação	70%	70,62%	SIM	-
09	Grau de	70%	56,82%	NÃO	-

	satisfação do usuário externo com os conteúdos e navegação do portal				
10	Índice de procedimentos mapeados, aprimorados e implementados	04	09	SIM	Foram aprimorados apenas os serviços da área de TI
11	Grau de satisfação dos magistrados e servidores com a infraestrutura	89%	81,86%	NÃO	-
12	Número de ações de responsabilidade socioambiental	02	01	NÃO	-
13	Índice de compras sustentáveis no almoxarifado	2,5%	2,04	NÃO	-
14	Índice de desenvolvimento profissional	75%	41,30%	NÃO	-
15	Índice de execução do orçamento	98,5%	-	-	Aguardando apuração pela CFIN
16	Índice do IGov/TI (TCU)	0,60% (aprimorado)	0,77%	SIM	-

**4.1 Em 2015 foram desenvolvidos os seguintes projetos:**

**- VISÃO GERAL -**  
**PROJETOS ESTRATÉGICOS**

PROJETOS	SITUAÇÃO
APOSENTADORIA SAUDÁVEL	Concluído
+ QUALIDADE + VIDA	Concluído
ORÇAMENTO CONSCIENTE	Dentro do prazo
DIVULGAR É PRECISO	Dentro do prazo
PEP TRT22/2015-2020	Concluído
PETIC 2020	Concluído
MEMÓRIA EM EXPOSIÇÃO TRT22	Concluído
SEMINÁRIO A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	Concluído
INTERCÂMBIO	Concluído
NICHO DA LEITURA	Dentro do prazo
CENTRAL DE SERVIÇOS DA CTIC	Em traso
GESTÃO POR COMPETÊNCIA	Em Atraso
OTIMIZAR	Planejamento em andamento

**I - APOSENTADORIA SAUDÁVEL (Parceria com a CGP):**

A implementação do Projeto Aposentadoria Saudável iniciou em 16/12/2013 e visa atender uma demanda apresentada no Workshop de Desdobramento das Iniciativas Estratégia realizado em 2013. Tem como escopo proporcionar aos magistrados e servidores, em especial, aqueles que recebem abono de permanência e estão a cinco anos da aposentadoria voluntária ou compulsória, informações e orientações que contribuam com o processo de

reflexão sobre a aposentadoria, de forma que sejam preparados para o início de uma nova etapa de vida.

Dentre as atividades previstas no escopo do projeto estava a de envolver os magistrados e servidores nas atividades do projeto através da realização de uma votação para escolha do slogan do projeto e o escolhido foi: "Aposentadoria Saudável. O futuro em construção".

No PGP (Plano Geral do Projeto) dentre outras atividades está prevista a realização de quatro *workshops* (semestralmente) nos exercícios de 2014 e 2015, abordando temas que orientem e auxiliem os participantes nas fases anterior e posterior da aposentadoria, tais como: legislação, saúde, etc.

O III Workshop Aposentadoria Saudável foi realizado nos dias 27 e 28/04/2015 e desenvolveu os seguintes temas: "Oficina de Empreendedorismo, O Mentor e seu Legado e Voluntariado".

O IV Workshop Aposentadoria Saudável foi realizado no dia 27/11/2015 e abordou o tema "Aposentadoria e Qualidade de Vida"

## II - + QUALIDADE + VIDA:

Atendendo a uma demanda interna apresentada durante o Workshop Desdobramento das Iniciativas Estratégicas, realizado em maio de 2013, o TRT22 por meio do projeto "+ Qualidade + Vida" promoveu um workshop em 2014 para todos os magistrados e servidores com o tema "Stress a seu favor" ministrado pelo Instituto Visão Futuro em quatro módulos onde abordaram exercícios para equilíbrio emocional e harmonia interpessoal que teve uma ótima aceitação dos servidores e repetimos o curso em 2015.

## III - ORÇAMENTO CONSCIENTE (parceria com a EJUD/CFIN):

O projeto tem como objetivo implementar no âmbito do TRT22 as seguintes metas:

- Assegurar recursos orçamentários para a execução dos objetivos e projetos estratégicos discriminados no PEP 2015/2020;
- Capacitar através de cursos os servidores das áreas do Tribunal envolvidos com o orçamento e finanças;
- Acompanhamento mensal através do SIGEST e da Internet da execução orçamentária e financeira do TRT22;
- Instruir e sensibilizar magistrados e servidores para atuarem na execução e planejamento orçamentário, através de cartilhas, divulgação através de matérias na intranet dos

prazos e benefícios do planejamento orçamentário participativo;

- Revitalização da execução do Planejamento Orçamentário Participativo;

- Alinhamento com as diretrizes estabelecidas pela Resolução Nº 195/2014/CNJ, com divulgação mensal de dados orçamentários no sítio do TRT22;

- Monitoramento da execução e mapeamento das necessidades de créditos suplementares e incrementar a sua captação;

-Treinamento na ferramenta SIGEO para cada unidade do Tribunal.

No exercício de 2015 foi realizado em parceria com a EJUD o curso de Tesouro Gerencial. Em parceria com a CFIN foram alocados recursos para desenvolvimento dos projetos estratégicos, divulgados mensalmente os dados orçamentários no sítio do TRT22 e SIGEST e monitorado a execução através do mapeamento das necessidades de créditos suplementares e incrementar a sua captação. Estão previstos para serem realizados em 2016 o orçamento participativo, confecção de cartilhas e treinamento no SIGEO (Sistema de Gestão e Execução Orçamentária).

#### IV - DIVULGAR É PRECISO:

O projeto tem como objetivo ampliar a atuação do Planejamento Estratégico Participativo - PEP através de uma maior integração dos setores e atender a Recomendação nº 02/2013/CNJ (Elaborar e implantar Plano de Comunicação da Estratégia).

O Plano de Comunicação da Estratégia instituído em 2013 que objetiva uma maior divulgação das atividades executadas pela SEGE, tem como fases a serem implementadas: *Comunicação contínua das Metas do Poder Judiciário, Preparação e divulgação das Reuniões de Análise da Estratégia - RAE , Atualização contínua do Sistema de Gestão Estratégica do TRT22 - SIGEST, Comunicação contínua das iniciativas Estratégicas - Projetos, Atualização da Cartilha do PEP, Pesquisa de Clima Organizacional, Pesquisa de Satisfação do Usuário, Oficina de Desdobramento da Estratégia e Oficinas de gestão de Processos.* Afim de implementar o projeto e divulgar o Planejamento Estratégico foram confeccionados e divulgados em 2015 a revista do PEP/TRT22/2015-2020, os calendários, realizadas quatro *Reuniões de Análise da Estratégia - RAE, acompanhamento das Metas no SIGEST e realização de duas pesquisas de Satisfação dos Usuários e uma de Clima Organizacional.*

V- PEP TRT22/2015-2020:

Seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, a atual gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região concluiu à elaboração do Planejamento Estratégico Participativo - PEP para o quinquênio 2015-2020, na busca de uma justiça mais célere, acessível e efetiva. Através de Oficina e reuniões foram aprovados os projetos, metas e indicadores e elaborado o novo Mapa do Planejamento Estratégico do TRT22. Para a concretização deste projeto, o Pleno do TRT22 aprovou, por meio da Resolução Administrativa nº 14/2015 o PEPTRT22/2015-2020, que foi amplamente divulgado internamente, para outros Tribunais do Trabalho, OAB e Procuradoria.

VI - PETIC 2020 (parceria com a CTIC):

O projeto tem como escopo a elaboração do Planejamento Estratégico da Informática. Foi desenvolvido em 2015 e está alinhado ao PEP 2020 do TRT22.

VII - MEMÓRIA EM EXPOSIÇÃO TRT22 (parceria com a Seção de Arquivo):

O projeto visa criar um espaço de divulgação das ações e memória do TRT22 e difundir a sua história através de exposições. A primeira exposição teve início em 18/06/2015 e desenvolveu o tema: "Retratos do Mundo do Trabalho na Infância: Os dois lados de uma mesma moeda" e retratou por meio de fotografias e outros recursos a situações de trabalho na infância.

VIII - SEMINÁRIO A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS (parceria com a Seção de Arquivo):

O Projeto teve por fim organizar e planejar todas as atividades necessários para realização do Seminário sobre a Política Nacional de Arquivos que foi realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2015 no auditório da EJUD e teve participação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

IX - INTERCÂMBIO (parceria com a EJUD e Varas do Trabalho):

O projeto tem por objetivo realizar 02 (dois) encontros com magistrados do 1º grau e diretores de Secretaria de Vara do Trabalho (Capital e Interior) para troca de conhecimentos e experiências entre as Varas do Trabalho com disseminação de

procedimentos e boas práticas administrativas e judiciais, além de treinamentos específicos. Durante o exercício de 2015 ocorreram nos períodos de 04 a 08/05/2015 e 14 a 18/09/2015.

X - NICHOS DA LEITURA:

Através deste projeto visa criar um ambiente na sede do TRT22 em que fiquem expostos livros paradidáticos e disponibilizá-los aos servidores, magistrados, tercerizados e pessoas que frequentem a Sede livros para leitura. No exercício de 2015 foram realizadas campanhas de doações de livros, adquiridos materiais para a realização da exposição e materiais de consumo para sua divulgação e manutenção. Em 2016 está previsto o lançamento do projeto.

XI- CENTRAL DE SERVIÇOS DA CTIC (parceria com a CTIC):

O projeto visa implantar a Central de Serviços da CTIC e posteriormente a sua ampliação para incluir atendimentos relacionados a Serviços Gerais e suporte ao PJe-JT. Encontra-se ainda em fase de implantação por falta de recursos para aquisição de equipamentos e programas.

XII - GESTÃO POR COMPETÊNCIA (parceria com a CGP):

Visando atender à Resolução CSJT 92/2012 este projeto foi implementado em outubro/2012 e embora tenha sido constituída comissão para desenvolvê-lo, seus trabalhos ainda não foram concluídos devido a pequena quantidade de servidores lotados na CGP e escassez de recursos para contratação de uma consultoria.

O projeto tem como escopo:

- Mapeamento das Competências Comportamentais da Organização;
- Mapeamento das Competências Técnicas e Comportamentais de cada Função/Papel;
- Avaliação das Competências Técnicas e Comportamentais dos Gestores;
- Avaliação de Desempenho com foco em Competências para os Gestores;
- Planos de Desenvolvimento Individual;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial.

XIII - OTIMIZAR:

Tem como escopo o mapeamento e racionalização dos procedimentos administrativos. Visa identificar e mapear os métodos e processos de trabalho atuais da área administrativa, com a finalidade de redesenhá-los, assegurando a padronização, agilidade, segurança, transparência e celeridade na tramitação dos procedimentos da área administrativa do TRT22.

#### **4.2 Ações Correlatas à atividade fim da SEGE**

A SEGE, visando à implementação das ações no gozo de suas atribuições, concretizou as seguintes ações durante o ano de 2015:

- Elaboração do Relatório de atividades 2014;
- Elaboração, confecção e divulgação de panfletos das Metas Nacionais de 2015 do Poder Judiciário;
- Elaboração, confecção e entrega de calendários para divulgação de projetos executados;
- Encaminhamento de memorandos aos setores respectivos divulgando o glossário das Metas Nacionais de 2015 do Poder Judiciário;
- Confecção e divulgação dos cartazes das metas do PEP TRT22/2015 em encontros e no Portal Colaborativo do e-mail expresso do TRT22;
- Realização de uma Pesquisa de Clima Organizacional ( 25/11/2015 a 13/01/2016) e duas Pesquisas de Satisfação dos Usuários (16 a 20/03/2015 e 23 a 27/11/2015), compilação, análise dos resultados apresentados e divulgação;
- Elaboração do relatório solicitado pelo Controle Interno/TCU informando o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico;
- Coordenação do Subcomitê dos Tribunais de Pequeno Porte articulando com os Tribunais de Pequeno Porte as iniciativas solicitadas pelo CNJ e CSJT;
- Alinhamento do PETIC 2015/2020 com o PEP 2015/2020/TRT22;
- Lançamento dos dados das Metas Nacionais no sistema do CNJ e lançamento dos dados das Metas do PEP e do Planejamento Estratégico da JT no SIGEST;

- Realização em parceria com a EJud22 do projeto Intercâmbio (Encontro de Diretores de Varas);

- Apresentação do projeto Mapa Estratégico Virtual, no II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho em Porto Seguro - BA;

- Em cumprimento ao art. 9, da Res. nº198/14, foram realizadas 04(quatro) Reuniões de Análise da Estratégia - RAEs;

- Elaboração das Atas das reuniões do Comitê de Priorização do 1º grau.

#### **Cursos oferecidos aos magistrados e servidores do TRT22:**

- 27 e 28/04/2015 - "Aposentadoria Saudável" Módulo III;

- 04/05/2015 - Semana de Formação Continuada: Palestra do Dr. Roberto sobre o IPC-Jus e desempenho do do TRT22 com relação as metas nacionais e do PEP 2015;

- 04 a 08/05/2015 - Projeto Intercâmbio (Encontro dos Diretores de Varas);

- 02, 09, 16 e 23/10/2015 - Curso de Qualidade de Vida - Workshop Stress a seu favor;

- 14 a 18/09/2015 - Projeto Intercâmbio (Encontro dos Diretores de Varas);

- 17/09/2015 - Semana de Formação Continuada: Apresentação do Dr. Roberto sobre desempenho do TRT22 no Justiça em Números(CNJ), nas metas nacionais, metas CSJT e metas do PEP 2015 ;

- 27/11/2015 - "Aposentadoria Saudável" Módulo IV.

**Cursos recebidos pelos servidores da SEGE:**

- 27 e 28/04/2015 - Participação no III Workshop Aposentadoria Saudável - *servidora Lilia Castelo Branco;*

- 29 e 30/05/2015 - Participação no I Seminário Piauiense de Combate ao Trabalho Infantojuvenil - *servidora Lilia Castelo Branco;*

- 18 e 19/06/2015 - Seminário sobre Política Nacional de Arquivos da Justiça do Trabalho - *servidoras Kaplann Moura e Lilia Castelo Branco;*

- 07/08/2015 -- *Participou IV Seminário Piauiense de Trabalho Seguro - servidora Lilia Castelo Branco;.*

- 02, 09, 16 e 23/10/2015 - Participação no Workshop Stress ao seu favor - *servidora Lilia Castelo Branco;*

- 26 a 28/10/2015 - Capacitação na metodologia de gestão de portfólio e projetos da TIC do TRT22 favor - *servidora Lilia Castelo Branco;*

- 29/10/2015 - participação na palestra projetos na perspectiva da tecnologia da informação - *servidoras Kaplann Moura e Lilia Castelo Branco;*

- 19/11/2015 - Participação no Treinamento sobre o Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP, *servidoras Kaplann Moura e Lilia Castelo Branco;*

- 27/11/2015 - IV Workshop Aposentadoria Saudável - *servidora Lilia Castelo Branco;*

- 30/11 a 03/12/2015 - Participação no curso "Como planejar a contratação e estruturar o termo de referência para compras e serviços contínuos" *servidora Kaplann Moura.*

**Participações em eventos oferecidos ao Coordenador e servidores da SEGE:**

- 12/01/2015 - Dr. Roberto: Participação na Abertura do Ano Judiciário. Proferiu palestra sobre "E-Gestão", em Belém-PA;

- 12/02/2015 - Dr. Roberto: Participação no Planejamento Estratégico do TRT16. Proferiu palestra sobre "Construção do planejamento Estratégico do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e as Metas da Justiça do Trabalho", em São Luis-MA;

- 08 a 10/04/2015 - Dr. Roberto e Kaplann: Participação no Evento II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, em Porto Seguro-BA. Dr. Roberto apresentou o projeto "Mapa Virtual do Planejamento Estrategico";

- 05 e 08/05/2015 - Dr. Roberto: Participação na I Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF;

- 15 e 16/09/2015 - Dr. Roberto e Lilia: Participação na II Reunião Preparatória para o IX Encontro Nacional do Poder Judiciário e "Justiça em Números", em Brasília-DF;

- 24 e 25/11/2015 - Dr. Roberto: Participação no IX Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília-DF.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Registradas as ações implementadas pela SEGE, cumpre-nos reconhecer e agradecer a colaboração de todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para concretização dos trabalhos desta unidade.

### **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA-ASSAD**

As atribuições da Assessoria Administrativa compreendem atividades de assessoramento à Presidência do Tribunal na seara administrativa compreendendo:

1º) Análise e elaboração de despachos e decisões nos Processos Administrativos de competência da Presidência;

2º) Elaboração dos votos do Presidente nos processos de competência do Tribunal Pleno;

3º) Elaboração das informações prestadas à Advocacia-Geral da União, no sentido de dar suporte à defesa da União nos processos que envolvem o Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;

4º) Elaboração das informações prestadas em Mandados de Segurança decorrentes de decisões administrativas do Presidente deste Tribunal;

5º) Elaboração de editais;

6º) Cooperação na elaboração da legislação interna desta Corte;

7º) Análise e elaboração de despachos e de liberações de pagamento nos Processos Administrativos de requisição de pagamento de honorários periciais deferidos em processos judiciais nos quais foi concedido à parte o benefício da Justiça Gratuita.

Nesse mister, destaca-se a análise de 372 processos administrativos no ano de 2013, relacionados abaixo:

#### **1. Decisões**

- Abono de falta: 2
- Acréscimo do quadro de estagiários: 1
- Acumulação de cargos: 1
- Adicional de qualificação: 3
- Apuração de responsabilidade: 4

- Aquisição de materiais: 1
- Arquivamento de PA: 6
- Convênios: 3
- Estágio: 1
- Homologação de concurso interno de remoção: 7
- Honorários Periciais: 40
- Incorporação de quintos: 1
- Licença doença da pessoa da família: 114
- Majoração da bolsa de estágio: 1
- Pagamento de diferença - auxílio alimentação: 1
- Pagamento de substituição: 1
- Pagamento de quintos: 1
- Pedido de reconsideração: 1
- Promoção de servidor: 1
- Ratificação de dispensa-inexigibilidade: 36
- Readaptação e horário especial: 1
- Recursos de multas: 3
- Recurso de avaliação de desempenho: 2
- Reembolso de valores: 2
- Remoção de servidor: 7
- Retirada de Cancelos: 2
- Solicitação de estagiário: 1
- Teste seletivo para estagiário: 1
- Vacância: 3
- Liberação de expediente: 1
- Proposta orçamentária 2014: 1
- Recesso OAB: 1
- Liberação de expediente: 1
- Cessaçao de licença: 1
- Cumprimento de decisão: 1
- Sobrestamento do feito: 1

**2. Despacho de mero expediente: 18**

**3. Diligência geral: 8**

**4. Recurso - Presidência: 3**

**4. Voto**

- Abono de permanência: 6
- Acumulação de cargos: 2
- Ajuda de custo: 16
- Alteração de Proventos: 3
- Aposentadoria: 5
- Averbação de tempo de serviço: 5
- Jornada de Trabalho: 1
- Licença de atividade política: 1
- Licenças de capacitação: 4

- Licença de tratamento de saúde de magistrado: 15
- Licença pessoa doente da família (Magistrados): 5
- Licença gestante (Magistradas): 2
- Nomeação de CJ: 1
- Promoção de juiz: 1
- Redistribuição: 5
- Proposta de regulamentação de concessão de férias: 2
- Remoção de servidor: 2
- Remoção de Juiz: 3
- Alteração de Aposentadoria Voluntária: 1
- Escala de férias de magistrados: 1
- Recesso de prazos OAB: 1
- Concurso Nacional de remoção: 1

No ano de 2014, foram analisados 354 processos administrativos, sendo estes subdivididos de acordo com a seguinte relação:

#### **1. Decisões**

- Abono de falta: 12
- Acréscimo do quadro de estagiários: 1
- Adicional de qualificação: 4
- Ajuda de Custo: 1
- Apuração de responsabilidade: 7
- Arquivamento de PA: 18
- Atividade Jurídica: 1
- Auxílio Financeiro: 1
- Convênios: 3
- Doação de bens: 1
- Homologação de concurso interno de remoção: 7
- Honorários Periciais: 62
- Licença doença da pessoa da família: 100
- Licença tratamento de saúde: 1
- Majoração da bolsa de estágio: 1
- Pagamento de diferença - auxílio alimentação: 1
- Pagamento horas extras: 2
- Pagamento URV: 2
- Pedido de reconsideração: 1
- Ratificação de dispensa-inexigibilidade: 1
- Recursos de multas: 1
- Recurso de avaliação de desempenho: 1
- Regulamento de serviço voluntário: 1
- Remoção de servidor: 7
- Reposicionamento fim de lista: 3
- Vacância: 4
- Jornada Especial: 3
- Regulamentação de porte de armas: 1

- Proposta de alteração de regimento: 1
- Afastamento de servidor para curso de formação: 1
- Contratação de empresa: 1
- Proposta de regulamentação de auxílio moradia: 1
- Proposta orçamentária: 1

**2. Despacho de mero expediente: 28**

**3. Diligência geral: 3**

**4. Voto**

- Abono de permanência: 5
  - Acumulação de cargos: 2
  - Ajuda de custo: 9
  - Auxílio financeiro: 1
  - Auxílio moradia: 4
  - Averbação de tempo de serviço: 12
  - Declaração de extinção de cargo: 2
  - Isenção de Imposto de Renda: 2
  - Jornada de Trabalho: 1
  - Licenças de capacitação: 4
  - Licença de tratamento de saúde de magistrado: 8
  - Licença pessoa doente da família (Magistrados): 1
  - Redistribuição: 7
  - Proposta para regulamentação de porte de arma: 1
  - Remoção de Juiz: 5
  - Proposta de regulamentação de auxílio moradia: 1
  - Proposta de regulamentação de adicional de deslocamento:
- 1
- Eleição biênio 2015/2016: 1
  - Recesso de prazos OAB: 1
  - Investigação de Magistrado: 2

Teresina, 30 de janeiro de 2015.

**REGINALDO FARIAS DIAS**  
Assessor Administrativo

**ASSESSORIA JUDICIAL-ASSEJUD**

**ASSESSORIA JUDICIAL DA PRESIDÊNCIA:**

1. ATIVIDADES DESEMPENHADAS
  - Despachos de Admissibilidade de Recurso de Revista

- Despachos de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista
- Despachos de Admissibilidade de Recurso Ordinário em Ações originárias do TRT22
- Despachos Ordinatórios ( demais despachos proferidos pela Presidência)
- Publicações no D.E.J.T dos despachos proferidos pela Presidência.
- Expedição de notificações nos processos do PJe- JT

<b>ATIVIDADES</b>	<b>TOTAL</b>
Despachos de Admissibilidade de Recurso de Revista(PJe-JT, Processos Virtual e Físico)	2491
Demais Despachos emitidos pela Presidência(AIRR, Recursos Ordinários em processos de competência Originária, outros despachos)	2268
Despachos emitidos pelo PJe-JT(AIRR, Recursos Ordinários em processos de competência Originária, outros despachos)	602
Publicações de despachos do apt no D.E.J.T	2056
Despachos emitidos pelo Word(Petição Avulsa)	41

### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-ASCOM

#### **1 - NOTÍCIAS PUBLICADAS NO PORTAL DO TRT 22**

Durante o ano de 2015, a Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (Ascom-TRT 22) produziu e publicou 287 notícias no site do Tribunal, o que representa a ocorrência de uma notícia nova a cada dia útil (média de 1,22 notícia/dia útil). Em termos de conteúdo, a maior parte é pautada a partir de decisões judiciais proferidas pela Corte. Para isso, a equipe da Ascom procede ao acompanhamento semanal das sessões das duas Turmas de Julgamento e do Pleno do TRT, assim como os dissídios coletivos. Essas notícias destinam-se, principalmente, aos usuários da Justiça do Trabalho (advogados, partes, estudantes e público em geral). Já as publicações de interesse exclusivo dos servidores e magistrados, as chamadas "notícias internas", publicadas regularmente na Intranet, totalizaram 112 em 2015. Em termos de abrangência, as notícias publicadas no site do Tribunal contaram com 78.725 visualizações em 2015.

#### **QUADRO 01 - MATÉRIAS PUBLICADAS NO SITE DO TRIBUNAL - 2015**

MÊS QUANTIDADE N° DE N° DE

	DE MATÉRIAS	DIAS ÚTEIS	ACESSOS
JAN	13	18	1.172
FEV	15	17	4.733
MAR	42	22	10.449
ABR	41	18	5.669
MAI	25	20	5.814
JUN	19	21	8.878
JUL	28	23	7.935
AGO	24	20	10.976
SET	25	21	7.681
OUT	15	21	8.488
NOV	24	20	3.522
DEZ	16	14	3.408
TOTAL	287	235	78.725

## 2. REDES SOCIAIS

O TRT 22 dispõe de perfis institucionais no Twitter e no Facebook.

Pelo Twitter foram publicados 97 posts em 2015, a grande maioria com links para matérias do portal do Tribunal. Até 2015, a conta do TRT no Twitter (@trt22piaui), acumulou 6.434 seguidores, desde sua criação, em agosto de 2009.

Já no Facebook, a página do TRT Piauí tem sido muito visualizada, ampliando, sobremaneira, o alcance das matérias institucionais e de decisões proferidas pela Corte. De janeiro a dezembro, foram publicados 203 posts, que geraram 127.246 visualizações, com a média de 626 visualizações por post.

### QUADRO 02 - POSTAGENS NO FACEBOOK

MÊS	QUANTIDADE VISUALIZAÇÕ ES	QUANTIDADE DE POSTS	MÉDIA VISUALIZAÇÕES/POS T
JAN	2.565	9	285
FEV	2.178	8	272
MAR	8.748	25	349
ABR	10.048	12	837
MAI	14.508	47	309
JUN	464	01	464
JUL	13.702	18	761
AGO	22.468	21	1.070
SET	10.126	19	533
OUT	24.903	19	1.310

NOV	8.730	18	485
DEZ	8.806	6	1.468
TOTAL	127.246	203	626

Segundo registro obtidos a partir das ferramentas estatísticas do aplicativo, o Facebook do TRT 22 alcança, semanalmente, cerca de 3.618 pessoas, com 3.486 "curtidas" acumuladas até 2015.

### 3. ADMINISTRAÇÃO DO PORTAL

The screenshot displays the TRT 22 PIAUI website. At the top, there is a navigation menu with links for 'Institucional', 'Notícias', 'Serviços', 'Consultas', 'Transparência', and 'Jurisprudência'. A search bar is located in the top right corner. The main content area features a news article titled 'Liana Chaib confirma direito de nomeação de concursados da UPA de São Raimundo Nonato' dated 27/01/2016. To the right of the article is a sidebar with icons and links for 'PJe - Processo Judicial Eletrônico', 'Plantão Judiciário', 'Consulta de Precatório', 'DEJT - Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho', and 'Ouvidoria'. Below the article, there are links for 'Consulta Processual', 'Pautas de Varas', 'Pautas do TRT', and 'Produção dos Magistrados - 1º Grau' and 'Produção dos Magistrados - 2º Grau'. At the bottom, there is a search interface for 'Varas do Trabalho' with a search bar containing 'w l e x y' and a 'Gerar código' button. Below the search bar are three buttons: 'Busca - Varas de Trabalho', 'Busca por advogado', and 'Busca advogado por número do OAB'.

Em cumprimento às suas atribuições relacionadas com a administração de conteúdo do Portal do TRT-PI, a Ascom consolidou, em 2015, uma série de melhorias no site, a partir de demandas das áreas interessadas, destacando-se as seguintes:

- 1 - Ampliação da transparência com a publicação de todos os **Atos Administrativos e Resoluções** na internet, de forma organizada e de fácil pesquisa, cumprindo determinação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

## Atos e Resoluções

[home](#) / atos e resoluções

[Atos da Presidência](#)  
[Atos da Corregedoria](#)  
[Código de Ética dos Servidores do TRT/PI](#)  
[Editais GP e DGA](#)  
[Expedientes CGP](#)  
[Portarias da Corregedoria](#)  
[Portarias da Presidência](#)  
[Portarias da Diretoria Geral](#)  
[Regimento Interno](#)  
[Resoluções Administrativas](#)  
[Provimentos](#)

### Atos e Resoluções

<a href="#">Atos da Presidência</a>	▼
<a href="#">Atos da Corregedoria</a>	
<a href="#">Código de Ética dos Servidores do TRT/PI</a>	
<a href="#">Editais GP e DGA</a>	▼
<a href="#">Expedientes CGP</a>	▼
<a href="#">Portarias da Corregedoria</a>	
<a href="#">Portarias da Presidência</a>	▼
<a href="#">Portarias da Diretoria Geral</a>	▼
<a href="#">Regimento Interno</a>	

2 - Implantação de **Calendário Anual do Plantão Judiciário** no portal, proporcionando consulta;

3 - Inclusão do PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Lei nº 12.527/2011), junto à Ouvidoria, cumprindo determinação do CNJ, proporcionando mais um canal de transparência e de contato com a sociedade;

4 - Melhor disponibilização do **Canal da Ouvidoria** na página do TRT/PI, aumentando a visualização e a divulgação;

## Ouvidoria

[home](#) / ouvidoria

Confira os telefones de todos os departamentos

[O QUE É OUVIDORIA?](#)[QUEM PODE MANIFESTAR-SE NA OUVIDORIA?](#)[ONDE FUNCIONA A OUVIDORIA?](#)[PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO \(LEI nº12.527/2011\)](#)

### Canais de contato

Telefone (86) 2106-9516

E-mail: [ouvidoria@trt22.jus.br](mailto:ouvidoria@trt22.jus.br)Rua 24 de Janeiro, 181 -  
Centro - CEP 64.000-921 -  
Teresina-PI  
[Veja o mapa](#)Confira todos os telefones do TRT  
Piauí

[COMO FAZER DENÚNCIAS, RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES,  
ELOGIOS E PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO?](#)

[Newsletter](#)

5 - Inclusão de dois novos tópicos no item **Jurisprudência** - a **Tese Jurídica Prevalente** e o **IUJ - Incidente de Uniformização de Jurisprudência**

## Jurisprudência

[home](#) / [jurisprudência](#)[Consulta Unificada](#)[Boletim Mensal de Jurisprudência](#)[Súmulas](#)[IUJ - Incidente de Uniformização de Jurisprudência](#)[Tese Jurídica Prevalente](#)

6 - Reorganização, para melhor visualização e facilidade na pesquisa, dos **submenus do portal**, proporcionando uma navegação mais suave e com acesso mais rápido e fácil a todas as informações do Tribunal;

7 - Inclusão dos submenus **Produção dos Magistrados** na *home* do Portal, atendendo solicitação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ampliando a transparência das informações;

8 - Ampliação dos **Ícones de Serviços**;

### Principais Serviços | Encontre aqui o serviço que você procura

 Atualização Monetária	 Biblioteca	 Cálculo Trabalhista	 Carta Precatória Eletrônica	 Central do Advogado
 CNDT	 Concursos	 e-Doc	 Emissão de GRU	 Guia de Depósito Recursal - (GRF Web Recursal)
 Leilão Judicial	 Licitações	 Links Úteis	 Malote Digital	 Plantão Judiciário

9 - Alteração no sistema de publicação de **Atos e Resoluções**, proporcionando mais segurança ao conteúdo para o servidor na hora de publicar.

#### 4. PROJETOS E EVENTOS

Em atendimento a demandas da Presidência e da Escola Judicial (Ejud 22), a Ascom realiza, regularmente, o planejamento e acompanhamento de projetos corporativos, de acordo com as normas mundialmente consagradas em Gerenciamento de Projetos (PMBOK, PMP).

Para tanto, mantém um acervo setorial projetos, com pastas físicas e virtuais correspondentes, compostas pelos dossiês de acompanhamento dos respectivos projetos - do planejamento à medição de resultados; ou, em alguns casos, até que seja encaminhado a setor competente, para execução.

Neste quesito, somou, de 2012 a 2015, 13 projetos em áreas diversas.

#### QUADRO 03 - PROJETOS E EVENTOS

PROJETO	DEMANDANTE	ÁREA	ATUAÇÃO ASCOM	STATUS
<b>JE-22</b> Jogos Esportivos TRT22: Projeto Piloto	Presidência	Saúde e Clima Organizaci onal	Planejament o, redação, gerência, <u>execução,</u> dossiê, medição de resultados, arquivo físico e virtual.	Iniciado e concluído em <b>2012,</b> <b>quando foi</b> incluso no Banco de Boas Práticas do CNJ.
<b>I STPS**</b> Seminário Piauiense de Trabalho Seguro	Presidência	Capacitaçã o	Planejament o, redação, programação visual, gerência, dossiê, medição de resultados, arquivo físico e virtual.	Iniciado e concluído em <b>2013.</b>
<b>III</b> <b>CONFID**</b> Congresso	Presidência	Capacitaçã o	Planejament o, redação, programação	Iniciado e concluído em <b>2013.</b>

Nacional  
de  
Filosofia  
do Direito

visual,  
gerência,  
execução,  
dossiê,  
medição de  
resultados,  
arquivo  
físico e  
virtual.

**Troféu  
Justiça  
Mulher**

Presidência  
Clima  
Organizaci  
onal

Planejament  
o, redação,  
programação  
em **2013**.

Solenidade  
institucio  
nal em  
Homenagem  
a mulheres  
da Justiça

visual,  
gerência,  
execução,  
dossiê,  
medição de  
resultados,  
arquivo  
físico e  
virtual.

**CIC -  
Central de  
Itinerânci  
a e  
Cidadania**

Presidência  
Ampliação  
do  
atendiment  
o  
jurisdicio  
nal

Planejament  
o, redação,  
entrega da  
em **2013**.

(Implantaç  
ão)

competência  
à Subseção  
Escritório  
de  
Projetos,  
dossiê  
respectivo,  
arquivo  
físico e  
virtual.

**STPS  
2014\*\***  
Seminário  
Piauiense  
de  
Trabalho  
Seguro

Presidência  
Capacitaçã  
o

Planejament  
o, redação,  
programação  
em **2014**.

visual,  
gerência,  
dossiê,  
medição de  
resultados,  
arquivo  
físico e

<p><b>IV</b> <b>CONFID**</b> Congresso Nacional de Filosofia do Direito</p>	<p>Presidência</p>	<p>Capacitação</p>	<p>virtual. Planejamento, redação, programação visual, inclusão e aprovação no Plano de Patrocínios do Banco do Brasil, dossiê, arquivo físico e virtual.</p>	<p>Iniciado, *interrompido e *arquivado em <b>2014</b>. * Por demanda da Amatra XXII, parceira do projeto.</p>
<p><b>JUS MÓVEL</b>  (Projeto de aquisição e implantação de ônibus equipado para Itinerância)</p>	<p>Presidência</p>	<p>Ampliação do atendimento jurisdicional</p>	<p>Planejamento, redação, acompanhamento até a aprovação pelo TST e aquisição do recurso, <u>entrega da competência de execução para DGA</u>, dossiê respectivo, arquivo físico e virtual.</p>	<p>Iniciado em 2013, provido de recurso em 2014 e concluído em <b>2015</b>.</p>
<p><b>STPS 2015</b> Seminário Piauiense de Trabalho Seguro</p>	<p>Ejud 22</p>	<p>Capacitação</p>	<p>Planejamento inicial, termo de abertura, previsão orçamentária, <u>entrega da competência para secretaria da Ejud 22</u>, divulgação com</p>	<p>Iniciado e concluído em <b>2015</b>.</p>

			clipagem, arquivo físico e virtual.	
<b>I SETIN</b> Seminário de Combate ao Trabalho Infantil	Ejud 22	Capacitaçã o	Planejament o inicial, termo de abertura, previsão orçamentári a, redação, <u>entrega da competência para secretaria da Ejud 22,</u> divulgação com clipagem, arquivo físico e virtual.	Iniciado e concluído em <b>2015</b> .
<b>DIGIS</b>  Projeto de Digitaliza ção e disponibil ização pública de acervo histórico	Presidência	Cidadania	Planejament o, redação, programação visual, gerência e execução da fase de recepção, dossiê respectivo, encaminhame nto para a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.	Iniciado em <b>2015</b> , em andamento.
<b>IV CONFID</b> Seminário Piauiense	Ejud 22	Capacitaçã o	Planejament o, redação, programação	niciado em <b>2015</b> , em andamento.

de  
Trabalho  
Seguro  
ADAPTAÇÃO  
2016

visual

**PPV** - Ejud 22  
**Passeio  
Ciclístico  
pela Vida**  
Evento em  
parceria  
com órgãos  
públicos e  
empresas  
privadas,  
para  
divulgação  
das  
campanhas  
de  
Trabalho  
Seguro e  
Combate ao  
Trabalho  
Infantil

Educação e Planejamento Iniciado  
Cidadania o, redação, em **2015**,  
gerência da em  
programação andamento.  
visual,  
gerência  
geral,  
execução.

## 5. SERVIÇOS DE EDIÇÃO/EDITORIAÇÃO

Em 2015, a Ascom editou, com seus próprios meios, livreto do Código de Ética, cuja versão impressa foi distribuída entre magistrados e servidores, sendo a versão eletrônica disponibilizada no site do Tribunal.

# Código de Ética



Coube também à Ascom coordenar os trabalhos de edição/editoração, por meio de empresa contratada para essa finalidade, da **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região**, contendo coletânea de jurisprudência, decisões, acórdãos e artigos jurídicos.



## 6. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Dando sequência às iniciativas visando à instalação de estúdio de TV para o TRT 22, a Ascom elaborou Termo de Referência para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, assim como acompanhou todo o processo de licitatório. Face às limitações de verba orçamentária, tais aquisições vem sendo feitas sequencialmente, desde 2013, sendo esta a última etapa. Os próximos passos, portanto, consistem na reforma do ambiente físico onde será instalado o estúdio e a contratação de empresa especializada em filmagem, reportagem e edição de vídeo.

O processo licitatório, realizado no final de dezembro de 2015, foi concluído com a emissão das respectivas Notas de Empenho, pela área competente, envolvendo o montante de R\$ 111.297. Além dos equipamentos destinados à Ascom, que totalizaram R\$ 53.047, a licitação incluiu, por demanda da Administração do TRT, 42 autofalantes, no valor de R\$ 59.250,00. São autofalantes de teto, destinados resolver os problemas relacionados com o sistema de som do Fórum de Teresina, que tem sido alvo de reclamações dos usuários do TRT, especificamente das quatro Varas de Trabalho da capital.

## SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, por meio da Seção de Documentação e Biblioteca, adquiriu, de acordo com a (Tab.1), as quantidades de obras no ano de 2015, para integrar o seu acervo, no suporte impresso e eletrônico. Considerando as modalidades de aquisição por compra, doação e permuta apresentamos as seguintes quantidades adquiridas de livros, folhetos, fascículos de periódicos, Diário Oficial do Estado do Piauí, cd e dvd.

Tabela 1- Tipologias de materiais bibliográficos adquiridos e suas respectivas quantidades -Teresina - 2015.

Tipologias		Compra	
Doação	Total		
Livros	217	21	238
Periódicos (Fascículos)	155	30	185
Diário Oficial do Estado do Piauí	--	76	76
Folhetos	--	3	3
Cds			--
10	10		
Dvds			
2	2		

### **1 Das aquisições de materiais bibliográficos**

No exercício de 2015, o TRT22 destinou o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para aquisição de livros para todas as Unidades Administrativas e Judiciárias. A contratada, pelo Processo Administrativo nº 789/2014, foi à Livraria e Distribuidora *Bookpartners*; anualmente, a empresa deverá fornecer ao TRT22 as publicações nas áreas definidas no "termo de referência", como por exemplo: Segurança no Trabalho, Meio Ambiente no Trabalho, Informática, Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e Metodologia Científica, Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Medicina do Trabalho, Odontologia, Contabilidade, Finanças, Administração (recursos

humanos, organização e método), Lingüística (gramática e obras de referências), Engenharia civil, Eletrônica, Enfermagem, Comunicação e Relações Públicas, Planejamento estratégico.

As sugestões e indicações de novos títulos e/ou edições, para atualização do acervo, chegam à SDB pelo formulário disponível na página da Biblioteca e também são acatas aquelas feitas de forma presencial. Em seguida, a lista dos títulos são apreciadas e avaliadas também pela Comissão Permanente de Acervo Bibliográfico (CPAB) e, como as demais Unidades, após aprovação são encaminhadas à empresa contratada, por meio de uma Ordem de Fornecimento.

O recebimento do material bibliográfico e acompanhamento do cumprimento do contrato, assim como a conferência de preço, e o desconto, em 2015, foram executados pelo fiscal do contrato, a servidora Maria Creuza de Sales (SDB). Durante a vigência do contrato, o fiscal realizou relatórios, despachos e controle da Nota de Empenho.

## **2 Do Processamento Técnico da informação**

a) Materiais bibliográficos e/ou informativos, em meio impresso e eletrônico (Cds e Dvds) que chegaram na SDB em 2015.

Todos os materiais bibliográficos que chegam à SDB são registrados para os seus respectivos controles; entretanto, quando adquiridos por doação, passam antes por uma avaliação onde consideramos o grau de interesse, as edições e a atualidade do assunto, significando que eles poderão ou não ser inseridos no acervo.

Quando considerados fontes relevantes de estudos e pesquisas, para o TRT22, os materiais são submetidos às etapas de tratamento, demonstrados na (Tab. 2).

Tabela 2 - Procedimentos realizados nos matérias que foram recebidos pela SDB.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADES
Livros registrados, carimbados e etiquetados	321
Livros classificados	321
Livros catalogados	266
Livros indexados	19

Produção de etiquetas de dorso	321
Produção de etiquetas de código de barra	509
Periódicos novos inseridos no Siabi	4
Artigos de periódicos catalogados	1.055
Artigos de periódicos indexados	1.234
Artigos de periódicos digitalizados	6
Fascículos de periódicos carimbados	185
Fascículos de periódicos registrados e etiquetados	185
Folhetos registrados	3
Elaboração de relatório de atividades	12
Correção de autores e assuntos nas tabelas da base do SIABI	34
Normalização de publicações do TRT22	3
Digitalização e preparação de arquivo para publicação na web	217
Fichas de registros bibliográficos produzidas em meio eletrônico	289

### 3 Serviço de Referência : Atividades desenvolvidas

a) Circulação do material bibliográfico: (empréstimos, consulta local e sala de leitura).

O serviço de circulação dos materiais ou a prestação da informação, impressa ou eletrônica, é a atividade de maior fluxo da SDB. O serviço acontece utilizando-se as seguintes modalidades: empréstimo domiciliar, consultas e sala de leitura. Oferecemos, ainda, a circulação e/ou retiradas dos fascículos de periódicos para fotocópias. Em 2015, atingimos um total de 3.146 retiradas e consulta local. O investimento em material bibliográfico atualizado somado a ampla divulgação usando as tecnologias de comunicação e informação, que dispomos, têm facilitado o acesso dos interessados às fontes informacionais. O nosso atendimento vai além do magistrado, servidor e estagiário do TRT22, alcançando o público externo, principalmente, estudantes das Faculdades da capital e os concurseiros, na busca de obras e espaço físico para estudo. Há também, uma demanda crescente, por bibliografias para realização de trabalhos de pós-graduação, o que faz aumentar, de nossa parte, o atendimento aos usuários internos e externos.

b) Do empréstimo via solicitação por malote do Siabi.

É um serviço que tem beneficiado os magistrados, servidores e estagiários com lotação fora da Sede Judiciária.

Em 2015 foram atendidos 130 solicitações de títulos, no módulo de empréstimos de livros.

c) Estatística das categorias que se utilizam dos serviços de circulação dos materiais bibliográficos:

Sobre os serviços de solicitação do material bibliográfico merecem destaque, o empréstimo, que foi significativo, destinado a servidores e magistrados, pois atingiu a retirada de 1.555 empréstimos, seguido dos usuários externos que usufruíram da sala de leitura, com 1.158 consultas e estudos no ambiente da biblioteca; e por último, aparece a categoria dos estagiários com 433 movimentações.

d) Normalização de publicações e orientações aos trabalhos de pós-graduação.

A SDB participou, ativamente, da normalização da revista do TRT22 e de três dissertações de magistrados. Vale ressaltar que fizemos por volta de 25 atendimentos para orientações bibliográficas: de monografias, livros e artigos.

e) Levantamento bibliográfico e orientações de pesquisas solicitadas pelos usuários.

A rotina que envolve os levantamentos bibliográficos é realizada por solicitação de magistrados e servidores; em 2015, somou-se 35 atendimentos. A comunidade jurídica, entre outras, também solicita orientações quanto à forma de usar o Catálogo do SIABI, que é o sistema de pesquisa do acervo da Biblioteca via *web*, atingindo um patamar de 6.219 acessos *internet*, com um total de 244.925 artigos recuperados.

A SDB treina sua equipe de trabalho de modo que esteja apta a atender às constantes solicitações, presenciais ou não, de nossos usuários para treiná-los quanto ao acesso às informações no sistema, atendendo a 20 solicitações presenciais com interesse no uso do catálogo.

Quanto à realização de consultas e/ou pesquisas para atendimento aos usuários do TRT22, utilizando a *internet* como fonte de pesquisa e também em outras instituições, realizamos 182 consultas.

#### **4 Divulgações dos Produtos e Serviços**

Dentro do rol de atividades ligadas ao serviço de "Disseminação da Informação" e do *marketing* na SDB podemos destacar:

a) A divulgação dos títulos adquiridos

É uma ação que ocorre de três formas:

- divulgação de lista dos livros novos, em pdf, via "Expresso 22";
- divulgação, semanal, das capas digitalizadas, de livros e periódicos, na coluna de destaque na página da Biblioteca na web;
- divulgação, usando o *pandion* (message interno);
- divulgação, por *e-mail* de lista dos livros novos, em pdf; neste recurso, divulgamos, apenas, para os *e-mails* dos magistrados.

b) Ateliê SDB: Arte e Cultura

Espaço, no *pandion*, que divulga notícias de eventos culturais e literários que ocorrem na cidade de Teresina.

c) Disseminação de normas e jurisprudências.

Para uma maior atualização, dirigidas aos nossos magistrados, servidores, enviamos, também, por *e-mail* e pelo *pandion*, semanalmente, legislações, jurisprudências, resoluções e notícias do Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e outras normas de interesse, principalmente, trabalhista, aos diversos setores. No ano de 2015, foram enviadas 460 informações entre normas, jurisprudências e notícias eletrônicas. Ressaltamos que, qualquer divulgação é encaminhada de acordo com o perfil de interesse do setor ou do nosso usuário.

d) Encaminhamentos eletrônicos: divulgação de cursos e Treinamentos.

Por *e-mails*, proporcionamos a divulgação de cursos e palestras que nos são enviados por empresa e editoras que promovem treinamentos. Normalmente, são avaliados e depois, quando de interesse do TRT22, são repassados aos magistrados e servidores deste Regional.

e) Envio do informativo "Informando": notícias dos regionais do trabalho.

É um comunicativo de periodicidade irregular e objetiva mostrar as boas práticas, experiências e informações, reunidas a partir, das matérias publicadas nos informativos dos Tribunais do Trabalho. São encaminhadas, de forma organizada, considerando o perfil de atividade desenvolvido pelo setor do TRT22. Foram produzidos, em 2015, dois números e enviados aos

setores: CGP, CTIC, SEGE, Cerimonial, CCI, SAMO, Sala dos Oficiais de Justiça, DGA.

## **5 Atividades gerenciais da Seção de Documentação e Biblioteca**

a) Serviço de aquisição: duplicatas, doações e/ou permutas recebidas e enviadas.

No decorrer do início do primeiro e segundo semestre de cada ano, relacionamos publicações duplicadas, que chegaram à biblioteca, por doação, e que, na maioria das vezes não há interesse da Seção, nos assuntos e disponibilizamos, em um documento chamado "Lista de duplicatas"; em seguida, oferecemos, por e-mail, a quem tenha interesse em receber (Tribunais, Universidades, Faculdades, a outras instituições jurídicas cadastradas na listagem de intercâmbio da SDB). Contemplamos, ainda, as bibliotecas de Teresina. Doamos um total de 38 livros, 85 fascículos de periódicos, 105 cds e 12 folhetos. Como é uma ação de mão dupla, em 2015 recebemos oito doações de livros, da Coordenadoria de Documentação/TST. Do MPT, a coleção da LABOR revista, dos anos 2013 e 2014 e a obra Jornada de trabalho: histórias do Ministério Público do Trabalho do Procurador - Geral do MPT.

b) Os sumários correntes de periódicos

São produtos gerados, mensalmente, pela SDB, que se caracteriza por reunir os sumários dos fascículos dos periódicos adquiridos por compra e encaminhados aos servidores com o objetivo de divulgar o periódico e manter nossos usuários atualizados. No ano passado enviamos 12 divulgações as diversas unidades; e, nesse sentido, enviamos 40 artigos digitalizados a pedido dos magistrados e servidores.

## **6 Atividades administrativas**

- Foram fornecidos à DGA os arquivos eletrônicos das normas do TRT22 selecionadas no Manual de legislação;
- Encaminhamos à bibliotecária Denise Gomes (TRT13) documentos do projeto do nosso "Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho", promovido pelo TRT22, que foi realizado em 2004, em Teresina;
- informamos à Seção de Protocolo, por meio de relatório, sobre os diversos contatos com a editora LTr, para cobrança dos fascículos em atraso;

- atendemos solicitação do TRT9, que nos solicitou o processo, que aprovou, no TRT22, a mudança da categoria de Biblioteca Especializada para Biblioteca Pública;
- atendemos um pedido do TRT7, sobre o preço da renovação do contrato de manutenção do SIABI e também, cópia de termo aditivo ao contrato, para instruir o processo no TRT7;
- realizamos uma avaliação prática da nova versão 2015 do Siabi, a pedido da Empresa WJ informática, proprietária do sistema;
- solicitamos à DGA providências quanto ao descumprimento do contrato por parte da editora Consulex, que deixou de entrega 15 fascículos, conforme periodicidade dos fascículos assinados para 2015. Considerando a falha dessa editora, a SDB aproveitou a oportunidade e sugeriu à DGA, a suspensão da renovação para 2016, até que a responsável se manifeste ou solucione a questão;
- realizaram estágio na SDB, Samara Nazareth Karol da Rocha Silva Sousa e Davy Carvalho da Silva, estudantes do Curso de Biblioteconomia da UESPI.

## **7 Viagens e participação em Cursos, Eventos e Reuniões de Trabalhos.**

- A SDB por meio de sua assistente-chefe, e, em parceria com a CPAD, participou da organização do Evento do Memojutra, promovido pelo TRT22, no auditório da Ejud;
- reuniram-se no auditório da Ejud, a DGA e os fiscais de contratos para tratar de assuntos pertinentes a contratos e assinaturas de periódicos;
- participou do "XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação", a servidora Maria Creuza de Sales", na cidade de São Paulo-SP, no período de 20-25 de julho de 2015;
- participou do "XV Encontro de Bibliotecários da Justiça do Trabalho" promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a servidora Maria Creuza de Sales, em João Pessoa, no período de 2-6 de novembro de 2015;
- participou do "V Semana de Formação Continuada para Magistrados" do TRT/PI, de 14- 18/09/2015, a servidora Maria Creuza de Sales, apresentando os produtos e serviços da SDB, com ênfase no catálogo de obras da Biblioteca e Biblioteca Digital LTr;
- participou do curso de Excel básico, promovido pela EJUD a servidora Maria Creuza de Sales;

Maria Creuza de Sales  
Assistente-chefe da SDB

**ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DA 22ª REGIÃO**

**COORDENADORIA DO TRIBUNAL PLENO - CTP**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES**

**Coordenadoria do Pleno**

**2015**

- Ofícios Expedidos	152
- Notificações	564
- Intimações	00
- Resoluções Administrativas	105
- Sessões Ordinárias	16
- Sessões Extraordinárias	8
- Sessões Administrativas	25
- Sessões Solenes	00
- Audiências de Conciliação de Dissídios Coletivos	10
- Certidões de Julgamento	360
- Memorandos Expedidos	16
- Memorandos Circulares Expedidos	40
- Requisição de Material	04
- Pautas de Julgamento Publicadas	24
- Ofícios Recebidos	02
- Memorandos Recebidos	04
- Memorandos Circulares Recebidos	08

Christiane Nelson Vieira  
Técnico Judic

COORDENADORIA DAS TURMAS-CT

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

Coordenadoria das Turmas

2015

- Intimações	96
- Memorandos Circulares Expedidos	05
- Memorandos Circulares Recebidos	35
- Memorandos Expedidos	15
- Memorandos Recebidos	03
- Notificações	03
- Ofícios Expedidos	01
- Ofícios Recebidos	04
- Pautas de Julgamento Publicadas	152
- Requisição de Material	45
- Sessões Ordinárias	67+ 03 CONTINUIDADES
- Sessões Extraordinárias	09
* Certidões de Julgamento - Sistema Legado (APT virtual)	3322
+ Resoluções Administrativas (Pleno)	00
+ Sessões Administrativas (Pleno)	00
+ Sessões Solenes (Pleno)	00
+ Audiências de Conciliação de Dissídios Coletivos (Pleno)	00

**OBS' s:**

\* Certidões de julgamento - O sistema PJE não possui certidão de julgamento.

+ Atribuições da Coordenadoria do Tribunal Pleno.

**Flávia Silvana Tavares Braga**  
Coordenadora das Turmas

**COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO-CCI**

O presente relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Controle Interno - CCI e suas duas seções: Seção de Controle de Gestão Administrativa e Financeira e Seção de Controle de Gestão de Pessoal.

Esta Unidade de Controle Interno têm suas atividades regulamentadas pela Resolução Administrativa TRT22 nº 73/2012 e suas atualizações, obedecendo a Resolução nº 86/2009, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que dispõe sobre a organização e funcionamento das unidades de controle interno dos Tribunais, e o Acórdão nº 1074/2009-Plenário do Tribunal de Contas da União, que estabelece recomendações e normas aos órgãos e unidades de controle interno.

O Chefe da Seção de Controle de Gestão Administrativa e Financeira e a Chefe da Seção de Controle de Gestão de Pessoal realizaram inspeção *in loco* na obra do futuro Prédio Sede do TRT22, visando identificar o andamento dos serviços da construção que é objeto da Concorrência TRT22 nº 01/2013, Processo Administrativo nº 644/2013.

O Coordenador de Controle Interno e o Chefe da Seção de Controle de Gestão Administrativa e Financeira participaram de diversas reuniões técnicas junto com o corpo administrativo deste Tribunal e a Construtora responsável pela construção do Edifício-Sede desta Corte de Justiça Trabalhista.

O Chefe da Seção de Controle de Gestão Administrativa e Financeira participou do 1º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle do Poder Judiciário, que objetivou consolidar as boas práticas de auditoria interna no Poder Judiciário Federal.

Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria-PAA, exercício de 2015, aprovado por meio do Ato GP nº 119/2014, em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo-PALP, Ato GP nº 20/2014, foi dado início a auditoria na área de Gestão de Pessoal, na qual examinou-se os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac do Tribunal de Contas da União.

Seguindo o PAA 2015, deu-se início à auditoria na área de Obras Públicas. Com esse trabalho, objetiva-se

verificar a regularidade do processo licitatório referente ao Edital de Concorrência nº 01/2013, bem como a execução do Contrato nº 32/2013, que trata da construção da obra do Edifício-sede do TRT22.

Ainda em conformidade com o PAA e dando cumprimento às atribuições desta CCI, apresentam-se as principais atividades desenvolvidas no ano de 2015:

- Realização de Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, em conjunto com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, objetivando verificar o efetivo uso dos equipamentos, softwares e serviços adquiridos com recursos do CSJT em 2014, efetuando os procedimentos requeridos por meio da RDI 80/2015, no período de 24/04/2015 a 26/06/2015, e da RDI 189/2015, no período de 27/11/2015 a 02/12/2015, prevista no Plano Anual de Auditoria-PAA 2015.
- Auxílio ao Tribunal de Contas da União no exercício de sua função institucional, quer prestando informações e esclarecimentos solicitados, quer cumprindo diligências determinadas.
- Encaminhamento ao TCU, semestralmente, das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os magistrados e servidores do TRT22, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas, em atenção ao Ofício 4120/2015-TCU/SEFIP, de 01/04/2015, e ao Ofício 14367/2015-TCU/SEFIP, de 05/10/2015, ambos relativos ao Processo TC 006.872/2014-0.
- Apresentação, ao TCU, das informações cadastrais e financeiras de todos os magistrados e servidores em atividade neste Tribunal, excluindo os cedidos e os desligados, solicitadas pelo Ofício 8449/2015-TCU/SEFIP, de 10/07/2015, Processo TC 011.954/2015-9, referente a fiscalização realizada com o objetivo de identificar e avaliar riscos relativos a cargos/funções de livre provimento, assim como dar transparência acerca dos quantitativos, atribuições, requisitos de acesso e outras informações relevantes.
- Cumprimento das diligências solicitadas pelo Ofício 278-43/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 16/07/2015, e pelo Ofício 278-43/2015-TCU/SEFIP/Diaup, de 27/07/2015, Processo 014.980/2015-0, encaminhando os documentos requeridos.
- Análise dos atos de admissão de pessoal para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, via

Sisac, conforme instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007.

- Análise dos processos referentes a concessões de aposentadorias de servidores deste Regional, bem como as alterações ocorridas no exercício, para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, em conformidade com as instruções contidas na IN/TCU nº 55/2007.
- Acompanhamento das deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, em especial as recomendações dirigidas especificamente a este Tribunal, prestando estas informações no Relatório de Gestão para envio ao TCU.
- Acompanhamento regular da situação das contas do TRT22 perante o Tribunal de Contas da União - TCU, especificamente dos Processos 005.998/2000-8, 028.479/2011-4, 023.491/2012-4 e 019.240/2014-7, todos do TCU.
- Monitoramento das deliberações do TCU, em especial do Acórdão 1389/2006-TCU/Plenário, Processo 002.643/2003-4, que determina ao TRT-22ª Região que adote as providências necessárias, caso ainda não tenham sido tomadas, ao ressarcimento pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, beneficiários dos respectivos valores indevidamente pagos, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, da Súmula nº 235 da Jurisprudência do TCU e da Decisão Administrativa nº 444/94-TCU-Plenário, e do Acórdão 3206/2009-TCU/1ª Câmara, Processo 012.213/2005-3, que determina ao Controle Interno do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho que se manifestem expressamente, nas próximas contas anuais das respectivas cortes trabalhistas, acerca do cumprimento da decisão judicial objeto da Apelação Cível n. 281981, número de origem 2001.83.00014043-4, quanto ao eventual ressarcimento de valores porventura pagos aos servidores substituídos pela Anajustra.
- Monitoramento do Processo 001.407/2013-TCU, que trata do cumprimento das determinações constantes do item 9.2 do Acórdão TCU 1389/2006-TCU-Plenário, Processo TC 002.643/2003.
- Monitoramento do Processo 022.566/2013-TCU, que trata de aposentadoria de magistrado com vistas ao saneamento do processo, tendo por fundamento o art. 11 da Lei 8.443/1992.

- Monitoramento do cumprimento do Acórdão CSJT-A-1081-42.2012.5.90.0000, área de Gestão Administrativa, respondendo as diligências do CSJT realizada através da RDI 60/2015, da RDI 100/2015 e da RDI 130/2015.
- Monitoramento do cumprimento do Acórdão CSJT-A-11902-08.2012.5.90.0000, área de Tecnologia da Informação, notadamente as solicitações contidas no Ofício CSJT.SG.CCAUD nº 11/2015, de 27/02/2015.
- Cumprimento das determinações do CSJT contidas na RDI 55/2015, de 23/02/2015, que trata de auditoria sob o tema "Conversão em Pecúnia de Períodos de Férias não usufruídos a Magistrados", comunicada ao TRT mediante o Ofício Circular CSJT.SG.CCAUD nº 78/2015, no período de 23/02/2015 a 02/03/2015.
- Avaliação dos atos de nomeação para cargo em comissão e função comissionada, a fim de dar cumprimento à Resolução CNJ nº 156/2012, que proíbe a designação ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos que especifica, tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.
- Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados quadrimestralmente pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, observando o cumprimento dos índices estabelecidos no art. 20, I, II III, e no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, conforme disposições contidas nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.
- Emissão de parecer relativo ao Plano de Obras do TRT22, conforme requer a Resolução CNJ nº 114/2010 e a Resolução CSJT nº 70/2010, no Processo Administrativo nº 644/2013.
- Auxílio à Coordenadoria de Controle e Auditoria - CCAUD do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, no exercício de sua função institucional, prestando informações, esclarecimento e cumprindo diligências determinadas.
- Monitoramento do cumprimento das recomendações, determinações e decisões do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.
- Análise das planilhas de custo e formação de preços dos serviços e obras de engenharia em procedimentos licitatórios, em cumprimento ao disposto nos arts. 33 a 38 da Resolução CSJT nº 70/2010.
- Análise das planilhas de custo e formação de preços de acréscimos e supressões de serviços e obras de

engenharia, nos termos da Resolução CNJ nº 114/2010 e da Resolução CSJT nº 70/2010.

- Prestação de informações ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, referente ao cumprimento das recomendações relacionadas no Parecer nº 2/2013-SCI/Presi/CNJ, Processo Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0201047-40.2009.2.00.0000, no período de 15/09/2015 a 25/09/2015.
- Elaboração do Plano de Capacitação dos servidores lotados nesta Coordenadoria de Controle Interno para o ano de 2016, em cumprimento ao disposto na alínea "f", item 1, do Parecer nº 02/2013-SCI/Presi/CNJ.
- Elaboração do Plano Anual de Auditoria-PAA para o exercício de 2016, aprovado pelo Ato GP nº 107/2015. Teresina, 03 de março de 2016.

Rodrigo Pizzatto

Coordenador de Controle Interno

## **SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA-SGJ**

### **RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA - SGJ - ANO 2015**

#### **1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

De acordo com a estrutura organizacional definida no Regulamento Geral desta Corte, na redação dada pela Resolução Administrativa nº 73/2012, a Secretaria-Geral Judiciária encontra-se diretamente subordinada à Presidência, apresentando a seguinte estrutura básica:

- Seção de Recursos - SR.
- o Subseção de Atendimento Público.
- Seção de Precatório - SP.
- o Subseção de Cálculos.

## **2. JUÍZO CONCILIADOR DE PRECATÓRIOS**

Funciona, no âmbito desta Secretaria-Geral Judiciária, por intermédio da Seção de Precatório, todo o apoio logístico e de Pessoal do Juízo Conciliador de Precatórios, conforme Provimento GP 01/2005.

O Juízo Conciliador de Precatórios, instituído pelo Provimento GP nº 01, de maio de 2005, tem como escopo a quitação de débitos trabalhistas, revelando a iniciativa como uma alternativa para a enorme quantidade de precatórios vencidos no âmbito deste Tribunal. No ano de **2015** foram quitados **802** (oitocentos e dois) precatórios, com o pagamento de **R\$ 29.439.145,01**. Sendo R\$ 15.730.200,00 pagos pelo Estado do Piauí; R\$ 13.174.389,58 pelos Municípios e R\$ 534.555,43 pelos CORREIOS.

## **3. JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE 2º GRAU**

Com a instituição do Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, por intermédio da Resolução Administrativa nº 64/2007,

desta Corte (Portaria GP nº 656/2007), a Secretaria-Geral Judiciária foi designada como setor de apoio aos procedimentos de conciliação do Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, com as atribuições de receber pedidos de conciliação, coordenar as conciliações, organizar a pauta e demais providências que se fizerem necessárias (Ato GP nº 46/2007).

O Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau difere do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, uma vez que aquele Juízo atua na tentativa de composição dos feitos que se encontram neste Regional e que ainda não estão em fase de precatório e, como é óbvio, o Juízo Auxiliar de Precatórios atua nos feitos na fase precatorial e observa regulamentação específica (Provimento GP nº 01/2005).

#### **4. SISTEMA APT-2 PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS TRABALHISTAS DE 2º GRAU**

Com a implantação do sistema APT-2 para o acompanhamento de processos trabalhistas em 2º grau, facilitou-se, sobremaneira, a expedição de expedientes referentes aos processos, tais como: certidões, notificações, ofícios e

outras comunicações processuais, assim como a consulta acerca dos referidos expedientes foi otimizada, uma vez que os referidos expedientes ficam disponibilizados para as partes na internet, contribuindo para a transparência e publicidade dos atos processuais e para uma melhor prestação jurisdicional.

A implantação neste Tribunal do Sistema de Acompanhamento de Processos Trabalhistas (APT2) congrega os processos judiciais em trâmite na 2ª instância, tendo como finalidade a adequação gradativa dos procedimentos, o que contribuirá para posterior implementação do Sistema Unificado de Administração de Processos - SUAP a ser implantado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, com o seu primeiro módulo já lançado.

#### **4.1. SISTEMA APT VIRTUAL**

Houve implementação do APT virtual, com o objetivo de proporcionar, aos jurisdicionados, celeridade e comodidade no andamento dos processos trabalhistas.

## **5. PJE - Versões implantadas**

O processo judicial eletrônico submetido a 6 (seis) versões de aperfeiçoamento ao longo de 2015 viabilizou a otimização de processos no âmbito do Poder Judiciário. As versões possibilitaram redimensionar toda a estrutura do sistema como um todo, corrigindo as inconsistências e dando melhorias as ferramentas utilizadas. Foram implantadas as seguintes versões 1.4.8.3.3; 1.4.8.3.2; 1.4.8.3.1; 1.4.8.3; 1.4.8.2 e 1.4.8.1.

## **6. DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

De acordo com o Ato GP nº 08, de 15.02.2007, as intimações, notificações e outras comunicações originárias de processos trabalhistas no âmbito deste Tribunal, nos quais as partes estivessem assistidas por advogados, foram procedidas através de publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

## **7. ATIVIDADES ROTINEIRAS DA SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**

Ao longo do ano de 2015, a Secretaria-Geral Judiciária desempenhou as seguintes tarefas:

### **7.1 - Seção de Precatórios**

- Expedição de notificações, ofícios em geral, certidões.
- Expedição de ofícios de requisição de pagamento;
- Devolução à origem de precatórios quitados;
- Acompanhamento das Requisições de Pequeno Valor da União Federal;
- Elaboração mensal da lista de pagamento do Estado e controle de pagamento dos precatórios;
- Expedição de alvarás judiciais e controle na sua liberação;
- Controle do recolhimento dos tributos dos precatórios;
- Elaboração do relatório para a confecção da DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) a ser encaminhado anualmente aos entes públicos;
- Juntada de documentos aos processos;
- Encaminhamento de processos à Presidência e outros setores para apreciação;
- Certificação de prazos processuais;
- Juntada de ofícios recebidos das instituições financeiras referentes aos pagamentos efetuados em relação aos precatórios;
- Alimentação do Sistema APT-2 para consulta do trâmite processual;
- Alimentação, pagamento e quitação dos processos na modalidade PJE.
- Auxílio ao Juízo Conciliador de Precatórios, mormente nas audiências realizadas, conforme Ato GP Nº 51/2011 que introduziu o Juízo Conciliador de Precatórios ;
- Acompanhamento e baixa nos CPP's (Controle de Pagamento Parcelado dos Precatórios dos Municípios) dos valores

liberados mensalmente, inclusive nos municípios em que houve conciliação;

- Lançamento no relatório de Controle de pagamento, de todos os alvarás liberados pelos Municípios.

#### **7.1.1 - Subseção de Cálculos**

- Auxiliar a Secretaria Judiciária na inclusão dos precatórios da União em programa fornecido pelo Tribunal Superior do Trabalho, em meados de junho de cada ano, para fins de requisição de pagamento via orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme legislação pertinente;
- Revisão e atualização dos cálculos antes do pagamento dos precatórios, nos casos de precatórios já requisitados e que ainda não tenham sido revisados;
- Prestar, nos autos dos processos, informações à Presidência quanto a erros encontrados nos cálculos, elaborando, quando possível, a conta com as devidas retificações;
- Prestar informações pessoalmente à Presidência, Desembargadores, seus Assessores e servidores do Tribunal a respeito de cálculos;
- Esclarecer, quando necessário e não for possível pela Secretaria, dúvidas das partes, advogados e público em geral a respeito dos cálculos;
- Atualizar os cálculos dos precatórios do Estado do Piauí que serão pagos mensalmente, incluindo-se imposto de renda e previdência, observando-se as particularidades de cada um (formas de parcelamentos, ordem de pagamento de precatórios com vários exequentes, apuração de honorários contratuais, divisão do valor dos honorários entre dois ou mais advogados etc.);
- Elaborar os cálculos de custas, multas e honorários advocatícios nos processos de competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região;
- Atualizar os cálculos dos precatórios dos Municípios do Estado do Piauí que serão pagos no mês, incluindo-se imposto de renda e previdência, de acordo com as peculiaridades de cada um (acordos, parcelamentos, formas de pagamento etc.);
- Atualizar os cálculos dos precatórios da União, incluindo-se imposto de renda e previdência, quando da disponibilização dos valores incluídos;

- Manutenção nos sistemas APT, APT-virtual e PJE das atividades realizadas.
- Atualização periódica da base de dados auxiliar dos Cálculos (Tabelas de Correção Monetária Trabalhista e Previdenciária, SELIC, Salário Mínimo, legislação etc.).

## **7.2 - Seção de Recursos - Modalidade: processos físicos, virtuais e PJE**

- Certificação de processos do recurso com petição;
- Expedição de certidões externas da seção de recurso;
- Recebimento de processos com lançamento de prazos;
- Elaboração do Boletim Estatístico Mensal e Relatório de Atividades da Seção;
- Elaboração dos documentos abaixo relacionados:
- Mandados;
- Notificações, Ofícios e Alvarás;
- Juntada de petições;
- Encaminhamento de processos aos Gabinetes e demais setores;
- Recebimento de processos e lançamento no APT-2 dos Prazos.
- Elaboração de notificações pessoais( AGU, PGF e PFN);
- Certificação de prazo nos processos, em que não houve manifestação das partes;
- Certificação de publicação de processos no DJT;
- Juntada de Aviso de Recebimento das correspondências expedidas e encaminhadas, via Correios, referente às notificações e intimações;
- Certificação de processos (tempestividade de Agravo de Instrumento, Recursos de Revista, Recursos Ordinários, manifestação aos embargos, Instrumentos e processos publicados);
- Lançamento no APT -2 de prazos;

### **7.2.2 - Subseção de Atendimento ao Público**

- Servidores, quer da Seção de Recursos quer da Seção de Precatórios, prestam atendimento de balcão aos jurisdicionados e público em geral que vêm em busca de informação acerca de processos, bem como a concessão e baixa de carga de processos aos advogados.

#### 8. RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ANO DE 2015

<b>ATIVIDADES</b>	<b>TOTAL</b>
ALVARÁIS EXPEDIDOS	1983
CARGAS DE PROCESSOS PARA ADVOGADOS	107
DESPACHOS PUBLICADOS NO DJT	714
MANDADOS EXPEDIDOS	124
NOTIFICAÇÕES	231
PROCESSOS RECEBIDOS DE OUTROS SETORES	2492
PROCESSOS REMETIDOS A OUTROS SETORES	2383
OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDIDOS	1240
REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO RECEBIDAS	1240
PRECATÓRIOS QUITADOS	802
PRECATÓRIOS REMETIDOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS	1970
RECURSOS DE REVISTA INTERPOSTOS	3568

Teresina, 01 de fevereiro de 2016.

Assistente-chefe Seção Precatórios

**COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL-CCP**

RELATÓRIO ANUAL - 2015

APRESENTAÇÃO

À Coordenadoria de Cadastramento Processual - CCP, compete: protocolar, registrar, autuar, digitalizar, virtualizar, distribuir e arquivar os processos e documentos recebidos, de caráter judiciário ou administrativo, bem como expedir toda a correspondência do Tribunal. Ela é, de acordo com o Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, subordinada à Secretaria Geral Judiciária - SGJ e é composta pelas Seções de Protocolo e Distribuição e Seção de Arquivo Geral.

Durante o ano de 2015, foram realizadas as seguintes atividades:

**COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL**

	Emi	Recebidos
Ofícios	008	
Memorandos	013	
Certidões de Distribuição de Feitos	148	---
<b>Total</b>	<b>169</b>	

**SEÇÃO DE PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO**

<b>Petições</b>	
Protocolo Geral	897
Petições Eletrônicas	9.086
Protocolo Administrativo	336
<b>Total</b>	<b>10.319</b>

<b>Correspondências</b>	
Cartas Simples	268
Cartas Registradas	1.634
Sedex	081
<hr/>	
Tot	1.983

al

Entre suas inúmeras atividades, essa seção registrou a inclusão efetiva de 10.319 petições, sendo 9.983 de natureza judicial e 336 de natureza administrativa.

Entre as petições judiciais podemos destacar 1.365 petições de agravos de instrumento, 1.601 petições de recurso de revista, 051 petições de recurso ordinário e 606 petições de embargos de declaração.

Foram expedidas 1.983 correspondências, sendo 268 de natureza simples, 1.634 cartas registradas e 081 encomendas sedex.

Podemos destacar, também, a remessa e recebimento de malotes das Varas do Interior e do Colendo TST, sendo no exercício de 2015, remetidos 334 e recebidos 283.

Relevante desempenho tiveram os trabalhos de autuação e distribuição dos processos e recursos de competência do Tribunal, onde se destaca a autuação de ações de natureza originária e distribuição de processos de natureza recursal ou originária.

<b>Processos Judiciais de Natureza Recursal/Originária</b>	
Recebidos	2.047
Remetidos ao MPT	1.158
Processos Distribuídos	2.429

**Processos Judiciais de Natureza Originária  
Autuados/Distribuídos**

Ação Cautelar	005
Agravo Regimental	049
Dissídio Coletivo	004
Mandado de Segurança	114
Protesto Judicial	010
Reclamação Correicional	003
	001
Pedido de Providência	006
Outros	
<hr/>	
Total	192

Ressalte-se, ainda, a autuação de 1.365 Agravos de Instrumento. Pode-se observar, também, a redução, em relação aos anos anteriores, dos processos autuados e distribuídos, isso se deve à adoção do PJe-JT - Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, onde a autuação e distribuição dos processos são feitas pelo próprio advogado, não havendo interferência desta Coordenadoria.

## **SEÇÃO DE ARQUIVO GERAL**

### **1. APRESENTAÇÃO**

A Seção de Arquivo Geral é uma seção da Coordenadoria de Cadastramento Processual e funciona na Sede Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. É responsável pelo arquivamento dos processos judiciais da capital que estão em fase de arquivamento definitivo ou fase de arquivamento intermediário e recebe também processos das Varas Federais do Trabalho do interior que já cumpriram sua fase de arquivamento definitivo/intermediária e que não foram descartados, para compor o acervo de arquivo permanente da instituição. Também é responsável pelo arquivamento de todos os processos e documentos administrativos do Tribunal que já cumpriram sua temporalidade nos arquivos correntes. Tem por missão cuidar do patrimônio documental/histórico/cultural do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, tornando-o

acessível a quem dele necessitar. Para desenvolver suas atividades a Seção conta com três funcionários.

Serviços prestados:

- Orientação aos setores na organização dos arquivos correntes;
- Orientação ao público interno na utilização dos instrumentos de gestão documental;
- Recebimento de processos judiciais das varas da capital e do interior, nos casos já especificados;
- Recebimentos de processos do TRT;
- Recebimento de processos administrativos;
- Recebimento de documentos administrativos;
- Conferência dos documentos e processos recebidos;
- Preparação: limpeza, catalogação e acondicionamento nas caixas/pastas, dos processos e documentos recebidos;
- Recebimento, catalogação e acondicionamento dos áudios e vídeos do Tribunal;
- Recebimento, catalogação e acondicionamento das fotografias do Tribunal;
- Disponibilização de documentos para consulta;
- Orientação ao usuário externo na pesquisa de documentos;
- Disponibilização de cópias de processos e documentos ao usuário;
- Alimentação do bando de dados da Seção;
- Limpeza e higienização do depósito de documentos;
- Criar e desenvolver projetos de exposição do acervo institucional para fins de preservação e divulgação da memória institucional;
- Fazer o descarte de documentos e processos quando for o caso.

Compõem o acervo da Seção de Arquivo Geral: processos judiciais e administrativos, documentos administrativos: portarias, resoluções, atos, boletins internos, assentamentos funcionais, memorando, ofícios, fotografias, cd's. Acórdãos, Diários da Justiça do Trabalho, atas, sentenças, livros de registro de audiências, livros de registro de reclamantes e reclamados, fichas de movimentação de processos, registro de audiências, registros de servidores, juízes, desembargadores e juízes classistas; registro de estatística das Varas além de objetos bi/tridimensionais - medalhas etc.

## 2. PROCESSOS CONSULTADOS NO BALCÃO DO ARQUIVO

ANO	QUANTIDADE
2014	216

2015	289
------	-----

### 3. FOTOCÓPIAS FORNECIDAS SEM CUSTO

ANO	QUANTIDADE
2014	1.711
2015	247

Houve variação para menos no número de cópias fornecidas sem custo em relação ao ano de 2014 porque os usuários utilizaram o recurso de escanear ou fotografar o processo consultado. Esses recursos não tem custo para o Tribunal.

### 4. FOTOCÓPIAS FORNECIDAS COM CUSTO

ANO	QUANTIDADE
2014	2094
2015	2067

Houve variação para menos no número de cópias fornecidas com custo em relação ao ano de 2014 porque os usuários utilizaram o recurso de escanear ou fotografar o processo consultado. Esses recursos são de inteira responsabilidade do usuário.

### 5. VALORES ARRECADADOS COM DARF REFERENTE A CÓPIAS

ANO	VALOR R\$
2014	586,54
2015	578,84

### 6. DESCARTES DE DOCUMENTOS

ANO	QUANTIDADE
2014	124 CX BOX DE DOCUMENTOS
2015	NÃO HOUVE DESCARTE

### 7. PROCESSOS ARQUIVADOS

#### 7.1 JUDICIAIS EM SUPORTE DE PAPEL POR VARA E POR ANO DE AQUIVAMENTO

Ano de Arquivamento	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Parn	S. Rdo.	2ª Inst	Total
Até 2000	1.371	1.618	986	-	1.369	117	878	6.339

2001	1.085	1.435	1.200	-	547	-	128	<b>4.395</b>
2002	391	524	608	-	331	-	82	<b>1.936</b>
2003	1.537	1.534	2.101	-	391	143	475	<b>6.181</b>
2004	666	675	1.383	-	537	260	138	<b>3.659</b>
2005	1.174	1.326	640	71	-	14	145	<b>3.470</b>
2006	1.924	1.248	1.366	1.726	1.108	339	390	<b>8.101</b>
2007	1.242	1.352	1.247	1.103	-	-	258	<b>5.202</b>
2008	1.618	1.507	849	891	-	-	271	<b>5.136</b>
2009	1.584	1.719	1.388	914	-	13	183	<b>5.801</b>
2010	1.394	1.400	1.997	1.140	1	-	172	<b>6.104</b>
2011	718	1.149	882	246	-	-	83	<b>3.078</b>
2012	317	895	1.108	360	-	-	39	<b>2.719</b>
2013	589	345	1	762	-	-	29	<b>1.726</b>
2014	153	540	622	-	-	-	23	<b>1.338</b>
2015	249	108	527	216	3.148	1.111	7	<b>5.766</b>
<b>Total</b>	<b>16.012</b>	<b>17.375</b>	<b>16.905</b>	<b>7.429</b>	<b>7.339</b>	<b>1.997</b>	<b>3.301</b>	<b>70.358</b>

## 7.2 JUDICIAIS VIRTUAIS APT -

Ano de Arquivamento	Quantidade
Até 2015	19.764

Dados extraídos do sistema APT- Virtual. Esse valor inclui somente as Varas da capital.

## 7.3 ADMINISTRATIVOS EM SUPORTE DE PAPEL POR ANO DE AUTUAÇÃO

ANO DE AUTUAÇÃO	ATÉ 2014	2015
1992	61	0
1993	404	0
1994	394	0
1995	478	37
1996	424	22
1997	605	0

1998	438	-
1999	484	3
2000	265	-
2001	239	-
2002	205	-
2003	180	3
2004	352	10
2005	62	6
2006	77	5
2007	329	8
2008	9	22
2009	15	-
2010	9	7
2011	8	2
2012	0	1
2013	0	2
2014	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5.038</b>	<b>128</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>5.166</b>

#### 7.4 ADMINISTRATIVOS VIRTUAIS POR ANO DE AUTUAÇÃO

A partir de dezembro de 2014 todos os processos administrativos tramitam em meio totalmente virtual devido à implantação do sistema GESTORE-PAI e GESTORE WEB.

ANO DE AUTUAÇÃO	ATÉ 2014
2014	0
2015	14

#### 8. SOLICITAÇÕES DE DESARQUIVAMENTO ATENDIDAS

ANO	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	TRT	VT. PRN	Total
2014	39	12	55	19	12	15	152
2015	64	27	58	25	20	4	198
2015-virtuais	5	10	12	5	-	-	32

#### 9. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- a) Mudança de suporte de mídias de fita K7 para DVD das sessões do Tribunal Pleno;
- b) Mudança de suporte de mídias de fita VHS para DVD dos eventos - posses;
- APRESENTAÇÃO**
- c) Organização da exposição sobre trabalho infantil "**Retratos do Mundo do Trabalho na Infância: Os dois lados de uma mesma moeda**";
- d) Preparação e inauguração do espaço "**Memória em Exposição**" localizado no segundo piso do Edifício sede administrativo do Tribunal do Trabalho da 22ª Região;
- e) Organização para exposição "**FLORES DE MONTOURO**" durante a realização do Seminário "**Política Nacional de Arquivos para Justiça do Trabalho: do papel ao documento eletrônico**" para exposição na Escola Judicial do Tribunal.
- f) Organização do Seminário "**Política Nacional de Arquivos para Justiça do Trabalho: do papel ao documento eletrônico**" que ocorreu nos dias 18 e 19 de junho de 2015.

Teresina, 03 de fevereiro de 2016.

Maria Lígia Rodrigues de Sousa Ferreira  
Coordenador - CCP, em substituição

### OUVIDORIA

Em atenção ao disposto no art.9º, inciso VI da Resolução nº 103 do CNJ, é apresentado o Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria - Exercício 2015, elaborado com base nas **735 (setecentos e trinta e cinco) manifestações** recebidas durante o período de **01.01.2015 a 31.12.2015**.

No período compreendido neste relatório, exerceu a função de Ouvidor o Desembargador Fausto Lustosa Neto e de Ouvidor Substituto, o Juiz Auxiliar da Presidência, Roberto Wanderley Braga.

## PARTE 1 - A OUVIDORIA

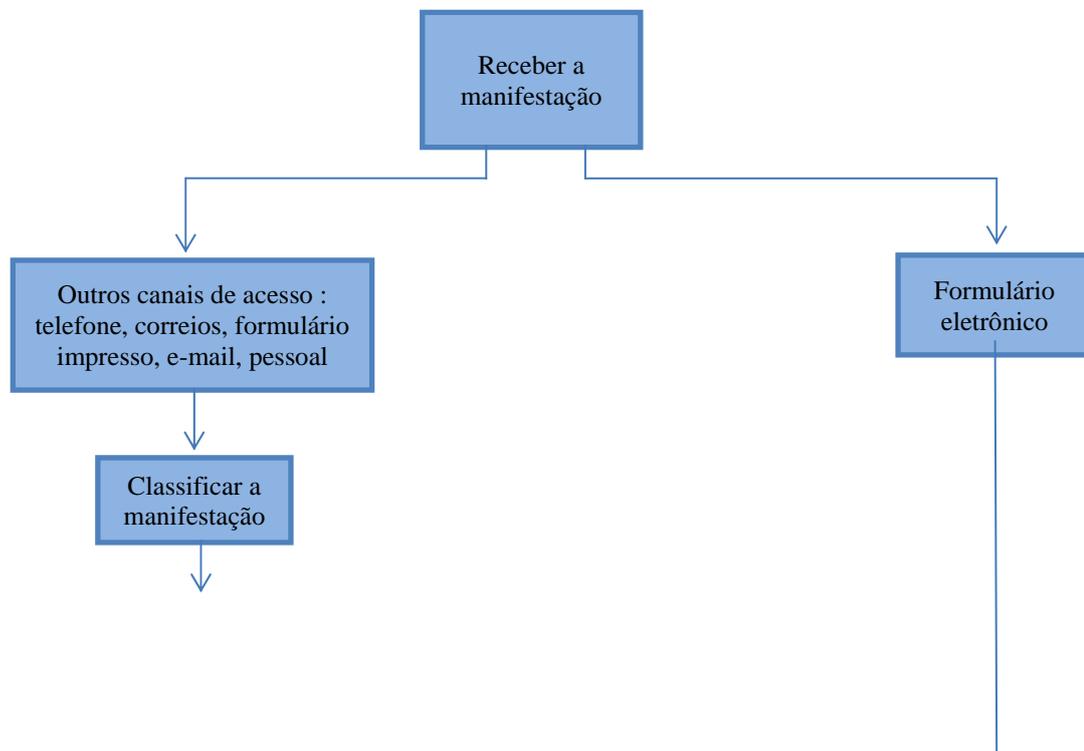
A Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, órgão subordinado à Presidência do Tribunal, foi instituída por meio da Resolução Administrativa nº 15/2005, de 01.03.2005.

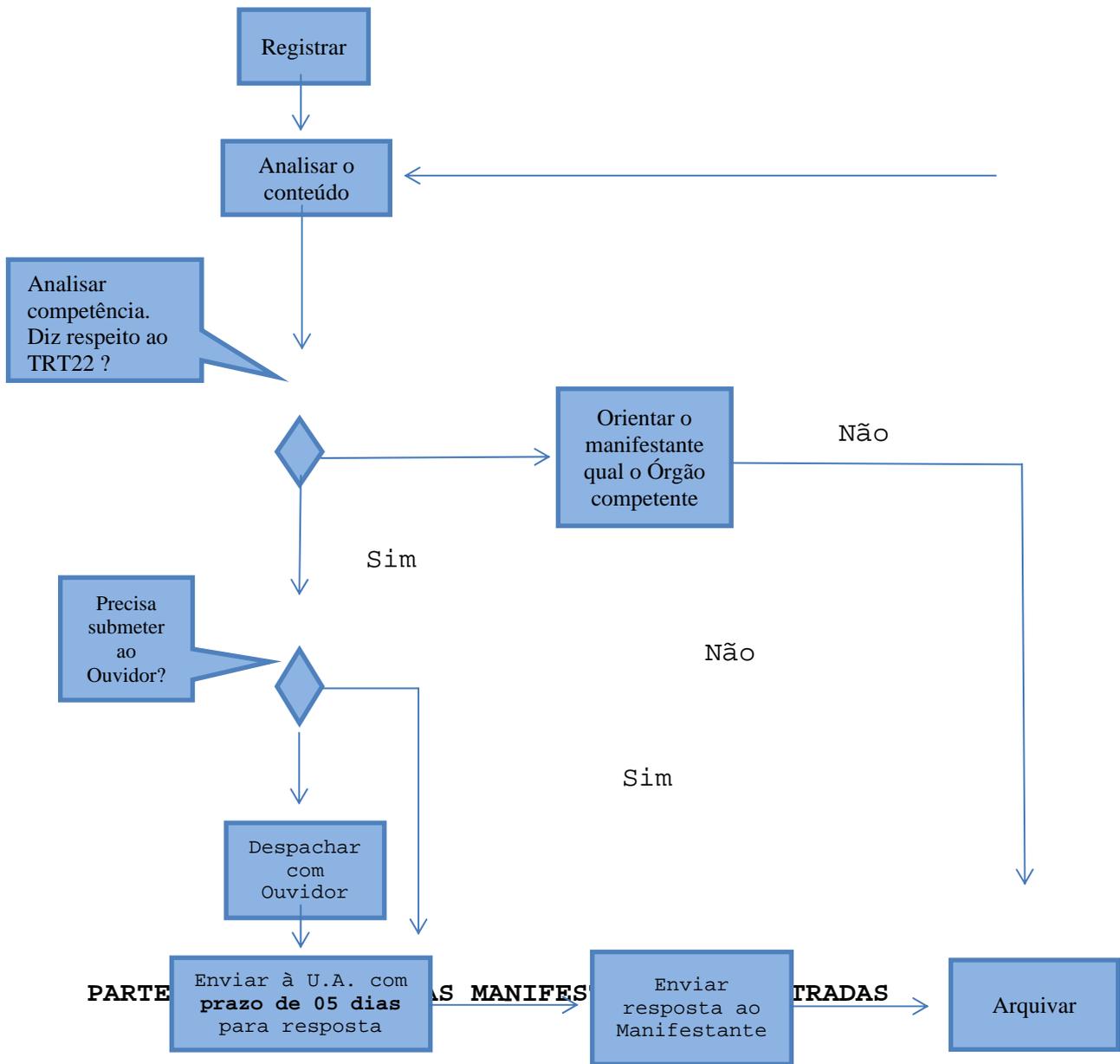
É um dos mecanismos de indução de controle social por parte dos usuários dos serviços públicos e tem como escopo tornar mais transparentes e ágeis os procedimentos adotados por esta Justiça Especializada, mediante o recebimento de denúncias, reclamações, sugestões, pedidos de informações, dúvida e elogios.

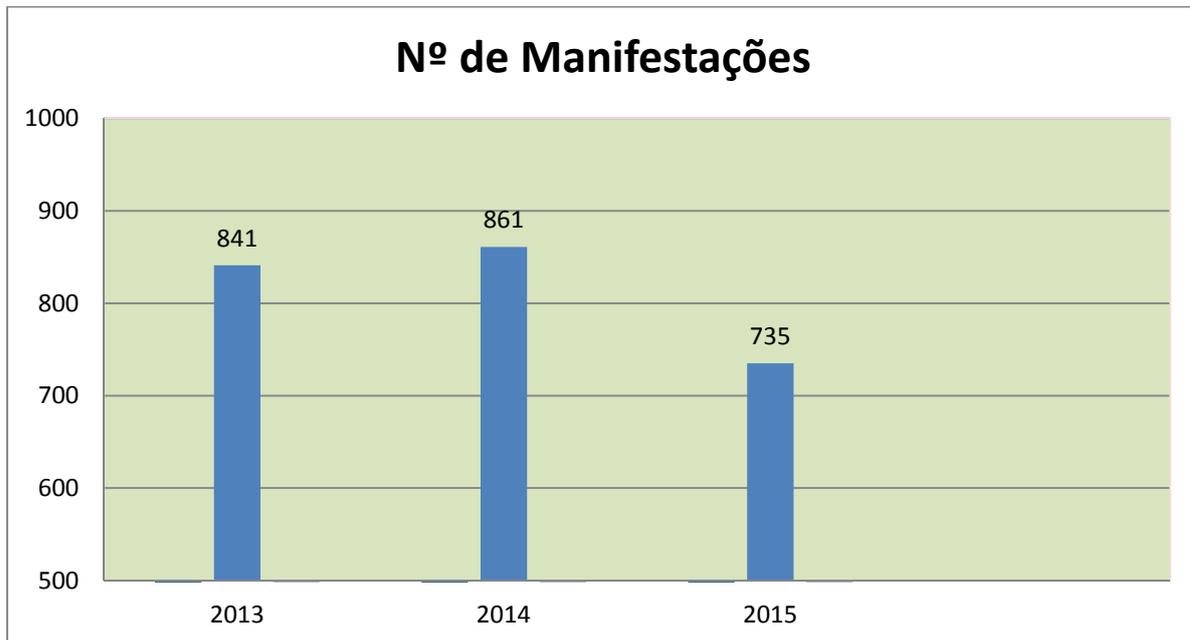
O TRT da 22ª Região disponibiliza aos usuários vários canais de acesso: formulário eletrônico disponível no sítio do Regional ou e-mail; Telefone (2106-9516); Correios; Formulários impressos, disponíveis nas caixas de coleta localizadas no Tribunal e nas Varas do Trabalho da capital e do interior do Estado e Atendimento Pessoal - por servidor da Ouvidoria, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 14h, no 3º andar do prédio sede deste Tribunal

### 1.1- FLUXOGRAMA

Com o objetivo de esclarecer o processo de trabalho da Ouvidoria apresentamos abaixo um fluxograma simplificado de tratamento das demandas:







Fonte: Ouvidoria.

Gráfico 1: Apresenta o resultado comparativo das manifestações recebidas nos últimos 03 anos.

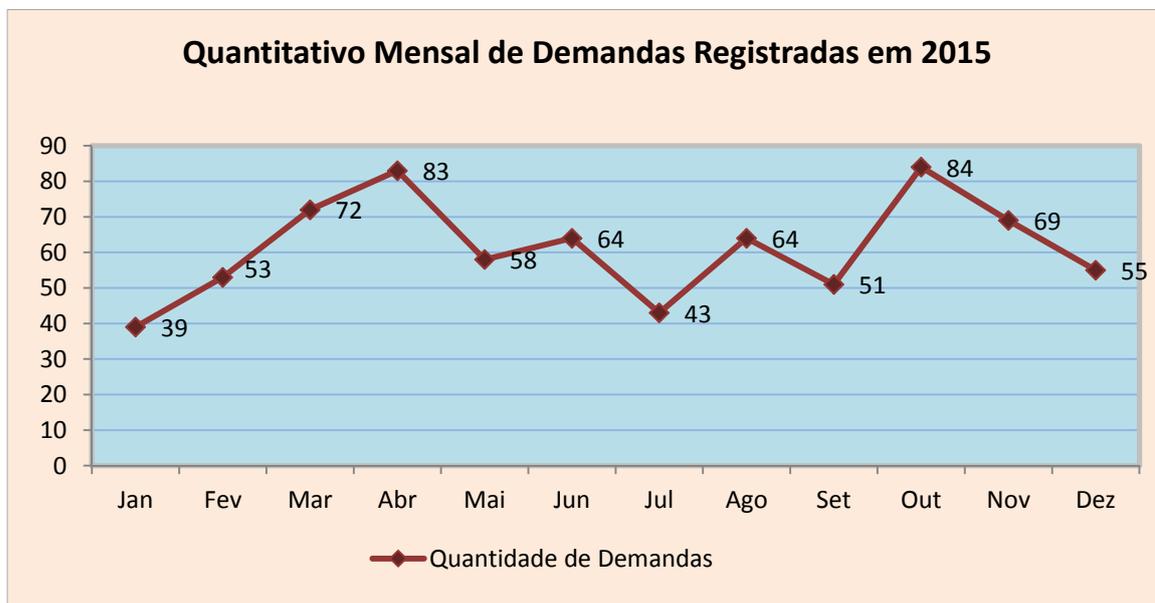
Os dados apresentados na figura acima demonstram que no ano de 2015 houve uma redução de quase 14,63% (foram 735 manifestações) em relação ao ano anterior (861 manifestações).

### PARTE 3 - LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES

#### RECEBIDAS

#### 3.1- MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS MENSALMENTE

As **735 (setecentos e trinta e cinco) manifestações** têm a seguinte distribuição mensal:



Fonte: Ouvidoria.

Gráfico 2: Quantitativo Mensal de Demanda Registradas em 2015

No ano de 2015, a média mensal de demandas situou-se em 61,25. Houve uma diminuição de 14,63% da média, em relação ao ano anterior.

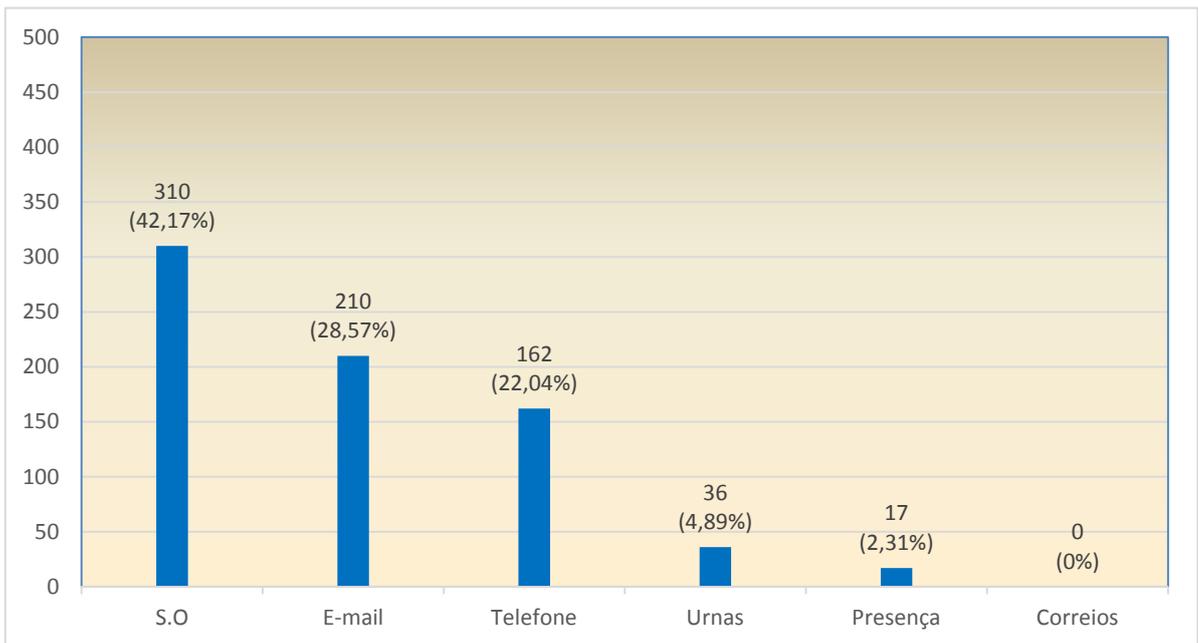
Os meses de janeiro e julho de 2015 ficaram abaixo da média, provavelmente em razão do recesso do judiciário e das férias escolares.

Nos meses de abril e outubro, observam-se os maiores índices. Uma hipótese para a elevação da média da demanda no mês de abril pode ser em razão do início da greve dos servidores do judiciário. No mês de outubro, repetiu-se o pico observado no ano anterior quando há uma maior demanda de reclamações.

Percebe-se que o mês de dezembro, mesmo sendo também um período de recesso judiciário, o percentual não ficou tão abaixo da média. Isso, porque, naquele mês a Ouvidoria chegou aos Municípios de Cocal e Joaquim Pires, através da Justiça Itinerante.

### 3.2- MEIOS DE ACESSO

Das 735 manifestações recebidas no ano de 2015, **310** chegaram via Sistema de Administração de Ouvidoria, **210** via *webmail*, **162** por telefone, **17** por atendimento presencial e **36** via formulário impresso (disponível nas urnas). Não houve manifestação via Correios.



*Fonte: Ouvidoria*

*Gráfico 3: Apresenta o comparativo dos meios de acesso escolhidos pelo usuário no ano de 2015.*

*Nota 1 : S.O. (Sistema de Administração de Ouvidoria) é um sistema desenvolvido pelo TRT da 22ª Região, onde o manifestante faz sua reclamação, elogio, sugestão ou denúncia através de um formulário disponível no link Ouvidoria no site do TRT da 22ª Região.*

Como se observa pelo gráfico acima, as demandas por meio do formulário eletrônico continuam sendo o principal

instrumento de acionamento utilizado pelo cidadão, alcançando a marca de **42,17%**.

Cabe ressaltar, que o e-mail no ano de 2014 era o terceiro meio de acesso mais usado pelo cidadão, em 2015 passou a ser o segundo (**28,57%**). O atendimento telefônico que no ano de 2014 alcançou o segundo lugar, no ano seguinte caiu uma posição (**22,04%**). Esta inversão de posições pode ser explicada pela diminuição de ligações para o telefone fixo, em razão do custo, pois não dispendo a Ouvidoria de uma linha 0800 o usuário, cada vez mais conectado, acaba fazendo sua demanda via e-mail (celular ou computador).

Verifica-se que o número de demandas enviadas via formulário impresso (urnas) obteve um aumento significativo no ano de 2015 (**4,89%**), ultrapassando o atendimento presencial, embora, este último venha apresentando tendência de crescimento (**2,31%**).

Como já registrado, o considerável aumento do número de manifestações, no ano de 2015, via formulário impresso deu-se em razão de a Ouvidoria chegar aos municípios onde não há Varas do Trabalho através da Justiça Itinerante (Jus Móvel) .

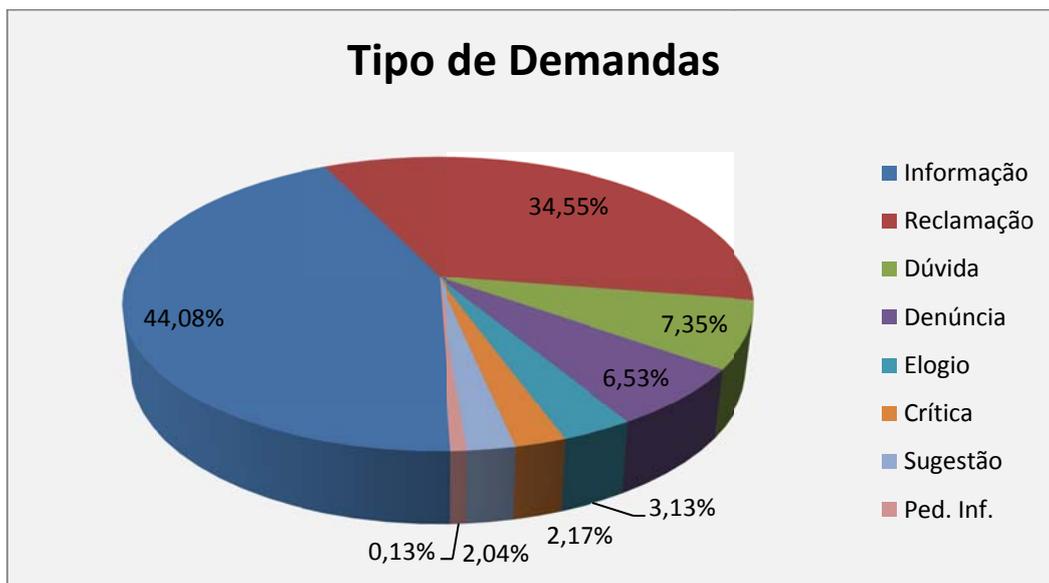
Não houve manifestação via Correios (EBCT).

### **3.3- TIPO DE MANIFESTAÇÃO**

Todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria são classificadas por categoria (informação, reclamação, dúvida, denúncia, sugestão, elogio e crítica).

A partir do mês de outubro de 2015, a Ouvidoria do TRT da 22ª Região incluiu a categoria "Pedido de Acesso à Informação". Essa inclusão decorreu da determinação contida no ATO GP nº 56/2015, segundo a qual compete à Ouvidoria receber, registrar, controlar e responder o pedido de acesso à informação, regulado pela Lei nº 12.527/2011.

O gráfico abaixo permite visualizar a distribuição das demandas.



*Gráfico 4: Percentual de manifestações segundo o tipo de demanda.*

Da análise da figura acima, percebe-se que a categoria "Informação" foi a mais expressiva em termos de volume (44,08%). Nessa classe, as manifestações recebidas eram, na maioria, enviadas por reclamantes em busca de esclarecimentos acerca do trâmite processual e dos termos utilizados na consulta processual.

Destacam-se ainda nessa categoria, as manifestações encaminhadas envolvendo atribuições de outras entidades (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego- SRTE, sindicatos, OAB). Nesses casos, a Ouvidoria esclarecia o manifestante qual a entidade competente para processar a demanda e a forma de contatá-la.

Outras eram relacionadas a número de telefone, consultas indisponíveis e exercício do direito.

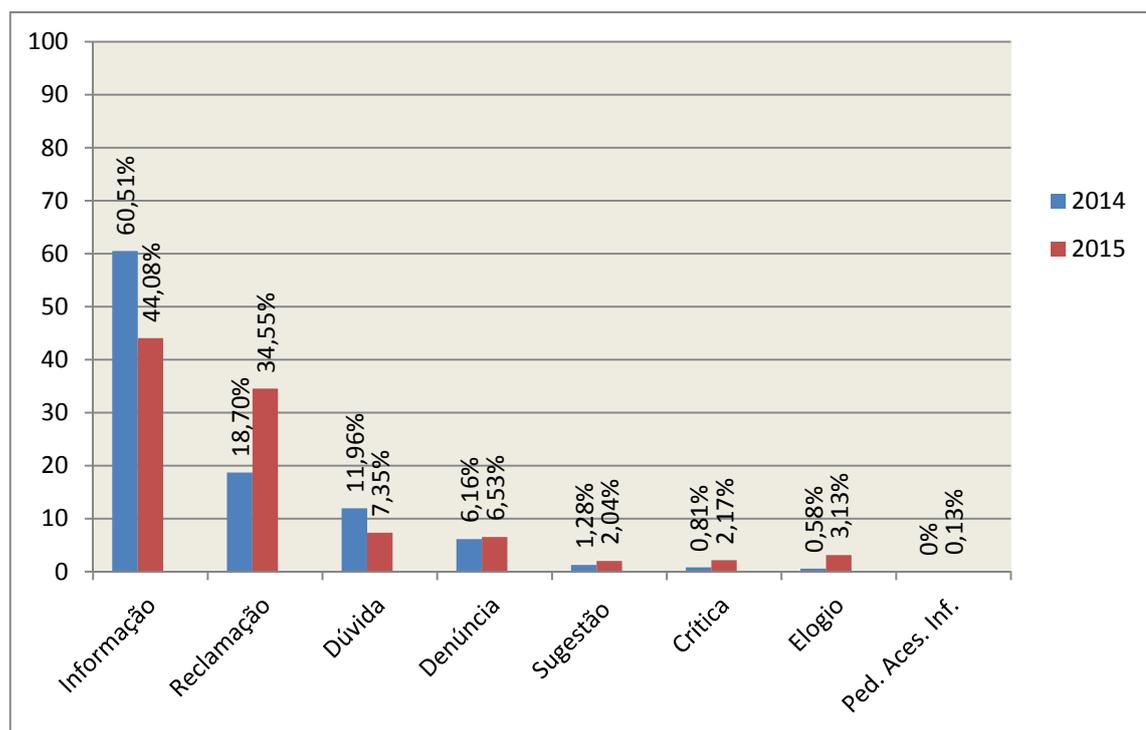
A categoria "Reclamação" representou 34,55% do total. Grande parte desse percentual diz respeito a reclamantes indignados com a demora no andamento processual (marcação de audiências, prolação de sentenças, certificação de prazos, mudança de jurisdição, despachos, etc.), bem como a advogados com reclamações relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico - PJE.

A classe "Dúvida" marcou 7,35% do total registrado. A maior parte está relacionada ao cadastro de advogados, à emissão de certidões negativas de feitos trabalhistas, a concurso para servidores, disponibilidade de atas, como também à dificuldade de acesso ao PJE.

As "Denúncias" significaram 6,53%. Elogio, 3,13%. Crítica, 2,17%. Sugestão, 2,04%. Pedido de Acesso à Informação, 0,13%.

A figura abaixo apresenta o gráfico comparativo entre as demandas recebidas por esta Ouvidoria dos anos de 2014 e 2015.

**Comparativo das demandas - 2014 e 2015**



Fonte: Ouvidoria.

Gráfico 5: Comparação tipo de demandas 2014 e 2015.

Extraí-se do gráfico acima, uma diminuição do número de demandas "Tipo Informação", aproximadamente 37,81%, quando comparamos com o ano de 2015. Por outro lado, houve um significativo aumento da quantidade "Tipo Reclamação", na ordem de 57% em relação ao ano anterior.

### 3.4- PERFIL DO USUÁRIO

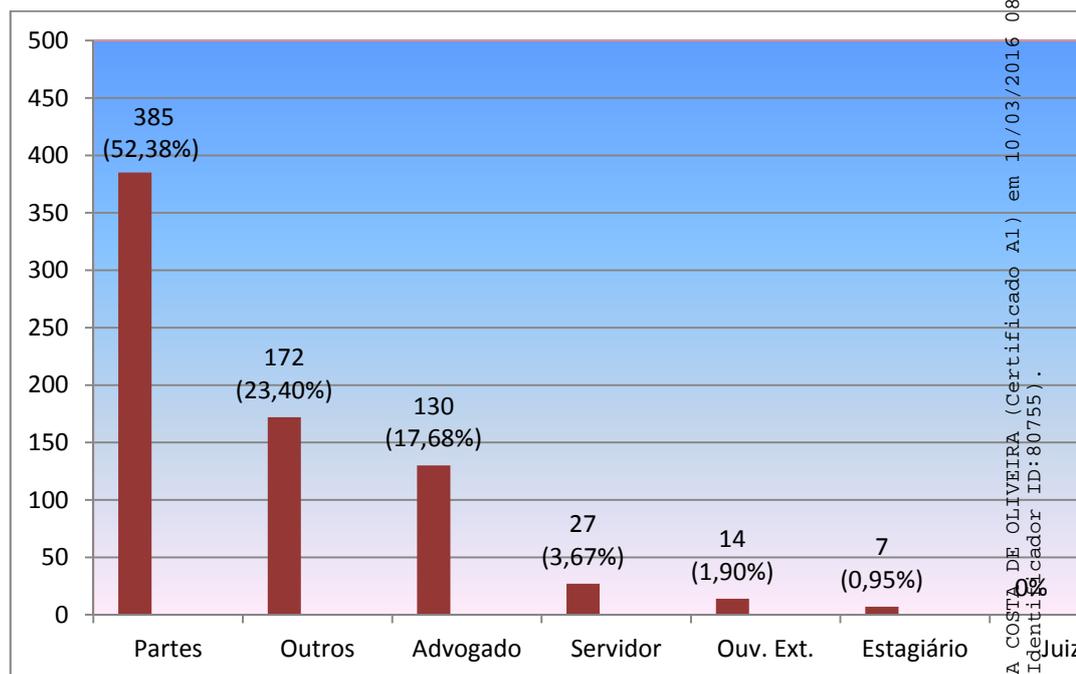


Gráfico 6: Apresenta o percentual dos usuários que utilizam a Ouvidoria

Quanto ao perfil do usuário, destaca-se a grande participação das "Partes" das ações trabalhistas, frisem-se reclamantes, aproximadamente 52,38% do total. No perfil "Outros", inserem-se os estudantes, servidores de outros órgãos públicos, empregados públicos. Nessa

categoria, a Ouvidoria registrou 23,40% do volume de manifestações; 17,68% da demanda partiu de advogados.

O percentual de demandas enviadas por servidores subiu uma posição (3,67%) em relação ao ano de 2014. Com isso, esse perfil de usuário, passou a ocupar o 4º lugar no gráfico. Ouvidoria externa, 1,90%; estagiários, 0,90%. Não houve manifestação de juízes.

Cabe explicitar que apesar de o "Sistema de Ouvidoria" registrar algumas manifestações enviadas por "juízes" durante o ano de 2015, esta Ouvidoria optou por lançar o percentual de 0% no gráfico acima. É que, a análise do conteúdo do relato, revela uma confusão do usuário, cuja intenção era de levar a reclamação até o juiz.

#### PARTE 4 - PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO

Durante o ano de 2015, a Ouvidoria, em parceria com a Seção de Estatística e Gestão Estratégica, elaborou a pesquisa satisfação do usuário.

Segue abaixo o resultado.

Avaliação			
Afirmativas	(%)		Desconhece
	Negativa	Positiva	

Tempo de resposta da Ouvidoria	23,43	27,62	48,95
Cordialidade no atendimento	15,03	36,36	48,61
Clareza na resposta	23,78	35,31	40,91

*Fonte: Seção de Estatística e Gestão Estratégica*

#### OUVIDORIA

Avaliação (%)		Desconhec e
Negativa	Positiva	
20,75	33,10	46,15

*Fonte: Seção de Estatística e Gestão*

*Estratégica*

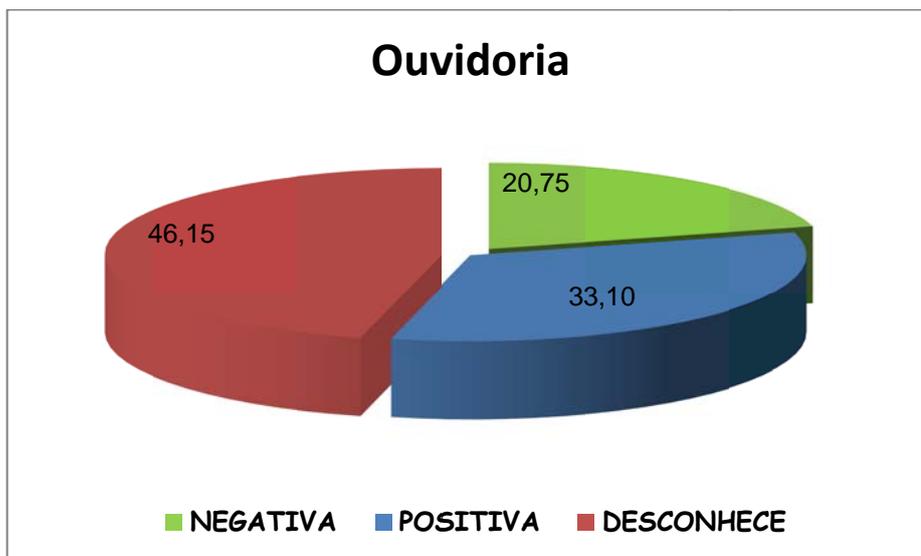


Gráfico 7

Fonte: Seção de Estatística e Gestão

#### Estratégica

Após o resultado da pesquisa, a Ouvidoria adotou algumas medidas no sentido de ampliar a divulgação do seu papel, tais como :

- ✓ alteração do ícone da Ouvidoria no portal do TRT22, tornando-o mais visível para o usuário;
- ✓ confecção e distribuição de cartazes no prédio sede e nas Varas da Capital e Interior, com o slogan "O TRT22 QUER OUVIR VOCÊ";
- ✓ divulgação das atividades nas redes sociais em parceria com Assessoria de Comunicação deste Regional;
- ✓ Recepção de formulários da Ouvidoria durante o projeto Justiça Itinerante (Jus Móvel).

#### PARTE 5 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Ouvidoria do TRT da 22ª Região no ano de 2015 participou dos seguintes eventos:

- 1ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, em Campinas-SP;
- 1ª Reunião da Rede de Ouvidorias do Piauí no Tribunal de Contas do Estado, em Teresina- PI;
- 7ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, em Brasília-DF;
- Participação na audiência pública "Judiciário Piauiense", com a presença do Ouvidor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Dr. Fabiano Silveira, em Teresina - PI;
- Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, em Florianópolis-SC;
- I Seminário de Integração das Ouvidorias da Justiça do Trabalho, em Brasília-DF.

## **PARTE 6- NECESSIDADES E SUGESTÕES**

Ao concluir este Relatório, apresentamos algumas "Necessidades e Sugestões", a partir das dificuldades vivenciadas e dos resultados colhidos no ano de 2015, com o objetivo de melhorar os serviços prestados pela Ouvidoria do TRT da 22ª Região :

- sugerir à Administração a disponibilidade de uma linha telefônica gratuita (0800);

- a criação de uma ferramenta ou um programa que possibilite oferecer um suporte eficiente para o registro das manifestações recebidas. Isso porque a coleta é feita de forma manual, contando-as, uma a uma. Assim, o desenvolvimento de um programa nesses moldes, otimizaria as atividades, na medida em que auxiliaria na organização do trabalho e no detalhamento dos dados estatísticos;
- Criar mecanismos para fortalecer a parceria com a Justiça Itinerante;
- propor a inclusão das competências da Ouvidoria Regional no Regimento Interno desta Corte.
- sugerir à Administração Superior desvincular a Ouvidoria da Presidência.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observa-se que já houve avanço significativo na Ouvidoria Regional, conforme acima narrado, porém ainda se encontra em fase de aprimoramento de pessoal e de material, posto que o TRT da 22ª Região conta com projetos de lei, em tramitação perante o CNJ e a Câmara dos Deputados, para ampliar o seu quadro de pessoal, incluindo funções comissionadas e cargos comissionados.

Observou-se uma redução no número de manifestações do ano de 2015 em comparação com o ano de 2014, porém foi verificado um aumento no percentual de reclamações, de 18,70% para 34,55%, as quais foram em maior quantidade relativas à demora na tramitação processual, o que se acredita decorreu em face do aumento da demanda de ações sem o correspondente acréscimo de pessoal necessário para o atendimento além do movimento de reivindicação dos servidores.

A coleta de manifestações durante as semanas da conciliação e execução, bem como durante as visitas da Justiça Itinerante, mostrou-se um bom canal de comunicação entre os jurisdicionados e o Tribunal.

Destaca-se que o maior número de acessos pela via eletrônica (Sistema da Ouvidoria na página do Tribunal e por e-mail) em comparação com o atendimento telefônico.

O perfil de usuários apresenta um percentual de 52,38% de acesso pelas próprias partes (em sua maioria reclamantes ) em comparação com os demais usuários (outros, advogado, servidor, Ouv. Ext., estagiário e Juiz).

Houve, de fato, um avanço no papel da Ouvidoria do TRT22, porém algumas sugestões de melhorias se mostram necessárias para o bom desempenho de sua função.

Com essas iniciativas, busca a Ouvidoria melhoria no cumprimento do seu mister, de caráter mediador, pedagógico, instrumental e estratégico, com acolhimento de manifestações das mais diversas espécies oriundas do cidadão e eventualmente não solucionadas pelos outros canais de atendimento ao usuário, contribuindo para orientar o Órgão, fomentando a promoção de aperfeiçoamento contínuo dos processos de trabalho em busca de soluções efetivas

Teresina, 23 de fevereiro de 2016.

FAUSTO LUSTOSA NETO

Desembargador Ouvidor

### **DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **GABINETE DA DIRETORIA GERAL**

Durante o exercício de 2015, a Diretoria-Geral de Administração deu seguimento às atividades voltadas às funções administrativas deste TRT-22, tais como o planejamento, orientação, coordenação e controle da instituição e das unidades que compõem sua estrutura organizacional.

Esta Diretoria, consoante a determinação contida no art. 1º do Ato GP nº 19/2013, exerceu a função precípua de ordenador de despesas, assim como a função de fazer a relação entre o TRT-22 e outras instituições públicas e privadas em questões administrativas.

Este relatório vem demonstrar, de maneira sintética, o trabalho desenvolvido na área administrativa do TRT-22 durante o exercício de 2015.

#### **COMPOSIÇÃO FUNCIONAL:**

Nos termos da Resolução Administrativa nº 73/2012, a Diretoria-Geral de Administração tem a seguinte composição:

<b>DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>
ASSESSORIA JURÍDICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SEÇÃO DE ENGENHARIA
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA (E SEÇÕES SUBORDINADAS)
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS (E SEÇÕES SUBORDINADAS)

O setor da Diretoria Geral de Administração é composto pela Diretora-Geral de Administração, uma Chefia de Serviços e cinco servidores de apoio, objetivando um trabalho célere e efetivo, e atendendo a demandas de todos os setores deste TRT-22.

#### **DINÂMICA OPERACIONAL:**

No âmbito de sua competência, a DGA participou de vários desafios administrativos durante o ano de 2015, provocando questionamentos e propondo caminhos a serem seguidos e resoluções desses desafios, mediante debates e reuniões junto aos setores administrativos, à Presidência, TST, CSJT, CNJ e outros órgãos.

Segue abaixo demonstrativo dos documentos produzidos na DGA, revelando a dinâmica operacional do setor:

DOCUMENTOS EXPEDIDOS	
Ofícios DGA expedidos	119
Memorandos recebidos	43
Memorandos enviados	33
Memorandos-circular expedidos	42

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL****RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIROS - ANO DE 2015.**

O presente relatório tem como objetivo relatar as principais atividades desenvolvidas pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, Pregoeiros(a) e Equipe de Apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, no exercício de 2015.

01 - Manutenção e atualização da legislação relativa ao procedimento licitatório.

02 - Emissão de informações, esclarecimentos, avisos sobre os procedimentos das licitações e outros correlatos.

03 - Elaboração de editais de licitação, providências relativas às publicações, e emissão de certidões.

04 - Realização de licitações para compras, obras e contratação de serviços de qualquer natureza, nas modalidades licitatórias de pregão eletrônico e presencial, observadas as formalidades legais vigentes.

05 - Análise da documentação de habilitação preliminar de fornecedores e prestadores de serviço bem como propostas de preços.

06 - Promoção, quando necessário, de diligências junto aos fornecedores e prestadores de serviço.

07 - Realização das sessões de abertura das propostas dos procedimentos licitatórios e disputa de lances.

08- Análise e julgamentos das propostas, análise de amostras e decisões de recursos.

09- Adjudicação do objeto da licitação aos respectivos vencedores, quando não houver interposição de recurso;

10- Manutenção do sistema informatizado de licitação, com alimentação de dados periódicos, com vistas a maior publicidade e transparência no trato da coisa pública.

11- Subsidiar a administração de todos os dados relativos às licitações concluídas e em andamento.

Para melhor subsidiar a Administração, segue anexo espelho das licitações realizadas no ano de 2015.

## **1 - PREGÕES PRESENCIAIS:**

**PREG n.º 01/2015**

**Processo n.º 586/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches, para atender aos diversos eventos realizados pelo Tribunal do Trabalho da 22ª Região.

## **2 - PREGÕES ELETRÔNICOS:**

**PREG ELETR n.º 01/2015**

**Processo n.º 630/2014**

**Objeto:** Contratação de empresa para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal-SMP, na modalidade Local (VC1), pós-pago, para comunicação de voz e dados, com disponibilização de 18 (dezoito) acessos móveis exclusivamente digitais, com área de registro no estado do Piauí, incluindo o fornecimento de 18 aparelhos móveis celulares em regime de comodato, bem como 09(nove) acessos móveis para interface celular.

**OBS: LICITAÇÃO DESERTA**

**PREG ELETR n.º 02/2015**

**Processo n.º 746/2014**

**Objeto:** Registro de preços objetivando a contratação de empresas especializadas para o fornecimento e montagem de móveis em MDF.

**PREG ELETR n.º 03/2015**

**Processo n.º 789/2014**

**Objeto:** Aquisição de material bibliográfico.

**PREG ELETR n.º 04/2015**

**Processo n.º 836/2014**

**Objeto:** Contratação de empresa para a execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

**OBS: LICITAÇÃO ANULADA**

**PREG ELETR n.º 05/2015.**

**Processo n.º 865/2014**

**Objeto:** Registro de preços para eventual fornecimento de material de consumo de informática.

**PREG ELETR n.º 06/2015.**

**Processo n.º 745/2014**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de poltronas.

**PREG ELETR n.º 07/2015.**

**Processo n.º 781/2014**

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância armada.

**PREG ELETR n.º 08/2015.**

**Processo n.º 780/2014**

**Objeto:** Aquisição de material permanente para a Subseção de Assistência Médica, Odontológica e Psicológica.

**PREG ELETR n.º 09/2015.**

**Processo n.º 709/2014**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e reposição de quaisquer componentes/peças novas (primeiro uso) e originais, para os elevadores instalados no prédio sede do TRT 22ª.

**PREG ELETR n.º 10/2015.**

**Processo n.º 18/2015**

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo de copa e cozinha.

**PREG ELETR n.º 11/2015.**

**Processo n.º 630/2014**

**Objeto:** Contratação de empresa para a prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal-SMP, na modalidade Local (VC1), pós-pago, para comunicação de voz e dados, com disponibilização de 18 (dezoito) acessos móveis exclusivamente digitais, com área de registro no estado do Piauí, incluindo o fornecimento de 18 aparelhos móveis celulares em regime de comodato, bem como 09(nove) acessos móveis para interface celular, conforme as condições do sistema digital e especificações detalhadas.

**OBS: LICITAÇÃO DESERTA**

**PREG ELETR n.º 12/2015.**

**Processo n.º 813/2014**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em imunização para o fornecimento de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) doses de vacinas contra a gripe, sem gesto vacinal.

**PREG ELETR n.º 13/2015.**

**Processo n.º 81/2015**

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de compressores para ar condicionado, tipo split.

**PREG ELETR n.º 14/2015.**

**Processo n.º 166/2015**

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de impressos.

**PREG ELETR n.º 15/2015.**

**Processo n.º 290/2014**

**Objeto:** Aquisição de rádios transceptores digitais portáteis e acessórios.

**PREG ELETR n.º 16/2015.**

**Processo n.º 343/2015**

**Objeto:** Aquisição de fardamento para os servidores em exercício nas áreas de transporte, portaria, segurança, manutenção e para os militares cedidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

**PREG ELETR n.º 17/2015.**

**Processo n.º 468/2015**

**Objeto:** Aquisição de tapetes em fibra sintética vinílica, tipo capacho, personalizados pelo processo de termo fusão.

**PREG ELETR n.º 18/2015.**

**Processo n.º 590/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecer e instalar, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, 03(três) Grupos Geradores destinados ao atendimento das Varas do Trabalho de Bom Jesus, Oeiras e Corrente.

**PREG ELETR n.º 19/2015.**

**Processo n.º 567/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para executar, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, os serviços de:

- construção do muro de divisa do terreno onde será edificada a nova sede da Vara do Trabalho de Parnaíba, situada à Av. Dezenove de Outubro, s/n, cidade de Parnaíba, Piauí;

- construção de muro de divisa do terreno onde será edificada a nova sede da Vara do Trabalho de Uruçuí, situada à Av. Santos Dumont, s/n (entre a Rua Pedro Joalheiro e a Rua 30), cidade de Uruçuí, Piauí..

**PREG ELETR n.º 20/2015.**

**Processo n.º 594/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de quaisquer componentes/peças novos (primeiro uso) para dois elevadores de fabricação SUR, modernizados recentemente pela THYSSENKRUPP, instalados no edifício Fórum Trabalhista de Teresina.

**PREG ELETR n.º 21/2015**

**Processo n.º 514/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecer e instalar, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, 01 (um) elevador para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enclausurado com acionamento hidráulico, a ser instalado na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (EJUD22) localizada no prédio - Complexo Administrativo, na Rua João da Cruz Monteiro, 1694, Cristo Rei - Teresina/PI.

**OBS: LICITAÇÃO FRACASSADA**

**PREG ELETR n.º 22/2015.**

**Processo n.º 302/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de um portal detector de metal, incluindo instalação, configuração e assistência técnica durante o período de garantia.

**PREG ELETR n.º 23/2015.**

**Processo n.º 626/2015**

**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de apoio administrativo nas áreas de Odontologia - Auxiliar em Saúde Bucal (ASB) e de Psicologia - Psicólogo.

**PREG ELETR n.º 24/2015.**

**Processo n.º 581/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Gerenciamento de Frota de Veículos para o Tribunal do Trabalho - 22ª Região por meio eletrônico, através de cartões inteligentes personalizados para cada veículo e software disponibilizado pela internet.

**PREG ELETR n.º 25/2015.**

**Processo n.º 514/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecer e instalar, sob o regime de execução indireta e empreitada por preço global, 01 (um) elevador para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, enclausurado com acionamento hidráulico, a ser instalado na Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (EJUD22) localizada no prédio - Complexo Administrativo, na Rua João da Cruz Monteiro, 1694, Cristo Rei - Teresina/PI.

**OBS: LICITAÇÃO FRACASSADA**

**PREG ELETR n.º 26/2015.**

**Processo n.º 689/2015**

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente.

**PREG ELETR n.º 27/2015.**

**Processo n.º 606/2015**

**Objeto:** Registro de preços, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga, teste hidrostático de mangueiras e extintores, fornecimento de materiais e peças de reposição dos componentes dos extintores e manutenção de mangueiras de combate a incêndio.

**PREG ELETR n.º 28/2015.**

**Processo n.º 625/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional.

**PREG ELETR n.º 29/2015.**

**Processo n.º 716/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação dos SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS nos imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com fornecimento de mão de obra e de todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.  
**(NÃO REALIZADO)**

**PREG ELETR n.º 30/2015.**

**Processo n.º 634 /2015**

**Objeto:** Registro de Preços para fornecimento, instalação e desinstalação de condicionadores de ar do tipo split em ambientes situados nas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.  
**(NÃO REALIZADO).**

**PREG ELETR n.º 31/2015.**

**Processo n.º 747/2015**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos de segurança (coletes balístico, algemas e bastões retráteis) para serem utilizados pelos Agentes de Segurança Judiciária do TRT 22ª Região no exercício de suas atividades funcionais.

**OBS: LICITAÇÃO DESERTA**

**PREG ELETR n.º 32/2015.**

**Processo n.º 749 /2015**

**Objeto:** Registro de preços, objetivando o fornecimento, de forma parcelada, de gêneros alimentícios (chá, café, açúcar e água mineral), pelo período de 12 meses.

**PREG ELETR n.º 33/2015.**

**Processo n.º 741/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de áudio e vídeo

**PREG ELETR n.º 34/2015.**

**Processo n.º 325/2015**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para executar, sob o regime de empreitada por preços unitários, os serviços de reformas na Vara do Trabalho de Corrente, situada à Av. Nossa Senhora da Conceição S/N, Bairro Nova Corrente, Corrente-PI.

**OBS: LICITAÇÃO FRACASSADA**

**PREG ELETR n.º 35/2015.**

**Processo n.º 835 /2015**

**Objeto:** Registro de preços, objetivando a aquisição de KIT de produtos, a ser utilizado em caminhadas, corridas ou passeio ciclístico, com o fim de divulgar, no âmbito do Estado do Piauí, os programas de TRABALHO SEGURO e COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.

Teresina, 26 de janeiro de 2016.

José Luiz Lustosa

Assistente-Chefe da Comissão Permanente de licitação

Joana Santana de Carvalho

Pregoeira e Membro da Equipe de Apoio

Fernando José Matos de Freitas  
Pregoeiro e Membro da Equipe de Apoio

#### COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS-CFIN

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (**CFIN**), composta pelas seções:

- \* Seção de Preparação de Pagamento de Pessoal (**SPPP**);
- \* Seção de Controle de Saldos e Registros no SIAFI (**SCRS**);
- \* Seção de Pagamento de Bens e Serviços (**SPBS**);
- \* Seção de Contabilidade Analítica (**SCAN**);
- \* Seção de Empenhos e Programação Orçamentária (**SEPO**);
- \* Seção de Gestão Fiscal e Tomada de Contas (**SGFTC**),

desenvolveu durante o exercício de 2015, em síntese, as atividades orçamentário-financeiras abaixo especificadas:

#### **Despesas Empenhadas**

Ações	Valores empenhados (R\$)
<b>Pagamento de Pessoal Ativo da União</b>	<b>81.995.910,00</b>
Contribuição União p/Custeio Regime Próprio Servidor Público Federal	14.336.960,70
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	5.657.383,00
Aprec. de Causas na Justiça do Trabalho	12.288.807,40
Aprec. de Causas (Créditos Extraordinários)	1.309,00
Capacitação de Recursos Humanos	1.053.754,64
Benefícios Assistenciais	9.360.912,25

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	42.066,44
Requisição de Pequeno Valor	12.447,99
Manutenção Varas Itinerantes	73.864,63
Comunicação e Divulgação Institucional	100.000,00
Trabalho Seguro	117.426,68
Construção do Edifício-Sede	3.756.543,00
Construção do Edifício-Sede (Créd.Extraordinário)	2.093.345,00
Recursos Descentralizados TST	1.193.432,46

### **Emissão de Documentos**

Documentos	Quantidades
<b>Notas de sistema</b>	<b>3.760</b>
Notas de dotação	406
<b>Darf's</b>	<b>emitidos</b>
<b>1068</b>	
<b>Dar's</b>	<b>emitidos</b>
<b>(ISS)</b>	
<b>351</b>	<b>Ordens bancárias</b>
<b>3248</b>	
Notas de empenho	1236
Notas de lançamento	159
Relações de Ordens Bancárias Externas (RE's)	293
Guias da Previdência Social	630
Guias de Recolhimento da União (GRU's)	84

### **Quadro Demonstrativo da Conta Corrente**

---

Tipos de sub-repasses	<b>A, C e D</b>
-----------------------	-----------------

Saldo exercício/2014	
12.049.137,01	
Sub-repasse recebido exercício/2015	124.969.274,17
<b>Total</b>	<b>137.018.411,18</b>
Despesas realizadas/2015	131.066.030,47
<b>Saldo final exercício/2015</b>	<b>5.952.380,71</b>

Alimentou-se o sistema SIOP com os dados físico-financeiros executados em 2015.

Seguem, abaixo, as descrições sucintas das atividades desenvolvidas por cada Seção desta Coordenadoria e os demais demonstrativos por elas elaborados.

#### *SEÇÃO DE PAGAMENTO DE BENS E SERVIÇOS- SPBS*

- Pagamentos relativos às diversas despesas realizadas com fornecedores de bens e serviços para o bom andamento das atividades fim e administrativa do Tribunal;
- Pagamento de bolsas e auxílio-transporte aos estagiários;
- Verificação e aplicação das normas e legislações referentes aos descontos previdenciários, imposto de renda e demais tributos federais incidentes sobre contratações de serviços e materiais adquiridos pelo Tribunal, bem como de retenções e recolhimentos de ISS e as conseqüentes declarações mensais relativas a este tributo encaminhadas à Prefeitura Municipal de Teresina e demais municípios onde funcionam Varas do Trabalho;
- Recolhimento de contribuições previdenciárias (GPS), de contribuições federais (DARF) e imposto sobre serviços (ISS),

relacionadas aos pagamentos de credores (materiais e/ou serviços);

- Elaboração e emissão dos comprovantes de rendimentos e retenções de tributos federais e municipais referentes aos pagamentos às empresas prestadoras de serviços e/ou fornecedoras de materiais, com a conseqüente emissão da DIRF;
- Elaboração de demonstrativo mensal do CNJ (anexo I), incisos II, III e IV;
- Guarda de processos relacionados aos pagamentos de bens e serviços no arquivo provisório desta CFIN.

## SEÇÃO DE CONTROLE DE SALDOS E REGISTROS

### NO SIAFI – SCRS

- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e colaboradores eventuais;
- Liberação, junto ao Auto-Atendimento Setor Público do Banco do Brasil (AASP), de limites de concessão de suprimento de fundos; lançamento, no SIAFI, dos valores concedidos aos supridos e de outros registros necessários quando da prestação de contas; pagamento dos encargos patronais devidos e das faturas do CPGF (Cartão de Pagamento do Governo Federal);
- Elaboração da FOPAG (Demonstrativo da Folha de Pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista), com envio mensal ao CSJT;
- Elaboração e encaminhamento da Programação Financeira Mensal (PF);

- Liquidação e pagamento, via ATUFOLHA/SIAFI, da folha mensal, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;
- Controle das dotações orçamentárias de pessoal, por natureza de despesa, com projeção atualizada do gasto previsto até o final do exercício financeiro;
- Emissão de Guias de Recolhimento da União (GRU's) para crédito na Conta Única do Tribunal, de importâncias a serem ressarcidas por magistrados e/ou servidores;
- Controle das contas bancárias do tribunal e elaboração do demonstrativo financeiro mensal;
- Solicitação, junto ao CSJT, de Recursos Financeiros para quitações de Requisições de Pequeno Valor (RPV);
- Pagamento de Sentenças Judiciais (Precatórios e RPs);
- Pagamento de honorários periciais da justiça gratuita, procedendo ao lançamento e recolhimento dos tributos e encargos devidos;

### **SEÇÃO DE EMPENHOS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SEPO**

- Elaboração da proposta orçamentária prévia/2016;
- Inserção dos dados, no SIOP, da proposta orçamentária para 2016;
- Solicitação via SIOP dos créditos adicionais para suplementações orçamentárias concernentes a custeio e benefícios assistenciais;
- Emissão dos empenhos para realização das despesas com custeio, investimento, precatórios e requisições de pequeno valor;

- Processamento da adequação das diversas despesas realizadas pelo Regional;
- Elaboração dos dados de execução orçamentário-financeira para SECOR enviar ao CNJ (justiça em número);
- Acompanhamento e execução dos créditos orçamentários nas suas diversas ações orçamentárias;

### **SEÇÃO DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL - SPPP**

- Elaboração mensal das folhas de pagamento em favor dos servidores e magistrados (ativos, inativos), bem como dos beneficiários de Pensão Vitalícia, que compõe o quadro funcional deste Regional;
- Abertura de processos nas modalidades de **Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores**, a fim de liquidar diferenças salariais anteriores ao exercício de 2015;
- Registros das alterações financeiras individuais no sistema de folha de pagamento;
- Verificação dos lançamentos ocorridos no Sistema de Recursos Humanos e seus reflexos no processamento da folha;
- Emissão de declarações e ofícios de diversas naturezas, solicitados por servidores e órgãos da administração pública, a fim de atender a interesses pessoais e coletivos, bem como demandas judiciais;
- Expedição dos comprovantes de rendimentos pagos aos magistrados e servidores para fins de Declaração de Imposto de Renda;

- Emissão de ofícios de margens consignáveis para fins de empréstimos bancários com desconto em folha de pagamento;
- Abertura de processos referentes a pagamentos e/ou recolhimentos de férias, gratificação de natal, acertos financeiros decorrentes de vacância ou exoneração, entre outros, conforme descrito abaixo:

No período de janeiro a dezembro de 2015 foram elaboradas 12 (doze) folhas normais e 1 (uma) folha específica de férias, as quais totalizaram um montante bruto de **R\$ 84.336.989,45** (oitenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais, quarenta e cinco centavos), o que corresponde a uma média mensal de **R\$ 7.028.082,45** (sete milhões, vinte e oito mil, oitenta e dois reais, quarenta e cinco centavos), gastos com o pagamento de pessoal, conforme demonstrativo abaixo:

#### FOLHAS DE PAGAMENTO (2015)

<b>Mês</b>	<b>Valor Bruto</b>	<b>Valor Líquido</b>
<b>Janeiro</b>	6.781.329,75	4.303.563,24
<b>Férias</b>	2.471.957,96	2.284.526,93
<b>Fevereiro</b>	6.679.665,87	4.168.863,79
<b>Março</b>	6.877.476,16	4.008.123,13
<b>Abril</b>	6.855.933,13	4.252.859,94
<b>Mai</b>	6.889.885,38	4.300.429,18
<b>Junho</b>	7.058.155,52	4.434.565,86
<b>Julho</b>	6.737.979,91	4.149.900,19
<b>Agosto</b>	6.811.813,81	4.131.631,60

<b>Setembro</b>	6.760.294,41	4.153.211,48
<b>Outubro</b>	6.768.320,21	4.203.493,65
<b>Novembro</b>	6.729.853,74	4.117.585,49
<b>Dezembro</b>	6.914.323,60	4.258.227,42
<b>Total</b>	<b>84.336.989,45</b>	<b>52.766.981,90</b>

Com o decorrer dos meses foram pagas folhas suplementares, por meio de processos específicos, conforme discriminado a seguir:

- **Despesas de Exercícios Anteriores** – Pagamento no mês de janeiro de horas extras, substituições, indenização de transporte, entre outras, em favor de 65 servidores, cujo montante foi de **R\$ 100.513,72** (cem mil, quinhentos e treze reais, setenta e dois centavos).

- **Pagamento do percentual de 13,23%** – Pagamento no mês de janeiro, por meio de folha suplementar, das diferenças decorrentes da implantação do percentual de 13,23% em favor dos servidores listados na ação movida pela ANAJUSTRA. Foram beneficiados 312 (trezentos e doze) servidores, totalizando um montante de **R\$ 218.561,58** (duzentos e dezoito mil, quinhentos e sessenta e um reais, cinquenta e oito centavos), com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015.

- **Diferença de Subsídios** – Pagas, por meio de folha suplementar no mês de fevereiro, as diferenças retroativas a 1º de janeiro de 2015, decorrentes do reajuste na parcela de Subsídio dos magistrados, estabelecido pela Lei nº 13.091/2015, totalizando um montante de **R\$ 289.145,59** (duzentos e oitenta e nove mil, cento e

quarenta e cinco reais, cinquenta e nove centavos) em favor de 38 magistrados ativos e 4 inativos.

- **Auxílio-Alimentação dos Magistrados** – Pagamento da 2<sup>a</sup> e última parcela dos passivos de auxílio-alimentação devidos em favor de 33 magistrados, totalizando um montante de **R\$ 923.241,71** (novecentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta e um reais, setenta e um centavos), com as devidas atualizações monetárias.

- **Pagamento de saldos residuais de URV (11,98%)** – Pagamento em março, em favor de 4 (quatro) ex-servidores, de saldos residuais de URV, totalizando um montante de **R\$ 49.865,22** (quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, vinte e dois centavos).

- **Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição (GEJC)** – Pagas as diferenças compreendidas no período de janeiro a outubro de 2015, em favor de 36 magistrados, totalizando um montante de R\$ **1.395.671,98** (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e um reais, noventa e oito centavos).

- **Restituição do Plano de Saúde (Dependente Especial)** – Restituição de parte do valor descontado dos dependentes especiais (46,68%), conforme estabelecido no Ato GP 116/2015, totalizando um montante de **R\$ 633.085,86** (seiscentos e trinta e três mil, oitenta e cinco reais, oitenta e seis centavos) em favor de 180 servidores.

- **Auxílio Moradia** – Foram pagas 12 (doze) folhas referentes ao auxílio-moradia dos magistrados totalizando um custo anual de R\$ **1.934.956,66** (um milhão, novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais, sessenta e seis centavos), conforme Resolução n° 199 do CNJ.

Além da elaboração das folhas normais e suplementares, a seção realizou outras atividades, tais como:

- Elaboração e envio, no mês de fevereiro/2015, da DIRF e da RAIS ano-base 2014;
- Elaboração e envio mensal da GFIP, contendo as informações referentes aos recolhimentos dos servidores regidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

### **SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA - SCAN**

- Análise da verificação das liquidações das despesas nos processos, em conformidade com o Art. 63 da lei 4.320/64;
- Análise, com emissão de parecer e baixa da responsabilidade (SIAFI) dos processos de suprimento de fundos;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da saída de materiais do almoxarifado (SIAFI), com base no RMA fornecido pela Seção de Almoxarifado;
- Conferência mensal da entrada e contabilização da depreciação dos bens móveis (SIAFI), com base no RMB fornecido pela Seção de Registro Patrimonial;
- Conferência e contabilização da baixa de material permanente determinada pelo Diretor Geral de Administração, em processo regular;
- Análise dos saldos dos sistemas orçamentários, financeiro, patrimonial e compensado no SIAFI;
- Exame e registro no SIAFI, dos documentos contratuais que impliquem em despesas;

- Emissão da Declaração do Contador para compor a Prestação de Contas anual para o Tribunal de Contas da União;

### **SEÇÃO DE GESTÃO FISCAL E TOMADA DE CONTAS – SGFTC**

- Elaboração dos relatórios de gestão fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres, com as suas devidas publicações no DOU, no SISTN e no portal TRANSPARÊNCIA deste Tribunal, bem como o envio de cópias dos mesmos ao TCU e ao Congresso Nacional, via Ofício da Presidência, e por e-mail a CFIN/CSJT;
- Elaboração e envio do Relatório de Gestão, que compõe o processo de contas ordinárias, previsto na IN nº 63/2010, do TCU;
- Controle do rol de responsáveis;
- Fornecimento de dados necessários à elaboração de pareceres e relatórios que contribuam para tomada de decisão do ordenador de despesa;
- Atendimento às auditorias interna e externa referente ao fornecimento de dados concernentes à Coordenação de Orçamento e Finanças;
- Transparência da gestão fiscal, com ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos;
- Prática, em geral, de todos os atos e demais encargos inerentes à Seção e à Coordenadoria a que se subordina e na qual

substituiu o seu titular nas suas ausências e/ou impedimentos legais.

**ANTÔNIO FERREIRA DE CARVALHO SOBRINHO**  
**COORDENADOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
**CFIN/TRT22**

**COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS-CGP**

**Responsável:** Justino Barbosa Neto

**Função Comissionada:** CJ - 02 - Coordenador

Durante o exercício de 2015 foram realizadas atividades de Gestão de Pessoas, inerentes às competências do cargo, as quais sejam: coordenar, orientar, controlar e supervisionar os trabalhos realizados por Assistente-Chefe de Seção, Assistente de Setor e demais servidores e estagiários lotados na CGP.

**SETOR DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOLÓGICA E ODONTOLÓGICA-SAMPO**

**Responsável:** Teresa Cristina dos Santos Oliveira Monte

**Função Comissionada:** FC - 03 - Assistente

O Setor de Assistência Médica, Psicológica Odontológica (SAMPO) prestar assistência médica e odontológica aos Magistrados e Servidores, procede à inspeção médica-

odontológica para fins de concessão de licenças médicas, realiza exames e inspeções de saúde para efeito de posse ou concessão de licenças e aposentadorias por invalidez, opina sobre os pedidos de licença para tratamento de saúde, quando formulados por Magistrados ou Servidores deste Regional ou de outros órgãos oficiais por acordo de cooperação, constitui Junta Médica para exame dos Magistrados e Servidores em casos de aposentadoria por invalidez, prorrogação de licença médica para tratamento de saúde ou de familiar na forma da legislação pertinente, realiza atendimento de enfermagem, desenvolvem ações de promoção e prevenção de saúde, além de outras atividades correlatas, determinadas pela chefia imediata.

No ano de 2015, o Setor de Assistência Médica, Psicológica e Odontológica prestou os seguintes serviços e desempenhou as atividades a seguir descritas:

**Serviços realizados em 2015:**

Consulta médicas	345
Licenças para tratamento de saúde	634
Licenças por motivo de doenças em pessoa da família	102
Licença por acidente de trabalho	01
Licença à gestante	08
Perícia médica	23
Atendimentos de enfermagem	1.213
Pré-admissional	57
Atendimentos odontológicos	562
Procedimento de odontologia da ASB	2.485

**Expedientes realizados em 2015:**

- ✓ Elaboração de Termos de Referência para aquisição de bem e serviços;

- ✓ Fiscalização de contratos;
- ✓ Comunicação de afastamento por licenças saúde de Magistrados à Presidência;
- ✓ Expedição de memorandos e ofícios;
- ✓ Conferência de materiais e serviços e Ateste de notas fiscais;
- ✓ Participação em Comissões;
- ✓ Campanha informativa em saúde;
- ✓ Consolidação de dados de saúde para implementação de ações.

**Ações desenvolvidas no ano de 2015:**

- ✓ Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO): foram emitidos 124 Atestados de Saúde Ocupacional;
- ✓ Ação em Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA):
  - 1-organização do curso de Brigada de Emergência, ministrado por tenente do Corpo de Bombeiros do Estado do Piauí. O curso formou 18 brigadistas, ou seja, servidores aptos para atuarem na prevenção de incêndio e princípio de incêndio, primeiros socorros e abandono de área;
  - 2-elaboração de pré-projeto de ginástica laboral, condicionada à disponibilidade orçamentária de 2016.
- ✓ Campanha de vacinação contra gripe: aquisição de 467 doses para imunização de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados;
- ✓ Campanha de vacinação contra Herpes Zoster ("cobreiro"): aquisição de 100 doses para imunização de servidores e magistrados acima de 50 anos;
- ✓ Elaboração do Termo de Referencia para contratação de terceirizados (1 psicólogo e 2 ASBs). Obs.: a licitação foi

- realizada com sucesso, valor do contrato já empenhado, com previsão de assinatura do contrato para fevereiro de 2016;
- ✓ Aquisição de espaço anexo para o SAMPO, adequado para reuniões, planejamento e atendimento na área da psicologia;
  - ✓ Participação no Seminário Sobre Saúde e Segurança do Trabalho - Resolução nº 141/2014, realizado em Brasília, que teve como objetivo abordar os detalhes da **R e s o l u ç ã o C S J T n ° 1 4 1**, de 26 de setembro de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

#### **SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO - SELE**

**Responsável:** Celso José de Sousa e Diane Alaíde Moraes Melo

**Função Comissionada:** FC - 04 - Assistente-Chefe

À Seção de Legislação (SELE) procura manter atualizadas as informações sobre a legislação, resoluções administrativas, jurisprudência emitida pelos Tribunais, orientações oriundas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Consultoria-Geral da República e normas dos Conselhos Superior da Justiça do Trabalho e Nacional de Justiça, dentre outros órgãos, notadamente as decisões do Tribunal de Contas da União relativas a pessoal e à administração pública. Instrui processos e recursos relacionados com direitos e deveres do pessoal bem assim respeitantes à administração como um todo.

No ano 2015 esta Seção, dentre outras atividades, elaborou pareceres acerca de diversos assuntos, dentre os quais:

- ✓ Arquivamento de Processos Administrativos;
- ✓ Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais;
- ✓ Redistribuição por reciprocidade, com cargo vago e com cargo ou cargos ocupados;
- ✓ Liberação de Servidor para conselho de classe (COREN);
- ✓ Liberação de Servidor para comparecer a audiência judicial;
- ✓ Ajuda de custo;
- ✓ Auxílio-Moradia;
- ✓ Alteração de nome na pasta funcional de servidor;
- ✓ Alteração de conta bancária para depósito de pensão alimentícia;
- ✓ Certificação de tempestividade;
- ✓ Certidão de desentranhamento;
- ✓ Certidão de arquivamento;
- ✓ Autuação e processamento de feitos;
- ✓ Averbação de Tempos de Serviço e Contribuição;
- ✓ Averbação de Tempo de Serviço prestado em mandato eletivo sem comprovação de contribuição;
- ✓ Remoções;
- ✓ Parcelamento de débito de servidor;
- ✓ Licença à gestante e Prorrogações;
- ✓ Licença eleitoral;
- ✓ Licença para doação de sangue;
- ✓ Licença em virtude de falecimento de pessoa da família;
- ✓ Licença para Acompanhar Pessoa da Família enferma;
- ✓ Licença para Tratamento de Saúde requerida fora do prazo regulamentar;

- ✓ Licença-paternidade;
- ✓ Licença em razão de casamento;
- ✓ Ressarcimento de despesas;
- ✓ Exoneração;
- ✓ Minuta de Ato de prestação de serviço voluntário;
- ✓ Análise sobre aposentadoria voluntária com proventos integrais;
- ✓ Análise de apostilamento de exercício de cargo comissionado;
- ✓ Análise de pedido de regulamentação do serviço voluntário no TRT da 22ª Região;
- ✓ Análise de pedido de regulamentação do estágio voluntário na Vara do Trabalho de Parnaíba;
- ✓ Análise de prorrogação de prazo para posse em virtude de licença-maternidade;
- ✓ Adicional de insalubridade;
- ✓ Pagamento de diferença de função e inversão do ônus da prova;
- ✓ Vacância de cargo por posse em outro cargo inacumulável e por falecimento;
- ✓ exoneração de cargo em comissão;
- ✓ cessação de licença para acompanhamento de cônjuge;
- ✓ Abono de falta em face de comparecimento à Junta Médica Oficial;
- ✓ Licença-paternidade;
- ✓ Licença-prêmio por assiduidade;
- ✓ Licença-capacitação;
- ✓ Licença;
- ✓ Readaptação e concessão de horário especial;
- ✓ Confeção de ofícios e memorandos;
- ✓ Conversão de tempo especial de serviço em tempo especial de risco;

- ✓ Afastamento para participação em Congresso Médico;
- ✓ Concessão de horário para amamentação;
- ✓ Compensação de dias de participação em greve com dias trabalhados em recesso forense;
- ✓ Pagamento de gratificação de atividade de segurança;

**SEÇÃO DE MAGISTRADOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - SMIP**

**Responsável:** Maureen O'Hara de Mato Tito Rodrigues

**Função Comissionada:** FC - 04 - Assistente-Chefe

À Seção de Magistrados, Inativos e Pensionistas (SMIP) tem a competência de coordenar e orientar as atividades relacionadas com a apuração de frequência, tempo de serviço e permanente atualização dos assentamentos individuais dos Juízes e Desembargadores do TRT 22ª Região, efetuar diligências junto aos Órgãos da Justiça do Trabalho, visando a regular instrução dos processos de sua competência; lavrar certidões de tempo de serviço e expedir declarações e atestados aos Juízes, à vista dos assentamentos funcionais; assim como manter organizado o prontuário do pessoal inativo e pensionistas.

**Quadro Magistrados Inativos e Pensionistas 2015:**

<b>Desembargadores</b>	<b>Juiz Titular de Vara</b>	<b>Juiz do Trabalho Substituto</b>	<b>Inativos</b>	<b>Pensionistas</b>
07	15	15	19	06
01 cargo vago				

No ano 2015 esta Seção realizou diversas atividades , tendo em vista, as atribuições descritas acima:

- ✓ Permante atualização dos dados cadastrais de magistrados, Inativos e Pensionistas, no sistema de Recursos Huamanos.

- ✓ Instrução de Processos Administrativos- magistrados, Inativos e Pensionistas- (licença paternidade, licença para tratamento de saúde, abono de permanência, averbação de tempo de serviço, afastamento para estudo, aposentadoria, licença gestante, isenção de imposto de renda a pensionistas, licença por motivo de doença em pessoa da família, fixação de residência na capital, abertura de vaga para desembargador, )
- ✓ Resposta a consultas sobre os diversos temas da Área de Pessoal em intercâmbio com outros Tribunais, sobre magistrados.
- ✓ Minutas de Portarias (diárias, férias, afastamentos, liberação, aposentadoria...) para assinatura pela Presidência do Tribunal e pela Secretaria da Corregedoria.
- ✓ Processo de Recadastramento de Inativos e Pensionistas deste Regional e de outros (TRT 16, TRT 7, TRT 11, TRT 1, TRT 3)
- ✓ Confecção da Lista de Antiguidade dos magistrados para aprovação pelo Tribunal Pleno.
- ✓ Procedimentos para a implementação da Gratificação por encargos de magistrados
- ✓ Expedição de carteiras de identidade de magistrados
- ✓ Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos Magistrados;
- ✓ Produção de relatórios diversos para os órgãos superiores da Justiça do Trabalho (TST, CNJ, CSJT)
- ✓ Informações, via sistema SISAC, das nomeações, exonerações, aposentadorias, vacância - de magistrados- para o Tribunal de Contas da União.
- ✓ Relatório anual de atividades
- ✓ Elaboração das planilhas de férias para marcação anual.

- ✓ Confeção de dados estatísticos referente a capacitação e treinamento de Magistrados para NUCEGE;
- ✓ Atendimento ao público
- ✓ Organização das pastas dos Magistrados, Inativos e Pensionistas de toda a documentação e Processos.
- ✓ Atuação no Programa "Aposentadoria Saudável".
- ✓ Encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça as declarações dos Magistrados quanto ao disposto no arti. 5º da Resolução-CNJ nº 34/2007.(atividade docente).
- ✓ Outras atividades correlatas determinadas pela chefia imediata.

**SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SDP**

**Responsável:** Ana karine Uchoa Leite Brito Amorim

**Função Comissionada:** FC - 04 - Assistente-Chefe

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) é responsável pela execução das atividades inerentes à Avaliação de Desempenho, Adicional de Qualificação, Estágio e de propor e executar Programas que permitam o desenvolvimento do Servidor.

**Capacitação de Pessoal**

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas realizou as seguintes atividades na área de capacitação no ano de 2015:

- ✓ Identificação da necessidade de capacitação para Servidores passíveis de promoção;

- ✓ Solicitação de cursos com a finalidade de promover o desenvolvimento dos servidores deste Regional de acordo com o observado nas avaliações de desempenho dos servidores.

### **Avaliação de Desempenho Funcional**

Durante o ano 2015, o Programa de Avaliação de Desempenho de Servidores do TRT da 22ª Região - PADS 22, promoveu a avaliação de desempenho de servidores estáveis e em estágio probatório pertencentes ao Quadro de Pessoal, e ainda, de servidores cedidos, de acordo com as solicitações dos órgãos cedentes, bem como dos removidos. Coube também a SDP a instrução de processos de avaliação de desempenho, acompanhar o ingresso e desligamento de servidores, verificar a ocorrência de licenças médicas, alterações de lotação, interrupção de exercício e demais atividades afetas ao tema, assim como a orientação de avaliadores e avaliados sobre o programa de avaliação de desempenho deste TRT.

A Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SDP) acompanhou os casos de servidores passíveis de progressão e promoção funcional, observando os critérios estabelecidos no ATO GP N° 132/2000, na Lei N° 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta N° 01/2007. Preparou e encaminhou quatrocentos e onze Fichas de Avaliação de Desempenho Funcional dos servidores do quatro deste Tribunal referentes ao período de 2015.

As avaliações dos servidores não passíveis de movimentação (progressão/promoção) foram realizadas nos meses de abril e outubro, conforme dispõe o Ato GP N° 132/2000. Em abril foram encaminhadas cento e quarenta e nove fichas de avaliações de desempenho funcional e em outubro foram encaminhadas sessenta e sete fichas de avaliações.

As avaliações dos servidores passíveis de progressão/promoção foram realizadas mensalmente, de acordo com os novos critérios estabelecidos na Lei 11.416/06 e no Anexo IV da Portaria Conjunta N° 01/2007. Foram enviadas trinta e cinco fichas de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório durante todo ano de 2015 e cento e sessenta fichas de servidores estáveis passíveis de progressão/promoção pertencente ao quadro deste Regional.

No ano de 2015, a SDP encaminhou relatório mensal referente à avaliação especial de desempenho (por completar 31 meses de efetivo exercício) de seis servidores.

Foi emitido relatório de acordo com os instrumentos de avaliação devolvidos pelos avaliadores, confeccionado as minutas das atas e portarias de progressão dos servidores estáveis e em estágio probatório; portaria de avaliação especial de desempenho e portaria homologando estágio probatório para análise da Comissão.

A Seção atuou, também, como integrante da Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores do TRT da 22ª Região - PADS 22.

### **Adicional de Qualificação**

No tocante ao Adicional de Qualificação a SDP realizou, no ano de 2015, as seguintes atividades:

- ✓ Cadastramento, no Sistema de Recursos Humanos, dos certificados, diplomas, títulos e declarações dos servidores para fins de averbação nos assentamentos funcionais e percepção do Adicional de Qualificação;

- ✓ Verificação das ações de treinamentos e das pós-graduações no que se refere aos termos da Lei 11.416/2006 e com o Anexo I da Portaria Conjunta nº 01/2007;
- ✓ Instrução de processos para implementação do Adicional de Qualificação decorrente de cursos de pós-graduação e ações de treinamento;
- ✓ Atuação como integrante da Comissão de Avaliação referente à Aquisição do Adicional de Qualificação decorrente de Cursos de Pós-Graduação e Ações de Treinamento;
- ✓ Realização de pesquisa junto ao CSJT, MEC, Instituições de Ensino, bem como, pesquisa de legislação interna dos órgãos da justiça do trabalho; acompanhamento de posições dos Conselhos Superiores sobre o tema; consulta aos órgãos do judiciário sobre questões relacionadas ao tema; respostas a consultas sobre Adicionais de Qualificação advindas dos outros tribunais do país e atendimento aos servidores em questões relacionadas a Adicional de Qualificação;
- ✓ Notificação aos servidores das decisões exaradas nos Processos Administrativos;
- ✓ Produção no sistema de recursos humanos de relatório mensal referente ao Adicional de Qualificação - ações de treinamento;
- ✓ Organização das pastas dos servidores e de toda a documentação pertinente para apresentação à Comissão do Adicional de Qualificação;
- ✓ Confeção da minuta da portaria referente às ações de treinamento e encaminhamento a SGP para assinatura, registro no srh da portaria, arquivo das cópias na pasta de cada servidor;
- ✓ Arquivamento dos certificados, diplomas, títulos e declarações nas pastas funcionais dos servidores;

- ✓ Reunião da "Comissão Permanente de Avaliação referente à aquisição do Adicional de Qualificação decorrente dos cursos de Pós-Graduação e Ações de Treinamento" para avaliação final dos títulos de ações de treinamento e pós-graduação apresentados;
- ✓ Averbação dos títulos de ações de treinamento e de pós-graduação nos assentamentos funcionais dos servidores;
- ✓ Juntada nos autos do Processo Administrativo nº 287/2015 dos relatórios da comissão e das Portarias de concessão relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2015;
- ✓ Instrução de nove (nove) processos administrativos para análise posterior da Comissão - com entendimento de deferimento, os quais foram confirmados pelo presidente desta Corte - conforme a Lei 11.416/2006 e com o Anexo I da Portaria Conjunta nº 01/2007;

### Estágio

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região realizou 04 (quatro) Teste Seletivo no ano de 2015, conforme quadros abaixo:

Edital Nº 05/2015

CIDADE	CURSO	NÍVEL	TURNO DE ESTÁGIO	Nº DE VAGAS <sup>1</sup>
TERESINA	ADMINISTRAÇÃO	SUPERIOR	MANHÃ	01 + CR <sup>2</sup>
TERESINA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SUPERIOR	MANHÃ	01 + CR <sup>2</sup>

Edital Nº 09/2015

CIDADE	CURSO	NÍVEL	TURNO	Nº DE VAGAS <sup>1</sup>
BOM JESUS	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ/TARDE	CR <sup>2</sup>

Edital N° 14/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
CORRENTE	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ	1 + CR <sup>2</sup>

Edital N° 20/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
PARNAÍBA	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ	2 + CR <sup>2</sup>

Edital N° 12/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
TERESINA	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ	1 + CR <sup>2</sup>
TERESINA	DIREITO	SUPERIOR	TARDE	CR <sup>2</sup>

Edital N° 08/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
PICOS	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ	CR <sup>2</sup>

Edital N° 03/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
TERESINA	SECRETARIADO EXECUTIVO	SUPERIOR	MANHÃ	01 + CR <sup>2</sup>
TERESINA	BIBLIOTECOMIA	SUPERIOR	MANHÃ	CR <sup>2</sup>
TERESINA	BIBLIOTECOMIA	SUPERIOR	TARDE	CR <sup>2</sup>

Edital N° 06/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
SÃO RAIMUNDO NONATO	SERVIÇOS JURÍDICOS	MÉDIO	MANHÃ	03 + CR <sup>2</sup>

Edital N° 23/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
PIRIPIRI	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ/TARDE	2 + CR <sup>2</sup>
PIRIPIRI	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SUPERIOR	MANHÃ	1 + CR <sup>2</sup>

Edital N° 07/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
VALENÇA DO PIAUÍ	DIREITO	SUPERIOR	MANHÃ	01 + CR <sup>2</sup>
VALENÇA DO PIAUÍ	DIREITO	SUPERIOR	TARDE	01 + CR <sup>2</sup>

Edital N° 07/2015

<b>CIDADE</b>	<b>CURSO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>TURNO</b>	<b>N° DE VAGAS<sup>1</sup></b>
URUÇUI	ADMINISTRAÇÃO	SUPERIOR	MANHÃ/TARDE	CR <sup>2</sup>

Este Tribunal contava em 31.12.2015 com 81 vagas de estagiários, estando preenchidas 76 vagas com 45 estagiários do sexo feminino e 28 do sexo masculino. Restando 05 vagas a serem preenchidas.

A bolsa de estágio de nível superior e de nível médio continuaram com os valores de 2014, R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) para nível superior e R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) para nível médio.

Os cursos de Graduação contemplados pelo programa de estágio neste exercício foram os seguintes: Secretariado Executivo, Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Ciência da Computação, Engenharia Civil (nível superior) e Serviços Jurídicos (nível médio).

As vagas são distribuídas nas áreas fim e meio do Tribunal e são preenchidas conforme a necessidade dos setores.

O quadro de estagiários do Tribunal encontrava-se incompleto, pois existiam disponibilidade de vagas na VT de Parnaíba, VT de Oerias, GDFTEMGS e GDFTLTD não preenchidas em razão de está aguardando a realização de teste seletivo.

Em 2015, este Tribunal gastou: R\$ 670.511,14 (seiscentos e setenta mil, quinhentos e onze reais e catorze centavos) com pagamento de bolsa de estágio de nível superior e médio; R\$ 31.658,0 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) com pagamento dos Vales-Transporte; R\$ 1.885,68 (um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) com pagamento de Seguro de Acidentes Pessoais à CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A (apólice nº 1018200513435) e R\$ 23.594,73 (vinte e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos) com testes seletivos.

**Atividades com Estágio em 2015:**

- ✓ Convocou candidatos por publicação no site [www.trt22.jus.br](http://www.trt22.jus.br), e-mail e telefone, providenciou a coleta de assinaturas de Termos de Desistência de candidatos que não tiveram interesse em ingressar no estágio, controlou o andamento dos ofícios enviados aos mesmos por meio de informações do SCP e do site dos CORREIOS;
- ✓ Contatou com diretores de VFT's do interior para providências de ingresso de estagiário, informando procedimentos e documentos, anexos, via e-mail e pandion;
- ✓ Recebeu documentação de novos estagiários, encaminhou-os ao SAMO, confeccionou Termos de Compromisso de estágio;

- ✓ Incluiu novos estagiários no S.R.H., colheu as digitais para fins de ponto eletrônico, encaminhou-os ao setor do estágio;
- ✓ Confeccionou crachás e encaminhou aos estágios juntamente com as declarações de compromisso do uso;
- ✓ Controlou o desligamento, o recesso remunerado, a lotação, o quantitativo de vagas e a distribuição nos setores conforme orientação da Presidência, por meio de relatórios com atualizações constantes;
- ✓ Encaminhou relatórios à Secretária-Geral da Presidência;
- ✓ Procedeu os desligamentos de estagiários, enviando os Termos de Desligamento para assinatura dos respectivos estagiários e orientadores, dando baixa no provimento e na lotação no S.R.H.;
- ✓ Orientou e fez esclarecimentos aos estagiários, bem como aos orientadores por telefone, e-mail e pessoalmente;
- ✓ Controlou a confirmação de matrícula na Instituição de Ensino; bem como remeteu fichas de avaliações semestralmente, a contar da data de entrada do respectivo estagiário;
- ✓ Extraíu Relatórios de frequência mensal do Sistema de Ponto Eletrônico dos estagiários lotados na capital para fins de envio das informações ao CFIN;
- ✓ Solicitou, mensalmente, das VFT's do interior o envio da frequência de estagiários;
- ✓ Contatou mensalmente com os coordenadores dos setores para regularização e/ou esclarecimentos acerca das frequências de estagiários;
- ✓ Enviou ao CFIN memorandos com respectivos relatórios de frequência em anexo para pagamento da Bolsa e dos Vales-Transporte;

- ✓ Concessão de Recesso Remunerado conforme disposto no ATO GP N° 125/2014;
- ✓ Anotou as liberações, Licenças para Tratamento de Saúde, concessões de recesso remunerado e remoções no SRH;
- ✓ Confeccionou, Declarações, Certidões, Certificados aos estagiários ou a ex-estagiários, bem como a servidores estagiários;
- ✓ Fez ofícios em resposta à solicitação de Instituições de Ensino Superior para concessão de estágio aos servidores deste Tribunal, bem como confeccionou os respectivos Termos de Compromisso e colheu declarações dos setores no caso de estágio em setor diverso do da lotação;
- ✓ Enviou Ofícios a Instituições de Ensino Superior em atendimento à solicitação de cumprimento de estágio curricular pelos respectivos estagiários, caso em que fora transformado o estágio extracurricular em estágio curricular, conforme disposto no ATO GP N° 125/2014;
- ✓ Enviou memorandos informando desligamentos e inclusões de estagiários à Biblioteca e a CTIC;
- ✓ Manteve contato com a Biblioteca por pandion e e-mail para providências de Certidão de "Nada Consta" em relação a estagiários em desligamento, bem como forneceu relatórios a mesma;
- ✓ Enviou Ofícios, e-mails à empresa de seguros CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A informando desligamento e ingressos de estagiários para fins de exclusão e inclusão no benefício de Seguro de Acidente Pessoais, respectivamente;

**Outras atividades desempenhadas pela SDP:**

- ✓ Confeção de relatórios do SRH;

- ✓ Confeção de dados estatísticos referente a capacitação e treinamento de Magistrados e Servidores para SEGE;
- ✓ Atendimento ao público sobre Adicional de Qualificação, Avaliação de Desempenho de Servidores e Programas Assistenciais (através de pandions, e-mails, telefones, memorandos, ofícios, etc.)
- ✓ Recebimento e envio de correspondências a magistrados e servidores referentes a Estágio, Adicional de Qualificação, Avaliação de Desempenho de Servidores, Programas Assistenciais e Capacitação para fins de cálculos estatísticos para análise de cumprimento das metas.
- ✓ Participação na Comissão de Ética do Tribunal.

**SEÇÃO DE CADASTRO, FREQUÊNCIA E TEMPO DE SERVIÇO - SCFTS**

**Responsável:** Eliete de Oliveira Fontenele

**Função Comissionada:** FC - 04 - Assistente-Chefe

As atividades da Seção de Cadastro, Frequência e Tempo de Serviço - SCFTS estão relacionadas com a apuração de frequência, tempo de serviço e a permanente atualização dos assentamentos individuais dos servidores e do Quadro de Pessoal deste Regional;

Esta Seção trabalha diretamente com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, através do Sistema de Recursos Humanos - SRH implantado neste Tribunal para melhor atender as demandas de diversos setores. Desta forma, comunica-se, de imediato, àquela Coordenadoria, para os devidos fins, quaisquer alterações na vida funcional dos servidores que importem na perda ou aquisição de vantagens.

Além dessas atividades a referida seção desempenhou com zelo e dedicação as seguintes atribuições:

- ✓ Procedeu à identificação e matrícula de Servidores e expediu carteiras de identidade funcional e crachás;
- ✓ Minutas de Portarias referentes a servidores para assinatura pela Presidência do Tribunal;
- ✓ Produção de relatórios diversos para os órgãos superiores da Justiça do Trabalho (TST, CNJ, CSJT)
- ✓ Manteve o controle da frequência e alterações relativas aos servidores à disposição, fornecendo-os aos órgãos de origem;
- ✓ Apurou e manteve o controle de frequência dos servidores, inclusive dos que estavam à disposição de outros órgãos, com ou sem ônus para o Tribunal, comunicando quaisquer alterações, relativamente aos cedidos com ônus para o Tribunal, à Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- ✓ Controlou os dados pessoais dos servidores para efeito de posse e lavrou os respectivos termos;
- ✓ Encaminhou à Coordenadoria de Controle Interno para análise prévia, mediante despacho, a documentação necessária à posse e/ou exercício de servidores;
- ✓ Procedeu às averbações, nas pastas de assentamentos individuais, de todos os Atos, Portarias, Ordens de Serviço, Frequências, Títulos, Tempo de Serviço, etc., relativos a cada servidor;
- ✓ Expediu certidões de tempo de serviço e certidões diversas e declarações a servidores;
- ✓ Fez as anotações de alteração de férias utilizando os sistemas Gestore PAE e o SRH;
- ✓ Providenciou o arquivamento de diversos processos físicos e eletrônicos;

- ✓ Atendeu ao público interno e externo, através de todos os recursos eletrônicos disponíveis e pessoalmente;
- ✓ Controlou o cadastro e a organização da vida funcional dos servidores do quadro permanente, comissionados e requisitados;
- ✓ Controlou e manteve atualizado, através de anotações no SRH a lotação, remoção, frequência, escala de férias, licenças e afastamentos dos servidores;
- ✓ Elaborou da Escala de Férias para o ano de 2016, contactando todos os servidores fora do regional e posteriormente informando as diversos órgãos as férias aprazadas por seus servidores ora em exercício neste regional ;
- ✓ Enviou as informações sobre nomeações, exonerações e vacâncias à Coordenadoria de Controle Interno, para repasse ao Tribunal de Contas da União;
- ✓ Cadastrou no SISAC do Tribunal de Contas da União as admissões, vacâncias e aposentadorias ocorridas no âmbito deste Regional;
- ✓ Publicou no Diário Oficial da União de Atos e Portarias das matérias pertinentes aos servidores;
- ✓ Controlou o Ponto Eletrônico em Teresina-PI;
- ✓ Oficiou aos diversos órgãos sobre a vida funcional de seus servidores e respondeu aos ofícios e e-mails recebidos.

### **Estatísticas**

#### **Concurso Interno de Remoção**

Observando a resolução 41/2009, foi realizado 1(um) Concurso Interno de Remoção no ano de 2015 e removido 1(um) servidor.

### Concurso Externo de Remoção

Foram feitos 15(quinze) concursos de remoção com reciprocidade de cargos, regularizando a situação de muitos servidores removidos para outros órgãos e de servidores requisitados, oriundos de diversos tribunais com exercício neste Regional.

- ✓ Ocorreram 3(três) remoções por permuta.

### Concurso Público

Com a prorrogação por dois anos do 4º Concurso Público deste Regional até 15.03.2015, foram nomeados no Ano de 2015 - 5 (cinco) candidatos, assim distribuídos:

- ✓ 1(um) Analista Judiciário - Administrativa;
- ✓ 3(três) Técnicos Judiciários - Área Administrativa;
- ✓ 1(um) Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Tecnologia da Informação.

### Informações via sistema SISAC ao Tribunal de Contas da União

Foram informados ao TCU 5(cinco) admissões; 3(três) desligamentos e 1(uma) aposentadoria.

### **RELATÓRIO DA SEÇÃO DE BENEFÍCIOS E PROGRAMAS ASSISTENCIAIS- SBPA**

**Responsável:** Ana Araci de Sousa Martins Almeida

**Função Comissionada:** FC - 04 - Assistente-Chefe

A Seção de Programas Assistenciais - SBPA tem por finalidade administrar os benefícios de magistrados e servidores ativos e inativos deste Regional, tais como Plano

de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial, Auxílio-Alimentação, Auxílio à Creche e à Pré-Escola, Auxílio-Transporte e Inclusão/Exclusão de Dependentes no Imposto de Renda.

### Programa de Assistência a Saúde

#### Orçamento

FONTE	2015
Orçamento Geral da União	3.488.160,00
Valor gasto	3.482.905,26

Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial

Beneficiários	2015
Dependentes Legais	952
Dependentes Especiais	400
Total	1360

#### Auxílio-Alimentação

Beneficiários	2015
Servidores	430

Este benefício é concedido em pecúnia a todos os servidores e magistrados em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, bem como aos requisitados e cedidos que optem pelo recebimento do mesmo por este Regional.

#### Auxílio-Transporte

Beneficiários	2015
Servidores	04

#### Auxílio à Creche e à Pré-Escola

Beneficiários	2015
Servidores/magistrados	106

### Principais atividades desenvolvidas pela SBPA

- ✓ Instrução de processos relativo à concessão de benefícios: Inclusão no Plano de Saúde e Imposto de Renda, concessão de Auxílio Alimentação, Auxílio à Creche e Pré-escola e Auxílio transporte;
- ✓ Controle diário de inclusão e exclusão no Sistema Gestore Pae de beneficiários nos programas assistenciais;
- ✓ Elaboração de Pareceres referentes ao plano de saúde e demais benefícios;
- ✓ Relatórios com movimentação de beneficiários do plano de saúde para Humana Saúde;
- ✓ Intermediação entre beneficiários do plano de saúde e Humana Saúde para solução de problemas;
- ✓ Recadastramento de dependentes no plano de saúde no Gestore Pae;
- ✓ Acompanhamento às atividades realizadas no Sampo;
- ✓ Elaboração de termos de referência: contratação de empresa de plano de saúde, aquisição de material de consumo e odontológico, vacina contra gripe;
- ✓ Conferência Mensal da fatura da Humana Saúde;
- ✓ Fiscalização do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial;
- ✓ Relatório anual de atividades.

#### **Outras atividades**

- ✓ Participação efetiva no Programa TRT Solidário;
- ✓ Participação efetiva no Programa de Aposentadoria Saudável.

#### **COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA-CML**

A COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA DO TRT DA 22ª REGIÃO, CONFORME O ART. 37 DO SEU REGULAMENTO GERAL TEM A INCUMBÊNCIA DE COORDENAR E DIRIGIR ATIVIDADES RELACIONADAS AO PROCEDIMENTO DE COMPRAS DIRETAS OU

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS QUE RESULTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO OU PERMANENTE, ALIENAÇÕES E O ACOMPANHAMENTO DE FORNECIMENTOS, BEM COMO, A GUARDA, A DISTRIBUIÇÃO, A CONSERVAÇÃO, O REGISTRO E O CONTROLE DE TODOS OS BENS DESTE TRIBUNAL.

VISANDO ALCANÇAR OS SEUS OBJETIVOS, A CML, CONSTITUÍDA DAS SEÇÕES ABAIXO RELACIONADAS, DESENVOLVEU NO ANO DE 2015 AS SEGUINTE ATIVIDADES, ALÉM DE OUTRAS QUE FAZEM PARTE DE SUA ROTINA DE TRABALHO:

### SEÇÃO DE COMPRAS - SCOMP

Procedimento	Quantidade
LEVANTAMENTO DE CUSTOS	83
ENTREGA DE EMPENHOS	122

### SEÇÃO DE REGISTRO PATRIMONIAL - SREP

Procedimento	Quantidade
TOMBAMENTOS	688
BALANCETE CONTÁBIL	12
INVENTÁRIO GERAL DE BENS PERMANENTES	1
NOTAS FISCAIS RECEBIDAS E CONFERIDAS	22
TERMOS DE RESPONSABILIDADE	186

Aquisições de material permanente	Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.388.222,04
TOTAL DE ENTRADAS	1.771.095,65
DESINCORPORAÇÕES OCORRIDAS	3.985,00
SALDO EM DEZEMBRO DE 2015	20.112.917,69
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	4.206.931,80
VALOR LÍQUIDO EM DEZEMBRO 2015	15.948.400,89

### SEÇÃO DE ALMOXARIFADO - SALM

Procedimento	Quantidade
--------------	------------

	e
NOTAS FISCAIS RECEBIDAS E CONFERIDAS	60
REQUISIÇÕES DE MATERIAIS ATENDIDAS	515
BALANCETES MENSAIS ELABORADOS	12
INVENTÁRIO GERAL DE BENS DE CONSUMO	4

Aquisições de material de consumo	de Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	546.147,88
TOTAL DE ENTRADAS	337.142,75
TOTAL DE SAÍDAS	351.666,11
SALDO EM DEZEMBRO DE 2015	531.624,52

TERESINA, 31 DE JANEIRO DE 2016.

## GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2015

### RELATÓRIO

#### 1. Edição da Resolução Administrativa 48/2015 e do Ato GP 337/2015

##### Resolução Administrativa 48/2015

Cria a Unidade Socioambiental

##### Ato GP 337/2015

Institui a Comissão Gestora de Sustentabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com a finalidade de implementação e monitoramento da Política de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho da 22ª Região, do Plano de Logística Sustentável - PLS e das ações previstas no Termo de Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

#### 2. Participação em Eventos

**21ª Reunião Plenária do Fórum Governamental de Responsabilidade Social**, coordenado pelo INMETRO, CSJT e Câmara dos Deputados, 27 de maio, Brasília-DF.

**I Encontro de Gestão de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho** promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em parceria com o Tribunal Regional do

Trabalho da 8ª Região, nos dias 03 e 04 de dezembro, na cidade de Belém-PA.

**II Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário**, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça, no período de 28 a 29 de maio, Brasília-DF.

### **3. Campanhas**

#### **Plante Uma Árvore Para Um Mundo Melhor**

Em comemoração ao mês do meio ambiente, o TRT/PI fez a doação de mudas de árvores frutíferas para magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e demais cidadãos que circulavam nos três prédios da Justiça do Trabalho do Piauí, em Teresina, durante os dias 25 e 26 de junho. A ação, coordenada pela Comissão Socioambiental, permitiu a cada pessoa receber duas espécies para o plantio.

A iniciativa fez parte de uma parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente que, através do programa "Teresina Mais Verde", fez a doação de 500 mudas, dentre elas espécies como goiabeiras, jenipapeiros, caramboleiras, aceroleiras, etc.